

— MUSEU MUNICIPAL —
**MARTIM GONÇALVES
DE MACEDO**

CADERNOS
TERRAS QUENTES 11

CATÁLOGO

.....

**ASSIM SE FEZ
PORTUGAL**

.....

MAIO 2014

EDIÇÕES:
REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO
ARQUEOLÓGICO DO CONCELHO
DE MACEDO DE CAVALEIROS
“TERRAS QUENTES”
E CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO
DE CAVALEIROS



τφ
TERRAS QUENTES



NOTA DE ABERTURA

O Museu Municipal Martim Gonçalves de Macedo vem homenagear um conterrâneo e a sua ação essencial para a preservação da independência e identidade Nacional na Batalha de Aljubarrota, a muitas vezes apelidada “mãe de todas as batalhas”. Por outro lado, o espaço agora inaugurado, vem enriquecer uma oferta já de si alargada de museus no concelho de Macedo de Cavaleiros, celebrando e preservando a história e tradições das nossas gentes, constituindo-se como importantes pontos de atração turística e de partilha de conhecimentos e saberes.

Neste novo museu, com a sua exposição permanente “Assim se fez Portugal”, apresentamos uma coleção inédita de armamento militar contemporâneo à batalha da tarde de 14 de agosto de 1385, com algumas peças recuperadas do campo de S. Jorge em Aljubarrota, onde ocorreu este episódio marcante da nossa nacionalidade.

O Cavaleiro Martim Gonçalves de Macedo, conhecido por grande parte de nós após a publicação em 2006 do livro “De Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo” da autoria de Pedro Gomes Barbosa e Carlos Alberto Santos Mendes, com o patrocínio da Câmara Municipal, exerceu uma influência sobre o Rei D. João I que se estendeu além de Aljubarrota. Devido à sua ação, no campo do Pereiro, em Castelãos, onde temos erguido um memorial, estacionaram as tropas de El Rei e de Nuno Álvares Pereira, entre 16 de abril e 10 de maio de 1386, aquando da tomada da praça de Bragança.

Sobre Macedo de Cavaleiros cai, por isso, um pedaço dos acontecimentos marcantes da história do país e que todos nós, Macedenses, nos orgulhamos e queremos enaltecer.

À Associação Terras Quentes, sua direção e colaboradores, pelo seu grande empenhamento, bem como àqueles que estiveram envolvidos em dar corpo a este projeto, aqui dirijo o meu profundo agradecimento.

Manuel Duarte Fernandes Moreno

O Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

ASSIM SE FEZ PORTUGAL

EXPOSIÇÃO

.....

Macedo de Cavaleiros é a cidade do País legítima herdeira dos acontecimentos mais marcantes e decisivos da história de Portugal na chamada crise de 1383-1385.

O feito notável do Macedense “ Martim Gonçalves de Macedo” (escudeiro real e cavaleiro) ao salvar a vida ao Rei D. João I, fez com que o curso da Batalha de Aljubarrota fosse alterado e Portugal conservasse a sua independência.

A versão mais antiga em que podemos encontrar menção ao acto heróico de Martim Gonçalves de Macedo no decorrer da batalha de Aljubarrota é o manuscrito 11 038 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Transcrevemos a passagem:

«... e elle [D. João I] recebeo o gollpe e travou por ella a tyrou tão rijo que lha levou das mãos e feze ajoelhar dambos joelhos e foy lloguo levantando muito asynha per ho nobre martym gonçallvez de maçeedo homem fidalgo que bem servia ell Rey em estes trabalhos e quando allvaro gonçallvez (Sandoval) alçou a facha para lhe dar, ell Rey esperou o golpe e tornoulha a tomar per aquella gysa e quando lhe quisera outra vez dar jazia jaa morto pelos que eram presentes que o mays apresa fazer não poderão porque cada hum tynha asaz que ver em sy».

A tomada posterior das 56 comarcas que estavam com voz por Castela, implicou a célebre “Campanha do Norte” com a tomada da praça de Chaves e posteriormente a de Bragança levou a que se concentrassem em Macedo de Cavaleiros (Castelãos), todas as tropas do reino. Os acontecimentos aí passados foram marcantes.

O Cronista Fernão Lopes relata-nos na sua crónica dedicada a D. João I a chegada a “Castelãos”

“El Rey mandou chamar o Comdestabre...Ho Comdestabre como vio o recado mandou loguo chamar suas gemtes e partio dAmtre Tejo e Odiana e foise ao Porto day o Comde partiu para Chaves e tomou caminho de Braguança; e em huma aldeã que chamão Castellaõs leixou suas gemtes e bandeira sob Governança e capitania de Martim Gonçalves do Carvalhal, seu tio, e elle foy afforado a Chaves não mais cô oitemta lanças”.

OS ENIGMAS DE ALJUBARROTA

As figuras de D. João I e sobretudo do Santo Nuno de Santa Maria são queridas às populações Macedenses, conforme ficou bem patente nas comemorações do dia 8 de Maio de 2009.

Toda esta essência histórica, dá substância legítima, a que os responsáveis pela edilidade concelhia, em colaboração estreita com a Associação Terras Quentes, e o Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa apresentem esta exposição permanente designada “Assim se fez Portugal” implantada na estrutura museológica “Martim Gonçalves de Macedo”.

Terminamos esta nota transcrevendo as palavras proferidas pelo Sr. Presidente da República aquando a inauguração do centro interpretativo da Batalha de Aljubarrota

«A Batalha de Aljubarrota é um feito de tal forma importante que não carece de ser mitificado». «Aqui soubemos vencer. É com esse espírito que temos que enfrentar as adversidades da hora presente.»

«O passado tem de ser celebrado com sentido de futuro.»

Aníbal Cavaco Silva, 11 de Outubro de 2008.

Carlos Alberto Santos Mendes
Presidente da Associação Terras Quentes

Visto sob o ponto de vista militar Aljubarrota foi, talvez, a maior e mais importante batalha da História de Portugal Medieval, mas sob o ponto de vista estratégico e político, Aljubarrota foi muito mais do que um combate ganho ao entardecer do dia 14 de Agosto de 1385.

Foi um episódio que teve as maiores repercussões na História da Europa. Porque foi uma das batalhas mais decisivas da “guerra dos 100 anos”; e porque o seu impacto acabou por se reflectir no contexto de uma Europa ainda frágil, ainda por moldar.

Talvez por isso, não seja descabido apontarmos a Batalha Real como uma das mais importantes páginas da História da Europa.

Apesar de tudo, Aljubarrota continua a ser, sob o ponto de vista militar, um enigma; a logística, as armas, as covas dos lobos, os trons, a mudança de frente, a matança da primeira linha Francesa encerrada no interior da formação Portuguesa, tudo isso é conhecido. As crónicas são claras e precisas, embora nem todas coincidentes. Mas no plano prático nada se sabe em concreto. A ausência de investigações arqueológicas no campo de batalha, desde 1958, ano em que Afonso do Paço encetou os primeiros “andamentos” nesse sentido, tem sido uma lacuna grave que podia fazer luz sobre muitas interrogações, tanto mais que Aljubarrota foi uma espécie de “cadinho” experimental de novas táticas, mas também de novas armas. *Pela primeira vez há notícias concretas de utilização em combate de estoques, de espada d’armas de duas mãos, de espora de roseta, bem como de um sem número de peças inteiramente novas para a época. E delas, nem um exemplar é conhecido ou foi descoberto.

É esta a ausência do Museu Martim Gonçalves de Macedo, procurar dar a conhecer melhor os factos até hoje inéditos relacionados com a Batalha de Aljubarrota em geral e com o feito notável de Martim Gonçalves de Macedo em particular. Factos que permitam fazer luz sobre um dos mais intricados enigmas da nossa história.

Foi nesse sentido que o Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em colaboração estreita com a Associação Terras Quentes e o apoio da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros concretizou num projecto intitulado “Assim se fez Portugal”, implantado na estrutura

MARTIM GONÇALVES DE MACEDO

museológica “Martim Gonçalves de Macedo”. É uma iniciativa ambiciosa e, de certa forma, inédita no nosso país.

Mas é sobretudo o primeiro passo para uma dinâmica e uma investigação muito mais profunda. Talvez aqui e agora possamos encontrar os meios necessários que nos permitam estudar com mais realismo uma das mais brilhantes quão mais enigmáticas páginas da história de Portugal Medieval.

Miguel Sanches de Baêna
Pela comissão científica

Vede Antam Vaz de Almada que valente
Entre todos se mostra a essoutro lado!
Notai que Rui Pereira não consente
Que outro em valor lhe seja aventajado.
Este varaõ que tem na vista ardente
Hum Hercules ao vivo retratado,
Cujo intrépido peito ignora o medo,
Será Martim Gonçalves de Macedo!

Poema heróico Ulyssippo, 1848

INTRODUÇÃO

.....

Porquê um espaço museológico dedicado a Martim Gonçalves de Macedo e em Macedo de Cavaleiros?

Muito se tem escrito sobre a batalha de Aljubarrota, porém são vários os aspectos que permanecem ainda envoltos em enigmas e, porventura, irão continuar por muito mais tempo. Os historiadores tem-se esforçado em desvendá-los, contudo, devido à distorção, incongruência e aridez sobre os factos a que bibliografia disponível nos transporta, tem sido difícil. É sobretudo, sob o ponto de vista da estratégia, táctica e armamento militares usadas, onde se concentra a maior dificuldade interpretativa, já que nem todos os historiadores coincidem na sua opinião. Pensamos que este espaço museológico trará alguns elementos novos, no aspecto de armamento militar utilizado no século XIV.

Este artigo não irá nesse sentido, já que não possuímos dados novos, nem conhecimentos para questionar o que já foi escrito sobre os aspectos militares intrínsecos. Provavelmente um mais aturado trabalho de intervenções arqueológicas no campo de S. Jorge, assim como aos restos mortais existentes no túmulo de Martim Gonçalves de Macedo no Mosteiro da batalha, poderia ajudar a esclarecer alguns desses enigmas, mesmo sabendo-se que era usual nas batalhas medievais, existir por detrás dos exércitos em contenda, um outro “exército” de vendilhões e comerciantes, verdadeiras aves rapina, que caíam sobre o exército que perdesse a peleja, para pilhar os seus despojos, fosse quais fossem.

O nosso interesse vai na tentativa de contribuir para justificar a criação de uma unidade museológica dedicada à figura de Martim Gonçalves de Macedo, realçando a importância vital que este Macedense teve, antes, no desenrolar e depois da batalha de Aljubarrota.

O momento em que D. João I corre risco de ser morto na batalha da Aljubarrota.

O cronista português que se dedicou em primeiro lugar (se bem que a 34 anos de distância dos acontecimentos - 1385-1419), à descrição exaustiva da batalha real, foi Fernão Lopes, que relata na sua crónica dedicada a D. João I, a passagem decisiva que no auge da batalha, fez virar o resultado do seu desfecho, a favor das hostes Portuguesas. Refere-se ao rei D. João I e a Álvaro Gonçalves de Sandoval mas, omite, o outro protagonista desse acontecimento, Martim Gonçalves de Macedo. E porquê? Nunca saberemos ao certo. Quanto muito, poderemos fazer um exercício de plausibilidade desses factos ocorridos no auge da batalha. Socorremo-nos de imediato à magistral discorrência sobre o acontecimento que faz João Gouveia Monteiro, “In publicação da Fundação da Batalha de Aljubarrota” que nas páginas 17 e 18, se refere a esses factos ocorridos durante o segundo assalto, entre as 18h15 até às 19h00 do dia 14 de Agosto de 1385.

Citamos;

“Observando, à distância, o desenrolar dos acontecimentos e tendo recebido os relatos de alguns cavaleiros franceses que tinham conseguido regressar para junto da posição castelhana, D. Juan I toma, pouco depois das 18:00 horas, conhecimento da terrível notícia. Alguns nobres castelhanos aconselham o Rei de Castela: “Meu Senhor, o sol já está posto, pelo que não devemos continuar aquela hora o combate; devmos antes esperar pelo amanhecer, e reagrupar até lá as nossas tropas, que não comeram e estão cansadas”. Contudo, D. Juan I respondeu:

“Quem tal conselho dá não preza a minha honra, pois nunca poderei deixar presos em mãos inimigas cavaleiros do meu exército.

Tocaram então as trombetas e os tambores muito fortemente, e ouviram-se vozes que gritavam “Por Santiago! Por Santiago!” e “A eles! A eles!”. O exército castelhano iniciou pelas 18:15 horas o avanço com a sua vanguarda, alas, e retaguarda. Na primeira linha vinham cerca de 3.000 Cavaleiros, na sua maioria castelhanos mas também vários nobres portugueses, entre os quais o Conde D. João Afonso de Teles, irmão de D. Leonor Teles. Estes cavaleiros avançavam organizados em três filas, cada uma com 1.000 cavaleiros. A maior parte destes cavaleiros estavam munidos de longas lanças.

Numa segunda linha, algumas centenas de metros atrás, vinham cerca de 4.000 ginetes, para além de cerca de 500 besteiros castelhanos e diversos homens de armas. Com o exército castelhano avançou a bandeira do monarca castelhano, onde se viam os brasões de Castela e de Portugal, e muitas outras bandeiras e estandartes da nobreza castelhana.

Embora no início do avanço as linhas castelhanas estivessem alinhadas, depressa começaram a ter dificuldade em manter as filas paralelas, devido

à configuração do planalto. As duas alas viram-se impedidas de progredir pelos flancos. A vanguarda castelhana continuou o seu avanço, e as alas, comprindo-se, procuraram segui-la. O conjunto tornou-se primeiro convexo, e depois informe e compacto. Quando ultrapassou a linha dos 400 metros de distância das forças portuguesas, a vanguarda castelhana passou a estar também sob o efeito dos virotões dos besteiros portugueses, provocando a queda de cavalos e cavaleiros e causando mortos e feridos. A partir de então, em face dos obstáculos artificiais que se avistavam e da falta de espaço para os cavalos poderem avançar livremente, a maioria dos cavaleiros castelhanos desmontou e tentou percorrer a pé as escassas centenas de metros que faltavam para atingir o exército português. As suas compridas lanças, que se destinavam a combate montado, seriam quebradas para se adaptarem à luta corpo a corpo que se avizinhava. Contudo, nem todos os cavaleiros castelhanos desmontaram e algumas dezenas conseguiram chegar à zona da vanguarda portuguesa.

A partir do momento em que sentem que estão debaixo dos virotões e das flechas, tanto cavaleiros como homens a pé procuram acelerar o passo. Devido à grande concentração de homens, ao progressivo estreitamento da frente de batalha e aos obstáculos artificiais existentes (covas-do-lobo e fossos) que lhes provocavam continuamente quedas, os atacantes vão-se acotovelando, tropeçando em corpos de homens estendidos no chão e vêm-se cada vez mais apertados. Devido a este estreitamento no espaço disponível para o avanço, a retaguarda castelhana estava já encostada à vanguarda castelhana, de tal forma que constituíam apenas um conjunto único de homens. Os cerca de 400 besteiros castelhanos que acompanhavam os homens de armas da vanguarda viram-se incapazes de utilizar eficazmente as bestas, por não terem campo de tiro livre. Entretanto os homens de armas iam sendo atingidos pelas flechas e virotões dos atiradores ingleses e portugueses. Todas estas circunstâncias fizeram com que os últimos 300 metros, antes de ser atingida a vanguarda portuguesa, fossem percorridos com um grau crescente de dificuldades. Não podendo atacar pelos flancos, dadas as duas linhas de água que torneavam o planalto, e não podendo vencer os obstáculos artificiais que se deparavam no terreno (abatises, fossos e covas-de-lobo), os castelhanos foram convergindo para o centro do planalto, convertendo-se numa massa confusa, amontoada e disforme. Perderam velocidade de progressão no terreno e o número de baixas foi aumentando. A compressão foi de tal ordem que muitos castelhanos mortos não apresentavam qualquer ferimento, tendo morrido esmagados ou sufocados.

Perante este avanço, os portugueses tocaram as suas trombetas, e a vanguarda avançou em boa ordem, passo a passo, com as lanças debaixo do braço, apontadas a direito, numa frente de aproximadamente 250 metros de largura. Apesar da investida castelhana ter abrandado a velocidade, de ter sido encaminhada para um estreito corredor em frente do exército português, e do elevado número de baixas sofridas durante o processo de aproximação, cerca de 2.000 homens castelhanos chegou ainda com alguma força à vanguarda portuguesa, mais junto à ala esquerda portuguesa, perto da zona onde se encontrava Nuno Álvares Pereira e a sua bandeira. Deu-se então o choque com a vanguarda

portuguesa, onde, num primeiro momento, cada parte procurou crivar as suas lanças nos seus inimigos. Simultaneamente, os besteiros portugueses e arqueiros ingleses continuavam a flagelar os assaltantes castelhanos. Nos intervalos dos seus lançamentos, os peões portugueses, situados atrás dos besteiros e arqueiros, arremessavam um elevado número de pedras e lanças. Nesse momento, e neste segundo assalto, já os assaltantes castelhanos tinham sofrido cerca de 3.000 feridos e mortos.

Após os momentos iniciais do choque, as lanças de ambas as partes tinham sido crivadas ou lançadas, deixando portanto de poder ser usadas. Os combatentes de ambas as partes passaram então a usar outras armas, como espadas, punhais ou machados. O combate transformou-se numa violenta luta corpo a corpo, que se prolongou por vários minutos. No meio de uma grande gritaria de parte a parte, Nuno Álvares Pereira clamava: “Ah, portugueses lutai por vosso rei e por vossa terra!”. Contudo, este movimento das alas portuguesas não conseguiu impedir o avanço dos castelhanos. A retaguarda, onde se encontrava D. João I, obedecendo à ordem do monarca, avançou. O rei gritou: “Avante, senhores, avante! Por São Jorge e Portugal de que eu sou Rei!”.

Correndo para os assaltantes, a retaguarda portuguesa provocou o choque a cerca de 150 metros a norte da vanguarda portuguesa, a que se seguiu um duro combate. Os portugueses utilizaram neste combate as suas espadas, punhais e fachas. Os homens de armas portugueses da retaguarda tinham, poucos metros atrás de si, os seus pajens e tratadores com os seus cavalos à mão. Quando estes homens de armas portugueses avançaram em direcção ao inimigo, foram seguidos por eles.

Após este choque, os castelhanos deixaram de avançar. Com este movimento, que assume uma importância decisiva na batalha, os assaltantes castelhanos ficaram pressionados por vários lados pelos portugueses. Com efeito, sendo atacados violentamente por três lados, os homens de armas castelhanos sofreram significativas baixas. A norte enfrentavam a retaguarda portuguesa, com cerca de 2.000 homens de armas. A este e oeste as alas portuguesas, com cerca de 1.200 peões, besteiros e arqueiros. E a sul, cerca de 350 lanças, que haviam sobrevivido ao rompimento castelhano. É nesta fase que se dá o combate a pé entre D. João I e um cavaleiro castelhano, D. Álvaro Gonçalves de Sandoval. O Rei de Portugal, ao procurar desferir um golpe, foi derrubado e ficou privado da sua arma, uma facha. Surgiu então um cavaleiro português, D. Martim Gonçalves de Macedo que, colocando-se entre o Rei e o cavaleiro castelhano, conseguiu desferir um golpe e matar o cavaleiro castelhano, salvando a vida do rei de Portugal. Enquanto alguns castelhanos continuavam a combater, outros, feridos e cientes do desfecho que se avizinhava, começaram a procurar fugir. A bandeira castelhana foi derrubada, o que aumentou a desorientação entre as forças de D. Juan I. Alguns fogem em direcção ao arraial castelhano e este movimento foi observado por alguns pagens portugueses, que exclamaram:

“Já fogem, já fogem!”. Este grito contribuiu para que os restantes sobreviventes castelhanos, cerca de 500, fugissem também”.

Fernão Lopes escreveu a crónica de D. João I. Um relato exaustivo, diga-se, pelo lado do vencedor. Pedro Lopes Ayala, historiador e nobre castelhano, que esteve presente, activamente, na batalha escreve também uma crónica dedicada a D. Juan, rei de Castela o opositor directo ao rei português na batalha de Aljubarrota, onde relata sinteticamente alguns factos. Ora se ao primeiro competia exaltar o seu rei e os seus feitos, a Pedro Lopes Ayala competia-lhe reduzir ao mínimo o acontecido. Não entrando em questões de grande pormenor o mesmo acontece com Jean Froissart pelo lado francês.

José d’Arriaga, em 12 de Agosto de 1897, em comunicação publicada no boletim da Academia das Ciências de Lisboa vol. 1 e 2 entre páginas 16 e 27, no ano de 1903, coloca dúvidas à crónica, ou melhor, às várias cópias da crónica que chegaram até nós, de Fernão Lopes, sobre a vida de D. João I; afirmando na página 18;

“...Aqui levantamos a questão. Outros mais competentes do que nós a resolverão. Seria talvez muito útil um exame de todas as cópias de Fernão Lopes, e proceder-se depois a uma nova edição da chronica do D. João I à face das cópias mais exactas. O manuscrito desta casa (Academia das Ciências) poderia servir de ponto de partida.

Na obra impressa há também omissões importantes. Assim, por exemplo, n’ella diz-se que foi apenas Martim Gonçalves de Macedo quem primeiro acudiu a D. João I no momento em que este correu risco de ser morto por Alvaro Gonçalves do Sandoval.

Na cópia de Pero Vaz Soares cita-se em primeiro lugar o marechal Alvaro Pereira e depois o Macedo...”

A esta dúvida já nos tínhamos aludido na página 37 do livro “De Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo, quando se refere o documento 78 do arquivo da casa de Tarouca. A. Ferreira do Amaral também lhe pareceu suspeita a presença do Marechal Álvaro Pereira no facto passado na batalha de Aljubarrota entre D. João I, Martim Gonçalves de Macedo e o Castelhano Álvaro Gonçalves de Sandoval. Ferreira do Amaral atribui esta interpolação à vontade do copista em enaltecer os antepassados da casa do Conde da Feira, binesto de Álvaro Pereira, que por sua vez era irmão de Rui Pereira.

Tentámos dar outra versão dos factos a páginas 52 do livro citado aquando a aclaração dos factos inserido no artigo de Ferreira do Amaral “Martim Gonçalves de Macedo salvou D. João I na Batalha de Aljubarrota?”

Da página 52 do mesmo livro retira-se;

Defendemos, pois, a hipótese mais verosímil:

Não houve interpolação do episódio, mas o contrário. Isto é, que em algumas versões, já do século XVI, Martim Gonçalves de Macedo foi retirado para fazer ressaltar a valentia e a coragem do fundador da Dinastia de Avis. Retirar o autor da façanha por parte dos que queriam glorificar o rei era possível em algumas cópias do texto de Fernão Lopes. Mas uma interpolação por interesses familiares apareceria num exemplar, ou nas cópias da família. Aliás, o que aconteceu com os Pereiras é, para nós, demonstrativo. Apenas um exemplar

reproduz o episódio colocando aí Álvaro Pereira, ao lado do nosso herói. E de tal forma que, se o intuito fosse uma interpolação simples, para glorificar um antepassado, o que faria ali Martim Gonçalves de Macedo, que não pertencia nem à família nem à “pintura”? Pensamos que o texto da Casa de Tarouca, sendo uma falsificação, é a melhor prova de que, no original, estaria a história do salvamento da vida do rei pelo senhor de Macedo de Cavaleiros.

Mas, como afirmámos atrás, a história contada pela voz do vencedor é totalmente diversa da história contada por parte do vencido. Compare-se o texto da carta enviada por D. Juan I de Castela à cidade de Murça no dia 29 de Agosto de 1385, 15 dias após a batalha, explicando o que se tinha passado na batalha de Aljubarrota, com a visão do cronista português Fernão Lopes. (In, Cascales, Francisco. Discursos históricos de Murcia y su Reyno páginas 196),

“Don Juan por la gracia de Dios de Castilla, Rey de Leon, de Portugal etc; Al Concejo Y Alcaldes Y Alguacil y Cavalleros y Escuderos y hombres buenios de la muy Noble Ciudad de Murcia, salud e gracias. Bien sabeis, como por otras nuestras cartas os embiamos à contar el maal y daño y perdida, que nos sucedió à nos y à los nuestros por nuestros pecados y de los nuestros; y porque entonces com nuestra dolência y por venir tan flaco, no os podimos mandar escribir las cosas tan largamente como pasaron y como habiamos voluntad de o las escribir, o las diremos ahora.

Sabed que Lunes catorce dias de este mês de Agosto, hubimos batalla com aquel traydor que solia ser Maestre de Avis y com todos los del Reyno de Portugal que de su parte tenía y com todos los otros estrangeiros, asi Ingleses, como Gascones que com el estaban y la batalla fué de esta manera;

Ellos se pusieron aquel dia desde la mañana en una Plaza fuerte entre dos arroyos de fondo cada uno diez, ó doce brazas y quando nuestra gente aí llegó y vieron que no les podian acometer por alli hubimos todos de rodear para venir à ellos por outra parte, que nos pareció ser mas llano; y quando llegamos à aquel Lugar era yá hora de visperas, y nuestra gente estaba muy cansada. Entonces losmas de los Cavalleros, que com nosotros estaban, que se habian visto en otras batallas, acordaban, que no diese esta en aquel dia; lo uno, porque nuestra gente iba fatigada; y lo outro para mirar la gente Portuguesa como estaba. Mas toda la outra nuestra gente com la voluntad que habian de pelear, fueronse sin nistro acuerdo allá, y nos hallamos com ellos, aunque

Com mucha flaqueza, que habia catorce dias que ibamos caminho en litera y por esta causa no podíamos entender ninguna cosa del campo, como cumplia à nuestro servicio. Despues que los nustos se vieron fronte à fronte com ellos, hallaron três cosas; la una, un monte cortado, que les daba hasta la cinta; y la segunda, en la frente de su batalla una cava tan alta como un hombre hasta la garganta; y la tercera, que la frente de su esquadron estaba tan cercada por los arroyos que la tenian al rededor, que nos habia de frente de trecientas y quarenta, a quatrocentas lanzas. Pero aunque esto estaba asi y los niuestros vieron todas estas dificultades, no dexaron de acometerlos, y por nuestros pecados fuimos

vencidos. Nos viendo nuestra gente desbaratada, y rota fuimonos para Santaren, t de alli nos venimos por mar en un barco armado à Lisboa, para nuestra flota, por quanto por nuestra enfermedad no podíamos subir à cavallo. Estuvimos asi dias, y mandamos quedar alli nustra flota, y hacer algunas cosas que cumplan à nuestro servicio: y mucha gente nuestra de los que estaban en nuestro Reyno de Portugal, se fueron à nuestra flota y venimonos despues à Sevilla en três galeras y llegamos aqui Lunes veinte y dos dias de este mês de Agosto donde nos fué forzado detenermos aqui, por la gran enfermedad que teniamos y por erdenar algunas cosas que cunmplia. Y Dios querendo, entendemos partir de esta Ciudad para Castilla de aqui quatro, ó cinco dias; por quanto com la ayuda de Dios, y de todos vosotros los de nuestros Reynos, de quien creemos, que sentireis el mal, deshonra y perdida que habemos recibido, entendemos com brevedad haber venganza de esta deshonra, y cobrar lo que nos pertenece. Y porque nos y los nuestros nos quedemos com tan gran verguenza y lastima, habemos ordenado de hacer tales cosas com vosotros, como cumpla al servicio de Dios y honra y provecho nuestro y de nuestros Reynos; y que las Cortes se hagan en Valladolid. Entendemos comenzar por el primer dia de Octubre primero que viene. Por lo qual os mandamos, que nos embieis lucgo à la dicha Villa de Valladolid dos hombres buenos y honrados de entre vosotros, com vustra procuracion bastante; porque nos, com consejo de ellos y de los que alli se juntarem, ordenemos lo que entenderemos que cumple à nuestro servicio y à honra y provecho de nustos Reynos.

Dada en la muy Noble Ciudade de Sevilla a 29 dias de Agosto del ano del Nacimiento de nuestro Señor Jesu-Christo de 1385 años.Nos el Rey.

Esta carta escrita por Juan I de Castela, em 29 de Agosto de 1385, na cidade de Sevilha, dirigida à cidade de Múrcia, não tendo um interesse directo para os assuntos que queremos abordar neste artigo, objectivamente a figura de Martim Gonçalves de Macedo, não deixa de nos dar pistas para outros. Assim, verifica-se que Juan de Castela, mesmo depois da batalha de Aljubarrota e, Portugal com Rei (D. João I) legitimado nas cortes de Coimbra, não deixava de considerar Portugal um território, parte integrante dos reinos de Castela. Por outro lado, dá-nos a versão dos vencidos, para se contrapor com a versão dos vencedores. Oferece-nos uma pista sobre o tamanho da frente de batalha, quando diz; *Despues que los nustos se vieron fronte à fronte com ellos, hallaron três cosas; la una, un monte cortado, que les daba hasta la cinta; y la segunda, en la frente de su batalla una cava tan alta como un hombre hasta la garganta; y la tercera, que la frente de su esquadron estaba tan cercada por los arroyos que la tenian al rededor, que nos habia de frente de trecientas y quarenta, a quatrocentas lanzas.* Isto é, as dificuldades com que as tropas castelhanas se depararam quando se iniciou o confronto militar. Refere-se concretamente às valas, abatises, covas de lobo, assim como, as suas tropas estavam encurraladas entre “arroyos”. É bastante preciso quando nos informa do tamanho da frente de batalha, trezentas e quarenta a quatrocentas lanças, portanto não mais de quatrocentos metros da largura teria a frente de batalha, o que condiz com as informações do artigo de João Gouveia Monteiro. Por fim, assevera que

ao lado das tropas portuguesas se encontravam não só tropas Inglesas com também Gascões?

Para além de novos dados, emergentes das novas entradas bibliográficas encontradas, mormente nos escritos dos séculos XVII e XVIII, sobre os relatos passados na batalha de Aljubarrota a que nos iremos referir mais adiante, iremos decalcar algumas informações retiradas do livro “ De Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo” levada ao prelo em 2006 e de co-autoria de Pedro Gomes Barbosa e do signatário, como também do artigo “Apostilas sobre a presença de D. João I, Nuno Álvares Pereira e Martim Gonçalves de Macedo em Castelãos (Macedo de Cavaleiros) ”, igualmente do subscritor deste artigo.

Iremos então, socorrer-nos de autores, mormente do século XVII e XVIII, que relatam o acontecimento mais importante que ocorreu durante a batalha de Aljubarrota, o momento em que Martim Gonçalves de Macedo salva a vida ao rei D. João e se inverte o desfecho final da batalha real a favor das tropas portuguesas.

Frei João de Vasconcellos, Pedro Sylva e Francisco Cardoso de Torneo na sua obra “Cronicas DelRey Dom João e dos Reis D. Duarte e D. Affonso V”, datada de 1743, na página 200, relatam-nos o seguinte e citamos:

...”El Rey quando vio a vanguardia rota, e o Condestavel em tamanha pressa, abalou rijamente com a sua bandeira real, dizendo em voz alta: Senhores avante Sam Jorge, que eu sou El Rey, (isto dizia El Rey porque até entam, dizem, que os Principes, nem outros cavaleiros usavão trazer cota de armas, por as quais fossem conhecidos nas batalhas) E tanto que chegou aonde era aquela pressa, e grande trabalho dos seus, deixada a lança, começou de ferir de facha, com tanta desenvoltura, e ardil, como qualquer cavaleiro desejoso de ganhar honra por seu braço. Adando assim ferindo a hua parte e outra, a caso se encontrou com elle Alvaro Gonmçalves do Sandoval, homem mancebo, e cazado de pouco, que era hum esforçado cavaleiro. E alçando El Rey a facha pera lhe dar, elle recebeu o golpe, e travou por ella tão rijo, que a tirou a ElRey das mãos, e o fez ajoelhar de ambos e foy logo levantado por Martim Gonçalves de Macedo hum homem fidalgo que se achou em muytas cousas de seu serviço. E quando Alvaro Gonçalves alçou a facha para dar a ElRey com ella, elle recebeu o golpe e tirou a Alvaro Gonçalves das mãos, assim como lhe fizera a elle, e querendolhe dar com ela, já estava morto pelos que ahi estavão presentes. Crecendo cada vez mais a fúria da batalha, e sendo muy renhida de ambas as partes, a bandeira real de Castella foi abatida, e o Pendão de devisa com ella”.

Estes autores referem-se à presença de Martim Gonçalves de Macedo no acontecimento e, à primeira ajuda que dá ao rei D. João I. Não lhe atribuem, contudo, a morte do cavaleiro castelhano Álvaro Gonçalves Sandoval.

Manuel Faria y Sousa na sua obra “Europa Portuguesa” datada de 1679, nas páginas 279 e 280, mantém a mesma versão dos autores anteriores atribuindo a Martim Gonçalves de Macedo a primeira ajuda ao rei D. João mas atribuindo a outros a morte de Álvaro Gonçalves de Sandoval. Diz;

“Quando llegó elRei al riesgo mayor largó la lança, y empeço a cortar com la

hacha como el más atrevido cavallero que com el braço pretende ganar honra en los más árduos conflitos. Al iu jugando assi velozmente com ella, y dexas caer un golpe en Alvaro Gonçalves de Sandoval mancebo de gran valor él se la arranco de la mano com tal violência que le hizo poner las rodillas en tierra. Levantou-se luego ayudado de Martin González de Macedo, cavallero bien afortunado en ocasiones de servile, y recobrada la hacha iva a abrir com ella al Sandoval, quando y ale vió caer muerto a golpes de los suyos que avian recrecido a la voz del sucesso. Abatida finalmente la vanderá Castellana y empeçando a sonar la voz de vitória por Portugal.”

Do século seguinte, Frei Domingos Teixeira na sua obra “A Vida de Nuno Álvares Pereira” datada de 1723, nas páginas 379 e 380, tem outra versão. Altera o nome do nobre castelhano, Álvaro Gonçalves Sandoval, para Álvaro Gonçalves Malafaya e atribui a Martim Gonçalves de Macedo não só o momento da salvação do rei D. João, como também lhe atribui a eliminação do nobre castelhano, dizendo:

“ Achava-se já a este tempo a batalha taõ confuza e os nossos na vanguardia taõ baralhados com os inimigos que chegou ElRey a encontrase com Alvaro Gonçalves Malafaya, fidalgo castelhano que se fazia respeitado pelo sangue, e entre os seus tinha justamente adquirido opinião de valente. O successo nos dá argumento ainda mayor de seu esforço, porque esperando constante hum golpe da magestade, lhe travou da massa com tanta violência que chegou a arrancalla das mãos a ElRey depois de ir com os gíolhos a terra por sustentalla; mas levantando-se socorrido de Martim Gonçalves de Macedo, e reparando no escudo outro golpe, que lhe descarregou o Malafaya, tornou a cobrar a massa, e hindo a vingar o atrevimento, porque o agressor agonizando estava no chão rendendo a vida ao golpe do outro braço, que tinha de valoroso, o que lhe faltava de real.”

Datada de 1733 a obra de Francisco Soares Toscano “ Parellelos de Principes e varoens ilustres, no capítulo LXXXIX, na páginas 204 e com o título “De Clyto Dropylo a Martim Gonçalves de Macedo, também atribui a Martim Gonçalves de Macedo o primeiro socorro, no momento de aflição, ao rei D. João, não atribuindo a ninguem em particular a morte do castelhano Álvaro Gonçalves Sandoval. O autor refere ainda as alterações ao timbre das suas armas em pagamento por esse auxilio ao Rei. Citamos;

“.....Semelhante foy Martim Gonçalves de Macedo fidalgo nobillissimo deste reyno na batalha real de Aljubarrota, onde sendo ElRey D. João I apertado de Alvaro Gonçalves Sandoval Cavalleiro Castelhano (que pegara da maça com que ElRey pelejava) Martim Gonçalves de Macedo o soccorreo neste trabalho maravilhosamente e o livrou delle, como fez Clyto a ElRey Alexandre e o inimigo foy logo morto e o exercito castelhano desbaratado com muita honra dos Portuguezes, como escreve Fernão Lopes na Cronica deste Rey p.2.cap.42 e Duarte Nunes na mesma.

Em pago do qual soccorro deu ElRey a Martim Gonçalves de Macedo por timbre de suas armas, que são cinco estrellas douro de cinco ponta cada huma em aspas em campo azul) hum braço vestido de azul com huma maça, como quem quer dar com ella, como hoje trazem os da familia de Macedo. Não faltou

quem trouxesse o braço pegando em a ponta huma facha darmas, ou alabarda. Seja como for, sigo os livros da Armaria, e o que todos trazem, basta que aqui ganhasse Martim Gonçalves de Macedo este timbre por socorrer a seu Rey, pegando nas armas, com que o inimigo o queria offender.”

António de Sousa Macedo na sua obra “Flores de Espanha, Excelências de Portugal”, datada de 1737 e na página 209, dá-nos a sua versão do acontecido na batalha de Aljubarrota, afirmando que Martim Gonçalves de Macedo livrou el Rei D. João I de tão manifesto perigo e dando a liberdade à sua pátria, tendo recebido como recompensa várias aldeias. Transcrevemos;

“En la batalla de Aljubarrota vino quasi a braços Alvaro Gonçalves de Sandoval Cavallero Castellano com el Rey Don Juan el Primeiro de Portugal, a quien pegó de la maça com que peleava: Y aunque las fuerças corporales de Rey deziam com su grande animo, com todo el contrario era tan valiente, que el Rey se vio muy apretado: hallose junto del Martin Gonçalves de Macedo cavallero muy esforçado y vassalo del Rey que en aquellos tempos era gran título y pegó del Castellano y lo mató luego com valor notable, librando al Rey de tan manifesto peligro y dando libertad a la pátria com su vida. Hecho en todo femejante al que tanto celebran Plutarcho y Quinto Cursio de Clyto Dropilo valiente soldado de Alexandro que viendo a su Rey oprimido de Spithridate Capitan Persiano que iva descargando el golpe sobre el en la batalla del Rio Granico contra Dario socorrió a Alexandro y fué luego muerto el enemigo. El Rey Don Juan en recompensa deste servicio hizo merced a Martim Gonçalves de Macedo de muchas tierras entre las quales fueron las aldeas de Melgaço, Pinelo y Outeiro y despues fué su hijo Diego Gonçalves de Macedo Camerero Mayro del mismo Rey el qual otrosi le hizo merced de três mil libras que era dinero por cuenta antiga, en la Mouraria de Evora y consta aver sido Rico hombre (que corresponde a los mayores títulos de oy).”

D. António Caetano de Sousa, na sua obra “Agiologio Lusitanos dos Santos e Varões Illustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas” data-da de 1744, na página 531, atribui a poderes divinos mas também a Martim Gonçalves de Macedo a salvação do Rei D. João I retirando-o das mãos do castelhano Álvaro Gonçalves Sandoval, atribuindo também a terceiros a morte do castelhano. Assim, relata-nos:

“...Vendo peleijar ao seu Rey como qualquer Soldado, sendo como rayo a que a resistência he prejudicial; entrou na batalha tão destemido e valoroso que chegando ao mayor perigo largou a lança e começou a cortar com a facha de armas comose fora hum cavaleiro particular que pelo seu braço pertendia ganhar honra no mayor perigo. Pertendeo oporse-lhe Alvaro Gonçalves de Sandoval, cavaleiro valente e robusto e querendo ElRey ferir o castelhano recebeu o golpe no escudo e pegando com grande ousadia e destreza na facha de armas delRey lha arrebatou da mão com tal violência que o fez ajoelhar em terra. Neste tão evidente perigo a não ser tão grande o coração delRey ficaria oprimido da ousadia deste valente mancebo; mas com animo pio e com valor sem igual levantando o pensamento ao Ceo. Invocou os merecimentos de S. Bernardo de quem se jactava filho e venerava como Patrono. Quanto [caso maravilhoso!] vio sobre a tenda delRey de Castella, em pouca distância, hum bago abacial arvo-

rado e pendente do Bago hum Paludamento Militar, ou cota de armas, como tingida em sangue. Animoso e esforçado se levantou logo do chão ajudado de Martim Gonçalves de Macedo, sempre afortunado nas ocasiões de o servir e quando quis castigar o atrevimento, tendo já cobrada a facha e descarregando o golpe sobre o Sandoval, foy a tempo, que já pelos seus era morto.”

Duarte Nunez do Leão, no seu livro, “Cronicas del Rei Dom João de gloriosa memoria”, datado de 1780, na páginas 254, segue a mesma descrição dos autores anteriores, isto é, que foi Martim Gonçalves de Macedo que o salvou de morte certa D. João I, às mãos do castelhano Álvaro Gonçalves Sandoval, atribuindo a morte deste “pelos que ahi estavaõ presentes”.

“El rey quando vio a vanguarda rota e o Condestavel em tamanha pressa abalou rijamente com sua Bandeira Real, dizendo em voz alta “S. Jorge, Portugal que eu sou el Rey (isto dizia elRey porque té entã dizem que os Principes nem outros cavalleiros usavaõ trazer cotas de armas por as quaes conhecidas nas batalhas) E tanto que chegou aonde era aquella pressa e grande trabalho dos seus, deixada a lança começou de ferir de facha com tanta desenvoltura e ardil como qualquer cavaleiro desejoso de ganhar honra por seu braço. Andando assi ferindo a huma parte e outra a caso se encontrou com elle Alvaro Gonçalves do Sandoval, homem mancebo e cazado de pouco que era hum esforçado cavaleiro. E alçando el Rey a facha pera lhe dar, elle recebeo o golpe e travou por elle tão rijo, que a tirou a el Rey das mãos e o fez ajoelhar de ambos os joelhos; e foi logo levantado por Martim Gonçalves de Macedo, hum homem fidalgo que se achou em muitas cousas der seu serviço. E quando Alvaro Gonçalves alçou a facha para a el Rey com ella, elle recebeo o golpe e a tirou a Alvaro Gonçalves das mãos. Assi como lhe fizera elle; e querendolhe dar com ella já estava morto pelos que ahi estavaõ presentes. Crecendo cada vez mais a fúria da batalha e sendo muy renhida de ambas as partes, a bandeira Real de Castella foi abatida, e o Pendaõ da deviza com ella, e alguns doa Castelhanos começaraõ de voltar atraz os pagens Portuguezes que tinhaõ os cavalos; e muitos dos outros, que com eles estavaõ, começaraõ altas vozes a bradar: “Já fogem os Castelhanos, já fogem”; e eles na verdade o faziaõ assi.”

D. Miguel Sotto Maior, na sua obra “As vitórias dos Portuguezes em defesa da sua independência”, datada de 1868, nas páginas 57 e 58, também menciona o que se passou na batalha de Aljubarrota, desta guisa;

“...Obrando sempre as mais galhardas proezas, ia o nosso D. João I levando diante si o inimigo, quando foi encontrar-se com um fidalgo castelhano, chamado Alvaro Gonçalves de Sandoval, ou Malafaya, que com as armas todas tintas em sangue portuguez justificava n'aquelle dia a reputação d'esforçado adquirida entre os seus. Dirigindo-lhe o rei um furibundo golpe esperou-o o Malafaya, e travando da acha d'armas, que ia feril-o, arrancou das mãos de D. João com tal violência, que o fez ir de joelhos a terra. Não conseguiu porém aproveitar-se d'esta momentânea vantagem, porque ao tempo que descarregava sobre o rei um golpe, que este esperava no escudo, a lança do cavaleiro portuguez Martin Gonçalves, atravessando-o de lado a lado, o derribava morto aos pés do monarca.

Em premio d'este brilhante feito, recebeu Martin Gonçalves o appellido de Macedo, e um brazão dos mais discintos da nobreza lusitana.”

Miguel Sotto Maior denota algumas imprecisões. A dúvida entre o nome Sandoval ou Malafya, esta dificuldade também nos aparece na obra “A vida de Nuno Álvares Pereira”, contudo são os dois únicos exemplos que tem esta dúvida. Por outro lado é o único autor que coloca na mão do Martim Gonçalves de Macedo uma lança com a qual “atravessou o castelhano de lado a lado” facto que também não estamos de acordo, pois era muito improvável que Martim Gonçalves de Macedo usasse tal arma. Por fim que o Martim Gonçalves terá recebido das mãos de D João I o “appellido de Macedo”. Como sabemos o apelido Macedo provém dos seus ascendentes já no século XI/XII.”

Numa obra mais recente, “Fernão Lopes Contador de História – sobre a crónica de D. João I,” Teresa Amado, a páginas 135 e comparando a crónica do Contestável, com a crónica de D. João escrita por Fernão Lopes, afirma a autora; “... *Em seguida, a crónica do contestável reduz a poucas linhas peripécias que a Crónica de D. João I, de Fernão Lopes, desenvolve em duas páginas com minúcia e rigor descritivo; o capítulo termina narrando a luta corpo a corpo de D. João com um cavaleiro castelhano, Álvaro Gonçalves de Sandoval*”. Em nota de rodapé Teresa Amado, remete-nos para o prefaciador da 2ª edição de “D. João I e a Aliança Inglesa”, do conde de Vila Franca que enuncia na página XVIII, nota 9 “*nesta batalha [de Aljubarrota], Martim Gonçalves de Macedo, prostando a seus pés, arrancou a um castelhano (D. Álvaro de Sandoval, Mestre da Ordem de Calatrava) a maça com que este pretendia matar o Rei D. João I*”.

Por fim, citamos a obra “ Batalla de Aljubarrota” datada de 1872 do historiador espanhol Crispin Ximénez de Sandoval que na página 164 nos faz o relato dos acontecimentos entre Martim Gonçalves de Macedo e Álvaro Gonçalves Sandoval, durante a batalha, nos seguintes termos:

“El Rey, quando vio a vanguarda rota, & o Conde em tamanha pressa, com grande cuidado, & todos com elle, abalou rijamente com sua bandeira dizendo alta voz com grande esforço. Avante, Avante, Saõ lorge Portugal, Saõ lorge Portugal, que eu sou El Rey, & tanto que chegou. Hú era aquelle áspero, & duro trabalho, leixadas as lanças, de que se pouco serviõ por azomada mistura da gente, começou a ferir da facha, & assi desenvolto & com tal vontade, como se fosse hum simples cavaleiro, desejoso de ganhar honra, & fama, & veo a elle por aquecimento Alvaro Gonçalves do Sandoval bem mancebo, & de bom corpo, ardido cavaleiro, casado daquele anno, & como El Rey alçou a facha taõ rijó, que lha levou das mãos, & fazeo ajvelhas dãbolos gíolhos, & foy logo levantado muito azinha, pero sobreveio o nobre Martim Gonçalves de Macedo, homem fidalgo, que bem servia El Rey em estes trabalhos; & quando Alvaro Gonçalves Sandoval alçou a facha pera lhe dar, El Rey esperou o golpe, & tornoulha a tomar per aquella guisa, & quando lhe quizera outra vez dar, jazia já morto, pelos que erom presentes, que o mais apressa fazer nõ poderom, porque cada hú tinha assaz que ver em sy: & sendo a batalha cada vez maior, & muy ferida dambolas partes, prougue a Deos, que a bandeira de Castella foy derribada, & o pendaõ da devisa com ella; & alguns castellaõs começaram de voltar atraz, & moços portugueses, que

tinham as bestas, & muitos dos outros, que erom com eles começaram altas vozes a bradar, & dizer, já fogem, já fogem, & os castellãos, por nõ fazer deles mentirosos, começaram cada vez de fugir mais”.

Ximénez Sandoval na página 226 da obra que citamos reforça a acção do Martim Gonçalves de Macedo que acabamos de transcrever, dizendo; “*Y en un momento dominando el pánico, todo se convirtió en aturdimiento gritaria y fuga com valor y tenian lugar lances particulares, com el de D. Álvaro Gonzales de Sandoval com el monarca contrario.*”

Todos os autores que elencamos (Frei João de Vasconcellos, Pedro Sylva, Francisco Cardoso de Torneo, Manuel Faria y Sousa, Conde de Vila Franca, Frei Domingos Teixeira Francisco Soares Toscano António de Sousa Macedo D. António Caetano de Sousa e Duarte Nunez do Leão, séculos XVII e século XVIII e Ximénez Crispin Sandoval, já no século XIX), são unanimes a confirmarem a mesma versão ao ocorrido na batalha de Aljubarrota, Martim Gonçalves de Macedo prestou a ajuda fundamental, salvando a vida ao rei D. João I, retirando-o das mãos do castelhano Álvaro Gonçalves de Sandoval. João Gouveia Monteiro vai mais longe, aliás como outros autores, com obras publicadas mais tardiamente, atribuem a Martim Gonçalves de Macedo a morte do castelhano Álvaro Gonçalves Sandoval.

O feito de Martim Gonçalves de Macedo também ficou registado e foi descrito por António de Sousa Macedo em 1848, no poema heróico Ulyssippo, no canto XII (Estrofe XXXVIII) a páginas 243 diz;

Chegai a ver a maravilha estranha
Que a fama espera, a natureza admira;
Cujo braço já teme a forte Hespanha,
Sô Lusitana seu valor suspira
Não averà já mais gloria tamanha
Que trono tanto neste templo acquira;
He do Lysio valor alma primeira
O grande Dom Nuno Alvares Pereira

Vede à Antam Vaz de Almada que valente
Entre todos se mostra a essoutro lado!
Notai que Rui Pereira não consente
Que outro em valor lhe seja aventajado.
Este varaõ que tem na vista ardente
Hum Hercules ao vivo retratado,
Cujo intrépido peito ignora o medo,
Será Martim Gonçalves de Macedo.

Curiosa a passagem; “*Notai que Rui Pereira não consente/Que outro em valor lhe seja aventajado*”. Como Ferreira do Amaral, nós também levantámos essa dúvida no livro “De Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo”. O obscurantismo a que Fernão Lopes vetou a

figura de Martim Gonçalves de Macedo na sua crónica sobre D. João I, dever-se-ia à necessidade de Fernão Lopes (ou a algum copista do seu trabalho) atribuir o gesto heróico de salvar o Rei D. João I ao Marechal Álvaro Pereira, tio de Nuno Álvares Pereira.

Teria sido um caso furtuito Martim Gonçalves de Macedo encontrar-se perto do seu Rei que lhe permitiu ter participado em tal acto salvador? Pensamos que não. Martim Gonçalves de Macedo era escudeiro real e cavaleiro, desde a manhã do dia 14 de Agosto de 1385, fazendo parte da guarda pessoal de D. João I, e já o acompanhava nessa função antes da batalha de Aljubarrota. Damos conta a exemplo que, em 25 de Maio de 1385, Martim Gonçalves de Macedo encontrava-se com o rei D. João I em Guimarães, como consta em documento da sua chancelaria outorgado nesse dia;

Documento retirado do Volume IV, tomo II, da chancelaria de D. João I, Dias, João José Alves, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006.

“Carta per que diego gonçalluez de macedo e seus herdeiros aiam iijc libras na mouraria d euora pera sempre.

Dom Joham pella graça de deus Ray de portugal e do algarue e senhor de cepta. Em sembra com o jffante eduarte meu filho primogenjto e herdeiro dos dictos regnos a quantos esta carta virem fazemos saber que diego gonçalluez de macedo nosso criado e camareiro nos mostrou hua carta per que Martim gonçalluez de macedo seu padre de nos ouue «a qual he» signada per nossa maa e sellada do nosso seello pendiente e foi dada em guimaraães aos xxvij de mayo da era de cesar de mjl iijjc xxij a uos Polla qual parece que por serujço que del recebemos e entendíamos receber nos lhe fizéramos mercee que elle ouuese per todo o sempre el e seus filhos e netos e todos os que del descendessem per linha djreita pelas rendas e dizimas e portagens de gragaa iijc cada huu anno daquela moeda que naquel tempo corria as quaaes trezentas libras el herdou per morte do dicto seu padre como filho lidimo herdeiro

E esso mesmo nos mostrou outra carta que de nos ouue signada per nos e pelo dicto jffante pella qual parece que quando lhe foe cometido casamento com a filha de ferrnand afomso nosso uasallo morador em a cidade de euora nos lhe pormetemos de dar certa cousa em casamento e que mais lhe dariamos em cada huu anno na dicta cidade d euora trezentas libras desta moeda que ora corre as quaaes tinha do nos de jure e herdade ou tantas heranças que as rendam no dicto logo de jur e herdade pera el e pera todos aquelles que delle descendessem e que a todo o tempo que se as moedas mudassem que nos lhe desemos ho seu djreito uallor e que as podese uender e dar e doar segundo todo esto mais compridamente he conteúdo nas dictas cartas que o dicto seu padre e el de nos ouuerom as quaaes foram vistas e examjnadas per nós”.

E ora porquanto na dicta cidade nom temos taães heranças per que possa auer a dicta conthia como dicto he nossa mercee e vontade he que aia as dictas iilc libras polla renda da mouraria e portagem da dicta cidade

Porem mandamos a aluaro steuez nosso contador e a joham de montemoor nosso almoxarife dhi e a outras quãsesquer que hi depos uov vierem por nossos

contadores e almoxarifes que esto ouuerem de ueer a que esta carta for mostrada que pollo que render a dicta mouraria e portagem «lhe dem» e paguem e façam dar e pagar em cada huu anno as dictas iijc libras e lhas dem e paguem per esta guisa.s. deste anno que ora anda que se começou por primeiro dia de janeiro da era desta carta lhe paguem a metade do ano CL libras e as outras CL libras em fim do ano E que dhi en diante em fim do ano per esa medes gisa lhe façam as pagas das dictas iijc libras. s. a metade do anno e a outra metade em fim do anno e cobrem o trelado desta carta pera per ella recadarem e ho dicto diego gonçalluez tenha per sua guarda Vmde al nom façades Dada em a cidade de lixboa xxvij dias de juho [sic] el rrey o mandou fernam gil a fez era do nascimento de nosso senhor jesu christo de mjl iijjc xxv anos E damdo lhe nas heranças ou outras cousas per que ele aJa as dictas trezentas liuras que lhe pormetemos que emtam fiquem a nos estas iijc liuras que asy a d aver per as sobredictas Remdas e as nom aJa mais.

A mesma carta, datada de 25 de Maio de 1385, foi apresentada em 1435 por Diego Gonçalves de Macedo (após a morte de seu pai, Martim Gonçalves de Macedo) ao rei D. Duarte para reclamar as merces que o pai tinha recebido de D. João I.

Da chancelaria de D. Duarte, documento transcrito por Marques, A.H. de Oliveira (Direcção) e Dias, João José Alves. (Organização e Revisão Geral) Chancelarias Portuguesas D. Duarte I Vol. I Tomo I, Primeira Edição, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998.

Assim a páginas 44 e 45 retirámos o seguinte documento:

“Confirmação de certas lliuras a diego gonçalluez de macedo Dom Eduarte etc A quantos esta carta virem fazemos saber que diego gonçalluez de macedo criado do muy uyrtuoso Rey meu senhor e padre cuja alma deus aia mostrou per ante nos duas cartas do dicto senhor.s. Hua assignada per el Rey asellada do seu seelo pendiente facta per gonçallo Lourenço em guimaraães xxvij de mayo da era de cesar de mjl iijjc xxij anos per a qual parecia que o dicto senhor dera a Martim gonçalluez de macedo seu padre por mujto serujço que del Recebera e entendia de receber que ouuese per sempre el e seus filhos e netos E todollos que del descenderem per linha djreita pelas dizimas e portagees [sic] de bragança trezentas lliuvras em cada huu anno E a outra assinada per o dicto senhor e per nos em sendo Jffante e aseellada do dicto seelo pendiente facta per Martim gil em a cidade de lixboa xvj dias de junho do anno do nacimiento de nosso senhor Jesu christo de mjl iijjc xxv anos pella qual parece que o dicto senhor mandou dar ao dicto diego gonçalluez na cidade de euora iijc lliuras como filho lidimo herdeiro que era do dicto Martim gonçalvez seu padre segundo todo esto e outras cousas mais compridamente dita [sic] cartas e conteúdo Pedindo nos o dicto diego gonçalvez que lhe confirmasemos as ditas [sic] cartas que o dicto senhor ouue como em eles [sic] he conteúdo Porem mandamos aos ueedores da nossa fazenda almoxarifes e scpriuam do nosso almoxarifado da dicta cidade e a outros quaaesquer que esto ouuerem de uer a que esta carta for mostrada que lha comprem e guardem e façam comprir e guardar as dictas cartas do dicto senhor com esta nossa confirmação segundo em ellas he conteúdo por quanto

assy he nossa mercee E façam registrar em seu liuros as dictas cartas do dicto senhor E esta nossa confirmação pera o dicto almoxarife arrecadar E o dicto diego gonçalluez pera sua guarda E pera per ella requerer em cada huu anno sua paga E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta assinada per nos e aseellada do nosso seello pendente
Dante em Almeirim.v. dias de Janeiro el rrey o mandou pero gonçalluez a fez era de mjl iiijc xxxiiij anos.

Não nos podemos esquecer que D. João I tinha sido aclamado rei no mês anterior, nas cortes de Coimbra e que Martim Gonçalves de Macedo já tinha recebido mercês no reinado de D. Fernando, andando sempre, perto, da alta nobreza portuguesa. Outros dados relevantes são os que nos relatam alguns autores dos séculos XVII e XVIII, passados nesse dia da batalha, 14 de Agosto de 1385, quando o Rei D. João I, já em pleno campo de batalha, atribui a Martim Gonçalves de Macedo o título de “Cavaleiro”. Vejamos o que nos diz, entre outros autores, a páginas 1233, Joseph Soares da Sylva, nas suas “memórias que correspondem o governo del Rey D. João I”, tomo III, datado de 1732: “...*Discorrendo ElRey por todo o seu Exercito começou a mimar os soldados com razoens eficazes e verdadeiras; e também então armou cavalleiros alguns fidalgos, dos quaes nos referem as historias os seguintes: João Vasques de Almada, Rui Vasques de Castelobranco, Affonso Pires da Charneca, irmão do Doutor Martim Affonso, Lopes Dias de Azevedo, Martim Gonçalves de Macedo*” O escudeiro real e cavaleiro Martim Gonçalves de Macedo estava no lugar certo no momento certo quando foi necessário socorrer o seu rei em plena peleja de Aljubarrota.

O rei D. João I soube reconhecer o heróico e inestimável acto de Martim Gonçalves de Macedo. A 27 de Agosto de 1385, depois de ter ficado três dias no campo de batalha e ter rumado, para orações e agradecimentos ao mosteiro de Alcobaça, chega a Santarém. Aí outorga outra mercê a Martim Gonçalves de Macedo (Dias, João José Alves, in Chancelarias Portuguesas D. João I Vol. 1 Tomo 2, Primeira Edição, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005). Assim a páginas 48 desse tomo encontrámos o seguinte documento:

“Doaçam de bens e das aldeas d algoselho e pindello a Martim gonçalluez de macedo Dom Joham etc A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merecee a Martim gonçalluez de macedo nosso uasalo por muito serujço que nos delle recebemos e ao diante entendemos a rrecher Teemos por bem e damos lhe e doamos lhe e lhe fazemos lhe liuvre e pura doaçam antre viuos ualledoira daquy en diamte pera todo sempre pera elle e todos seus herdeiros e sucessores que depos elle vierem de todollos bens mouees e de raiz que Martim afomso de seixas auja em miranda e seu termo e em todallas cidades villas e lugares destes regnos e em outros quãasquer lugares onde quer que forem achados se o dicto Martim afomso andou e morreo em nosso deserujço e destes regnos Outrossy per esta mesma guisa lhe damos as aldeas

de algosello e pinello que som em termo da dicta villa de mjranda as quaaes o dicto Martim afomso tragia d el rrey de castella. Porem mandamos aos Jujzes da dicta villa de myranda e a todallas outras Justiças dos dictos regnos a que esta carta for mostrada que o metam em posse dos dictos bens e das dictas aldeas E os possa uender dar ou doar e scambar e fazer delles e em eles todo o que lhe prouuer e por bem teuer como de sua cousa própria e corporal posisam E mandamos aos moradores das dictas aldeas d algosello e de pinello que lhe acudam e façam acudir com os fructos novos e rendas delle pella guisa que as nos aujamos d auer e mjlhor se puderm E queremos e mandamos que esta doaçam seia firme e estauell pera todo o sempre nom embargando quaaeesquer leis e djreitos que em contrairo desto sejam fectos E se lhe alguém sobre os dictos bens e aldeas ou parte dellas qujser poer alguu embargo ou fazer força mandamos aas dictas nossas justiças que o nom consentam e lhe alcem dello força e o mantenham em posse dos dictos bens e aldeas Porquanto nossa mercee he de os o dicto Martim gonçalluez auer pella guisa que o dicto he e outro nemhuu nom saluo se Já a outrem primeiro sam dadas per nossa carta. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta dante em sanctarem xxvij dias d agosto el rrey o mandou per Joham afomso bacharel em degredos e Joham afomso scollar em leis seus uasallos e do seu desembargador nom sendo hi Joham gil e Martim d maya ueedores da sua fazenda vaasco martjns a fez era de mjl iiiijc xxiiij anos (era de Cesar) 1385 era J.C.) ”.

Novas mercês por parte de João I a Martim Gonçalves de Macedo se seguiriam como iremos relatar mais tarde.

Acerca dos mortos em Batalha

Os mortos na batalha de Aljubarrota: São várias as listagens que, desde Fernão Lopes a outros autores mais tardios (dos séculos XVII, XVIII e XIX) nos dão conta dos mortos em combate. Seguiremos o que nos diz, Fr. João de Vasconcellos. Pedro Sylva e Francisco Cardoso de Torneo nas suas “Cronicas DelRey Dom João e dos Reis D. Duarte e D. Affonso V, Por António Alvarez, datada de 1643, na página 204.

“... Que da parte dos Castelhanos morreram diz mil homens, & foram prezos mil € que dos Portuguesas morreram perto de dous mil & dos ingrezes seiscentos. Semelhantes cousas desta batalha conta Frossardo historiador Francez tam longa da verdade por outras taes informações. A verdade disto e que escreve Fernão Lopes, vizinho daqueles tempos, conforme a hua carta do mesmo Rei Dom Ioam, que à Cidade de Lisboa escreveu dando-lhe conta da batalha & sucesso della porque se ve que os que nela morrerão da parte dos Castelhanos foram duas mil e quinhentas lanças, & da gente de pá mui grande numero, a que se não soube conto certo, porque muitos dos que escaparão da batalha morrerão em diversos lugares dos caminhos, onde os tomavam por irem a pé & terem longe os lugares que estavam por Castella em que se podessem recolher, o que consta certo he que os de cavalo foraõ os mais nobres & grandes senhores do exercito porque nam ouve naquele tempo caía em Castella & seus senhorios, em que não ouvesse luto & falta de pai, filhos, irmãos, parentes ou senhores. Os que há melhor lem-

brança, foram Dom Pedro filho de Dom affonso Marquez de Vilhena primeiro condestável de Castella da casa real de Aragão, cunhado DelRey de Castella, Álvaro Gonçalves Sandoval, Fernão Gonçalves de Sandoval seu irmão”

Do espólio da batalha de Aljubarrota encontrado na tenda real de D. Juan de Castela:

Joseph Soares da Sylva nas suas “Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo Del Rey D. João I, datado de 1723, no tomo III, na página 1427, fala-nos nos despojos deixado no campo de batalha de Aljubarrota pelos castelhanos e franceses, mas sobretudo o espólio encontrado na tenda real castelhana.

“Achegarao-se na tenda delRey de castella grandes riquezas, como também em muitas particulares, o que se póde crer, sendo aquelle hum Principe tão poderoso, e estas pessoas tão qualificadas, e com mayor razão, quando hum e outros se persuadião, que não vinham a contender, senão a triunfar, e a estabelecerse em um Reyno, que julgavam seu. Tomaraõ-se os cavallos, e mulas, a bagagem, e trem de artilharia, que constava de dezasseis peças, e outros muitos despojos, em todo o tempo, e muito mais naquela occasião, todos estimáveis, os quais deixou ElRey, e também o Condestavel às pessoas, que havião ganhado e assim se repartiraõ pelos soldados, reservando só ElRey para sy as armas, cavallos, e mulas,e mais bestas de carga, com toda a artelharia, e também huma cruz de ouro, e pedras preciosas, em que estava o Santo Lenho, a qual para trazer na sua Capella, tirou ElRey de Castella da Sé de Burgos; e ElRey depois a deu ao Condestavel, por ser ele o que a pedira a Alvaro Gonçalves de Alfena, seu escudeiro (que a havia achado na capella, quando se roubou a tenda.”

Retemos aqui a menção a “huma cruz de ouro e pedras preciosas” que Domingos Sequeira, pintor régio do século XIX, ao visitar a Mosteiro de Santa Maria da Vitória registou em desenho, peça que se encontrava junto ao túmulo de D. João I. Esse desenho faz parte do espólio do núcleo museológico de Martim Gonçalves de Macedo. Peça entretanto desaparecida do património nacional!

Registo para a posteridade, no local (campo de S. Jorge), dos factos ocorridos com Martim Gonçalves de Macedo.

À data da inauguração do Centro interpretativo da batalha de Aljubarrota, iniciativa da Fundação da Batalha de Aljubarrota, ficou assinalado para os vindouros a memória de Martim Gonçalves de Macedo. Assim, conjuntamente com as figuras de maior destaque na batalha, ficou colocado no local uma lápide imortalizando o nosso Martim Gonçalves de Macedo.

Da tradição popular, como já tínhamos referido na nossa obra “ De Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo, na página 64, demos conta da existência, a cerca de 50 metros para sul da Capela, mandada erigir por Nuno Álvares Pereira, no campo de Batalha de um cruzeiro que marca o local “exacto” que segundo a tradição popular se teria passado o acto salvador da vida de D. João I, por Martim Gonçalves de Macedo, na tarde de 14 de Agosto de 1385.



Fig 1: Lápide evocativa a Martim G. Macedo



Fig 2: Cruzeiro existente no campo de S. Jorge

A Campanha do norte:

As praças do reino de Portugal estavam, no final da batalha de Aljubarrota, mais nas mãos de D. Juan de Castela do que dos partidários de D. João de Portugal. Havia que reconquistar essas praças (Fernão Lopes refere-se a 52 praças). Seguir-se-á a denominada “campanha do norte”, para a conquista das praças que estavam ainda (após a batalha de Aljubarrota) com voz por Castela. Iremos encontrar Martim Gonçalves de Macedo a acompanhar o seu rei D. João I, em Vila Real, imediatamente antes do cerco à praça de Chaves, no final do ano de 1385.

Datada de Vila Real, 19 de Dezembro de 1385, conforme documento da chancelaria de D. João I (Dias, João José Alves, Chancelarias Portuguesas D. João I Vol. I Tomo III, Primeira Edição, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005.

Da página 115 [1163] lê-se:

“D aldeã de outeyro de miranda a Martim Gonçalluez de Maceedo Carta per que o dito senhor fez doaçam emquanto sua mercee fosse a Martim gonçalluez de maceedo seu scudeiro a aldeia de outeiro de mjranda etc Em ujlla real xix dias de dezembro de mjl iiijc xxiiij anos” (era de César) (1385 era J.C.) ”

Na página 48 [609] da obra de Dias, João José Alves, Chancelarias Portuguesas D. João I Vol. I Tomo II, Primeira Edição, Centro de Estudos Históricos da

Universidade Nova de Lisboa, 2005. Damos nota que o Rei se encontrava em Santarém, 12 dias após a batalha Real e aí faz doação de bens a Martim Gonçalves de Macedo, transcrevemos esse documento da sua chancelaria:

“Doaçam de bens e das aldes d algoselho e pindello a Martim gonçalluez de macedo

Dom Joham etc A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merecee a Martim Gonçalluez de Macedo nosso uasalo por muito serujço que nos delle recebemos e ao diante entendemos a rreceber Teemos por bem e damos lhe e doamos lhe e lhe fazemos lhe liuvre e pura doaçam an-tre viuos ualledoira daquy en diamte pera todo sempre pera elle e todos seus herdeiros e sucessores que depos elle vierem de todollos bens mouees e de raiz que Martim afomso de seixas auja em miranda e seu termo e em todallas cidades villas e lugares destes regnos e em outros quãasquer lugares onde quer que forem achados se o dicto Martim afomso andou e morreo em nosso deserujço e destes regnos.

Outrossy per esta mesma guisa lhe damos as aldeas de algosello e pinello que som em termo da dicta villa de mjranda as quaaes o dicto Martim afomso tragia d el rrey de castella.

Porem mandamos aos Jujzes da dicta villa de myranda e a todallas outras Justiças dos dictos regnos a que esta carta for mostrada que o metam em posse dos dictos bens e das dictas aldeas E os possa uender dar ou doar e scambar e fazer delles e em eles todo o que lhe prouuer e por bem teuer como de sua cousa própria e corporal posisam E mandamos aos moradores das dictas aldeas d algosello e de pinello que lhe acudam e façam acudir com os fructos nouos e rendas delle pella guisa que as nos aujamos d auer e mjlhor se puderm E quere-mos e mandamos que esta doaçam seia firme e estauell pera todo o sempre nom embargando quaaeesquer leis e djreitos que em contrairo desto sejam fectos E se lhe alguém sobre os dictos bens e aldeas ou parte dellas qujser poer alguu embargo ou fazer força mandamos aas dictas nossas justiças que o nom consen-tam e lhe alcem dello força e o mantenham em posse dos dictos bens e aldeas Porquanto nossa mercee he de os o dicto Martim gonçalluez auer pella guisa que o dicto he e outro nemhuu nom saluo se Já a outrem primeiro sam dadas per nossa carta.

E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta dante em sanctarem xxvij dias d agosto el rrey o mandou per Joham afomso bacharel em degredos e Joham afomso scollar em leis seus uasallos e do seu desembargador nom sendo hi Joham gil e Martim d maya ueedores da sua fazenda vaasco martjns a fez era de mjl iiiijc xxij anos (era de Cesar) 1385 era J.C) ”.

Estamos em crer que nesta data o Martim Gonçalves de Macedo se encontraria também em Santarém na companhia do seu Rei.

Da mesma obra atrás referida, da chancelaria de D. João I na página 115 [1163] datado de Vila Real de Trás-os-Montes, em 19 de Dezembro do mesmo ano de 1385, aquando a ida para a tomada da praça de chaves, nova doação de D. João I a Martim Gonçalves de Macedo. Transcrevemos:

“D aldeã de outeyro de miranda a Martim gonçalluez

Carta per que o dito senhor fez doaçam emquanto sua mercee fosse a Martim gonçalluez de macedo seu scudeiro a aldeia de outeiro de mjranda etc Em ujlla real xix dias de dezembro de mjl iiiijc xxij anos (era de cesar) (1385 era JC) ”.

A caminhada de Martim Gonçalves de Macedo junto a seu rei irá continuar não só no cerco à praça de Chaves, como após a ida das tropas reais e de Nuno Álvares Pereira para o cerco à praça de Bragança.

Fernão Lopes, na sua crónica, relata-nos que após D. João I pedir ajuda a Nuno Álvares Pereira, este rumo a norte estacionando as suas tropas em Castelãos (Macedo de Cavaleiros), logo após se dirige ao cerco de Chaves em ajuda ao Rei. Conjecturamos que as tropas de Nuno Álvares Pereira tenham chegado a Castelãos a meados de Abril de 1386 onde se aquartelaram.

“E como ally foraõ todos, o Cõde partio cõ elles pêra Chaves e levou caminho de Braguamça; e em hua aldeã que chamaõ Castellaõs leixou gemtes e bandeira sob gouVERNAmça e capitania de Martim Gonçalves de Carvalhal, seu tio, e elle se foy afforado a Chaves naõ mais que cõ oitemta lamças. Ell Rey soube parte de sua ida e foy o receber fora do arraiall muy lomge, e emtão chegou hy tambe o comçelho de Lixboa, cõ que ell Rey foy asaaz ledto de como hia coregido e sua boa ordenamça. E tornouse ell Rey pêra o arraiall e o Comdestabre com elle, in Fernão Lopes, crónica D. João I, Vol. I pág. 167.”

Sabemos pela “Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nunalvares Pereyra, principiador da casa de Bragança”, Porto, 1848, na página 184, que acabado o cerco à praça de Chaves Nuno Álvares Pereira parte para Castelãos a fim de se juntar ao resto das suas tropas, para ir tomar a praça de Bragança que estava com voz pelo rei de Castela, sendo alcaide João Afonso Pimentel.

“E de hy se partio o codestabre pera Castellãos termo de bragança, honde leyx-ara sua gente & bandeira & de hy se foy a Bragança, que estava por Castella. E passando com sua gente por junto com a villa, lhe veo falar Joham Affonso Py-mentel, que tinha o logar por castella & donde sayo huu grande cavaleiro cas-tellaão que hy estava com Joham Affonso. E o condestabre falou com Joham Affonso muytas cousas pollo reduzir o serviço delrey & nom pode. E naquele logar mandou o condestabre lâçar fora todallas molheres que em sua hoste vinham, que nom ficou nenhua, que eram já que nenhum andava na guerra sem molher & e dali adiante se cuidarão & posto que algumas andassem, an-davam ocultamente”.

Documentos da chancelaria de D. João I:

Tomada a praça de Chaves em 30 de Abril de 1386, Nuno Álvares Pereira não perde tempo e vai, como dissemos, para Castelãos. O Rei chegará a Castelãos para se juntar a Nuno Álvares Pereira a 5 de Maio. Em Castelãos, a 6 de Maio, reúne a sua chancelaria para emitir três documentos, a saber:

Das “Chancelarias Portuguesas D. João I Vol. 1 Tomo 1, Primeira Edição, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004”. Do vol. I Tomo I retirámos;

A pág. 131 [256]

“Doaçam de bens a Joham Rodriguez de uasconcellos

Carta per que o dicto senhor fez doaçam pera sempre de Joham rodriguez de uasconcellos e a todos seus herdeiros e sucessores de todollos bens moues e de raiz que vaasco gomez d aureu aha [sic] e auja antre home [sic] e cadauo [sic] o qual os perdeo porque anda emcastella em deserujço destes regnos e senhor Dado em castellaãos [sic] termo de bragança vj dias de mayo de mjl iiijc xxiiij anos.” (era de César), 1386 era de J.C.

A pág. 131 – [II-219], Vol. II Tomo I

Priuilegios de torres novas

Carta per que o dicto senhor confirmou e outorgou ao concelho e homens boons de torres novas todos os priuyllegios e boos [sic] custumes foro liberdades que sempre ouuuerom etc.

No areal de castellãaos vj dias de mayo mjl iiijc xxiil anos (era de César) 1386 era de J.C.

E a pág. 180 [1288] Vol. II Tomo I

Sancta maria sa torre de donna chama

Carta per que o dicto senhor apresentou aa sua igreja de sancta maria da torre de dona chama do arcebispado de bragaa Joham steuez clérigo etc

Em castellaãos vj de mayo de mjl iiijc xxiiij anos, (era de César) 1386 era de J.C.

Frei Domingos Teixeira na sua obra?” A Vida de D. Nuno Alvares Pereira, Oficina da Musica Lisboa Occidental, 1723, relata-nos os factos ocorridos mais significativos ocorridos aquando da estadia das tropas de D. João I e Nuno Álvares Pereira, em Castelãos (Macedo de Cavaleiros) na preparação da tomada da praça de Bragança. Assim na página página 487 da obra referida consta:

“ Compostas as cousas, como nossas Praças acabadas de conquistar se conservavaõ menos nas forças que na opinião, resolveo o condestável não estar alli hum dia ociosos; partio logo a Castelãos, onde já o esperava Martim Gonçalves do Carvalhal com a gente em ordenança. Como achou tudo prompto sem tomar tempo para descanço foy demandar a Cidade de Bragança; fez-se alto em pouca distância daquela Praça, governada na devoção de Castella por João Affonso Pimentel. Tocou-se dentro a rebate, cubrio-se o muro de soldados, acodio o povo tumultuário a olharnos com temor e todos com espanto à vista de nossas armas vitoriosas. O Condestavel que não queria gastar tempo, nem perder gente em empresa, de que não podia tirar honra, enviou a dizer ao governador que vinha a vello, não a pelejar. Com este aviso mais grato aos ouvidos do inimigo, do que aos olhos nossa vista, cessou não só a perturbação e estrondo dos instrumentos marciaes, se não que João Affonso Pimentel querendo satisfazer à cortesia do Condestavel com igual urbanidade, mandou abrir as portas e saindo a recebello nos braços, lhe ofereceu para quartel a sua casa, agasalho a que se escuzou por lhe defendesem as instrucçoens e o cargo”.

Mais à frente a páginas 488, continua o relato;

“...Grato ao Ceo que reconheceo sempre author dos triunfos, foy com os seus ao lugar de Azinhoso, pequeno, mas celebre pela devota Imagem da Rainha dos Anjos que alli veneraõ os Catholicos com religioso culto. Prostado na casa da Senhora rendeo as graças de tão sucessivos beneficios e se ofertou à sua

devoção entre outros donativos com huma joya de preço; e com dos despojos da guerra não reconhida para si mais que as insígnias de vencedor, deixou pendentes nas paredes daquele Templo os estandartes de Castella, trofeo levantado às memórias de tão gloriosos sucessos.

O seguynte dia que tomou para descanso, ocupou em desterrar do arrayal, como peste dos exércitos, todas as mulheres, permitidas até entaõ pela relaxação dos tempos, em que os vícios sem ley reinavaõ com absouto imperio. Teve muy vi-vas contradiçoens a execução do decreto amotinaraõ-se os Cabos e soldados, romperaõ os edictos, tratáraõ com desprezo os bandos e chegára a sedição às armas, a não se meter de permeyo o respeito de homem tamanho e ainda se mostraraõ tão tenazes na porfia, que nada sobejou à autoridade empenhada a fazellos ceder obedientes. O mesmo Condestavel afirmou depois que nenhum perigo, ou batalha receára tanto, nem tivera inimigos, que mais lhe custassem a vencer. Alguns com resolução abominavel quizeraõ dar baixa, outros com escandaloso exemplo quizeraõ passarse ao inimigo; afirmando com estilo bárbaro que o campo se não podia conservar sem aquelle torpe género de companhia, à Religião estranha, inútil às armas, até alli dissimulada na froxidaõ dos Superiores, mais sofridos na injuria do Ceo, que na dos homens. A mayor parte conjurados com huna cega obstinação apostavaõ defender aquella causa até a ultima gotta de sangue”...

Continua na página 491.

“... No outro dia chegou ElRey (5 de Maio) áquelle sítio, onde confirmou a resolução do Condestavel debaixo de graves penas aos transgressores. Comprehen-dia o bando os juramentos, e jogos, que serviaõ com diversaõ illicita a laxar as forças, ou asseminar os ânimos, cuja religiosa observância se estabeleceo, então com edificação, depois na posteridade se celebraraõ as memorias, imitados os exemplos. Affrimou ElRey naquela occasiaõ que todos os bons costumes se deviaõ ao zelo do Condestavel.”

Relato que nos informa do banimento de todas as mulheres do arraial de Castelãos, facto pouco relatado pelos historiadores e que consideramos marcante para se entender o carácter do homem que foi Nuno Álvares Pereira. É-nos também narrado de forma semelhante na obra sem autor “Cronica do Condestabre de Portugal Dom NunAlvarez Pereyra, Principiador da Casa de Bragança, sem mudar dantiguidade de suas palavras, nem estilo”. Typographia Constitucional, Rua do Correio, nº 19 Porto, 1848”.

Transcrevemos:

“...O seguinte dia, que tomou para descanço, ocupou em desterrar do arrayal, como peste dos exércitos, todas as mulheres, permitidas até entaõ pela relaxação dos tempos, em que os vicio sem ley reinavaõ com absoluto imperio. Teve muy vivas contradiçoens a execução do decreto, amotinaraõ-se os Cabos, e soldados, romperaõ os edictos, trataraõ com desprezo os bandos, e chegára a sendição às armas, a não se meter de permeyo o respeito de homem tamanho, e ainda se mostraraõ tão tenazes na profia, que nada sobejou à autoridade empenhada a fazellos ceder obedientes. O mesmo Condestavel afirmou depois, que nenhum perigo, ou batalha receára tanto, nem tivera inimigos, que mais lhe

custassem a vencer. Alguns com resolução abominável quizerão vencer. Alguns com resolução abominável quizerão dar baixa, outros com escandaloso exemplo quizerão passarse ao inimigo; afirmando com estilo bárbaro que o campo se não podia conservar sem aquella torpe género de companhia, à Religião estranha, inútil às armas, até alli dissimulada na froxidão dos Superiores, mais sofridos na injuria do Ceo, que na dos homens. A maior parte conjurados com huma cega obstinação apostavam defender aquella causa até a última gotta de sangue.”

Sobre o brasão de armas dos “Macedos”



Fig 3: Brasão do palácio da Mesquitela em Lisboa

Brasão existente no palácio da Mesquitela do Visconde D. António da Costa de Sousa de Macedo, onde nos aparece as armas dos “Macedo” que apresenta cinco estrelas de cinco pontas. Encimando o brasão temos um braço empunhando uma maça de armas. Estranha-se a ausência das armas dos “Costa”. As cinco estrelas apresentam-se em aspas mas, com cinco pontas o que não está conforme as informações

do Visconde Sanches de Baêna. O título de Visconde de Mesquitela foi criado pelo Rei D. José I, por decreto de 2 de Maio de 1754 a favor de Luís de Sousa de Macedo. Todavia, levantamos algumas reservas, à ligação dos “Mesquitela” com os descendentes, por varonia directa, a Martim Gonçalves de Macedo. Fernando Campos no seu artigo publicado na obra colectiva “Macedo de Cavaleiros” Fernando Campos. ... De Cavaleiros, na página 25 refere; *Em galardão do feito de Aljubarrota, acrescentou o Rei João primeiro aos Macedos, às cinco estrelas de seis pontas das armas da família, o timbre que lhes faltava: um braço vestido de azul com uma maça de armas de oiro.*

Este outro brasão de armas (fig 4) que apresentamos encontra-se na frontaria de um palacete do século XVIII, em Macedo de Cavaleiros, mandado construir por Dª Ana de Sá Sarmento e seu marido Dr. José da Costa Macedo. Transcreve-se o que nos diz Manuel Cardoso no seu livro “Macedo Rua a Rua” na página 135 a notas 7. “ *Ela era filha dos Morgados de Macedo e ele era licenciado pela Universidade de Coimbra, tendo sido juiz em diversas comarcas, nomeadamente em Miranda do Douro. Há dois factos muito curiosos a propósito deste casal e deste solar: um é o brasão que está na fachada que é um brasão em*



Fig 4: Brasão existente na casa Falcão em Macedo de Cavaleiros

escudo, masculino, mas a carta de armas tinha-lhe sido concedida a ela por D. João V e nela figura um brasão em lisonja com os mesmos campos que estão na pedra: Macedo, Sarmento, Sá e Costa. Esta leitura é rigorosa e feita segundo o que consta na carta de armas, inédita, deste brasão. A casa é uma casa feminina na arquitectura da fachada: elegante, de colunas curvilíneas e panos frisados nas cantarias. O outro facto curioso é que o marido chamava-se José Fernandes da Costa e é quando frequenta a Universidade que muda de nome, mediante autorização especial, para José da Costa Macedo.

Catarina Isabel Carabineiro Gonçalves, no artigo “Os Brasões no

Concelhos de Macedo de Cavaleiros, no caderno Terras Quentes nº 6 na página 35, dá-nos uma descrição pormenorizada dos componentes apostas no brasão. “ *O escudo boleado de bico com chefe de linhas côncavas, esquartelado, ostenta as armas da família “Costa”, no 1º quartel, as da família “Macedo”, no 2º quartel, as dos “Sarmento”, no 3º quartel e as armas da família “Sá”, no 4º quartel. Sendo que as armas dos “Macedo” exhibe em aspas cinco estrelas de cinco pontas e um braço empunhando uma maça de armas.*

Apresenta-nos as armas dos “Macedo” no 2º quartel do escudo, exhibe em aspas, as 5 estrelas de cinco pontas e um braço empunhando uma maça de armas. Pensamos contudo, que o brasão colocado na frontaria da “casa falcão” tratar-se-à de uma criação conjectural. O que consta, somente, no livro sétimo do registo dos brasões da Nobreza de Portugal a folhas 186, em que foi escrivão Frey Joseph da Cruz da ordem de São Paulo e subscrita por Simão da Silva Lambert, por ordem de D. João V, aos 18 dias do mês de Setembro de 1725, é o seguinte, no que concerne as armas dos Macedos; “*& na segunda, as armas dos Maçedos que são em campo azul sinco estrelas de ouro postas em sautor*”.

Como se disse o solar é conhecido actualmente por casa Falcão (onde se encontra instalado o posto de turismo e o Museu de Municipal de Arte Sacra), devido a ter sido comprado pela família Sousa Falcão nos inícios do século XX, outrora também se denominou, casa Alpoim, casa da Viscondessa e casa da Fidalga.

Para além dos factos acontecidos na batalha de Aljubarrota, das doações e mercês recebidas, também na transformação do seu brasão se nota a

reverência e apreço que D. João I colocou na pessoa de Martim Gonçalves de Macedo.

Sobre a valoração posta pela alta nobreza medieval nas suas insígnas identificadoras é Fernão Lopes que nos esclarece: “*Na conservação das armas de nobreza pozeram os reis muito cuidado, entendendo que foram ganhas pelo valor dos fidalgos d’este reino, na recuperação d’elle. E como a grandeza e segurança dos seus estados consisia no valor dos nobres, por galardão e agradecimento de tantos serviços, procurarem as armas de cada família. Foi este intento tão antigo nos reis de Portugal.*”

São poucos os cronistas ou genealogistas que até aos finais do século XIX nos apresentaram bibliografia sobre os estudos heráldicos portugueses, enunciarmos, as obras e autores mais relevantes: Nobiliário do Conde D. Pedro; Theatro genealógico pelo prior D. Tivisco de Nasão Zarco Y Colona (pseudónimo), D. António Caetano de Sousa, História genealógica da Casa Real Portuguesa e as Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal e João Carlos Feo Cardoso de Castello-Branco e Torres, Resenha das famílias titulares do reino de Portugal e Dicionário aristocrático.

O terramoto de 1 de Novembro de 1755 fez desaparecer a maior parte da documentação existente no cartório relativa às armas e brasões consignados aos nobres portugueses. Será o Visconde Sanches de Baêna o primeiro a fazer a recuperação desse espólio, na sua obra, “Arquivo Heráldico-genealógico, Typographia Universal, Impressor da Casa Real, Lisboa, 1872”. Na página 847, lê-se;

“*MACEDO. É família de Portugal, que teve o seu solar em Macedo de Cavaleiros, no termo de Bragança, e precede de Ruy Martins de Macedo, Senhor de Sanceris, que viveu no tempo de el-rei D. Dinis. Foi seu filho Gonçalves Rodrigues de Macedo, que teve o dito senhorio e foi alcaide-mor do castelo da Feira. E d’este o foi Martim Gonçalves de Macedo que na batalha de Aljubarrota socorreu el-rei D. João I matando o Álvaro Gonçalves de Sandoval, cavaleiro castelhano, que lhe tinha pegado na maça, e por premio d’este feito lhe fez o mesmo senhor mercê da alcaideria do castello do Outeiro dos direitos reaes de Bragança e outros muitos. São suas armas em campo azul cinco estrelas de oiro de seis pontas, postas em santor; timbre um braço vestido de azul, com uma maça de oiro cravejada de pontas de ferro, como a clava de Hercules, em acção de descarregar a pancada*”. Mas com data anterior ao terramoto, que assolou o país em 1 de Novembro de 1755, António de Sousa de Macedo pela sua obra “Flores de Espanha, Excelências de Portugal, Oficina de António Simoens Ferreyra, Impressor da Universidade, Coimbra, 1737, a páginas 531, sabemos que; “*...despues de tal privilegio fué senhor della el dicho Diego Gonçalves de Macedo, que es argumento de aver sido rico hombre. De aqui tuvo principio el Timbre que los Macedos trazén en sus armas que siendo ellas sinco estrellas de oro de sinco pontas cada una en campo azul el Rey les dió por timbre um braço vestido de azul com una maça como quien quiere dar com ella. Y aunquen yó por linea masculina foy quinto nieto del dicho Martim Gonçalves de Macedo y quarto nieto de Diego Gonçalves de Macedo su hijo, ni por esso deve tener muy grande los comentarios de Cesar por averlos*

hecho el mismo: y los del grande Alonso de Albuquerque por averlos escrito su hijo: quanto y más que lo susodicho consta de las chornicas del Rey Don Juan el Priemiro del libro de los registros del mismo Rey y otros autores”.

Cinco estrelas de cinco ou seis pontas? Estamos em consonância com o que nos dizem a maioria dos historiadores, isto é, seis pontas. Tomemos nota do que nos diz, para além da obra citada do Visconde Sanches de Baêna, a carta do brasão de armas emitida pelo rei D. José datada de 1770; “*DOM JOZE Por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves da quem, e dalem Mar em Africa Senhor da Guiné e da Conquistya Navegação do Comercio da Ethiopia, Arabia, Percia e da Índia etc. Faço saber aos que esta minha Carta de Brazão de Armas de Nobreza e Fidalguia virem que Domingos Jozé Cardozo de Macedo, Cavalleiro profeço na Ordem de Christo.... Passar esta Minha carta de Brazão de Armas das referidas famílias na forma que aqui vaõ Brazonadas, divisadas e Illuminadas com cores e metaes segundo se achão registados no livro dos Registos das Armas de Nobreza e Fidalguia destes meus reynos que tem Portugal. Meu principal Rei de de Armas. A saber. Hum Escudo partido em palla. Na primeira as Armas dos Macedos em campo azul cinco estrelas de seis pontas em sautor de ouro... Timbre dos Macedos hum braço vestido de azul com hua massa de ouro cravejada de pontas de ferro como a clava de Hercules. Feita em Lixboa aos quinze dias do Mez de Novembro do anno de nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de Mil setecentos e setenta – Frei Luis Rodrigues Cardoso, Rey de Armas e Principal. Registada no livro nº 1 dos registros dos Brazões da Nobreza destes Reynos e suas conquistas a fls 138.*

Esclarecidas, pensamos de forma definitiva, as dúvidas sobre o túmulo de Martim Gonçalves de Macedo no Mosteiro da Batalha.

No livro, “De Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo”, tentámos desvendar a atribuição do túmulo existente á entrada da sala do fundador no mosteiro de Santa Maria da Vitória, vulgo Mosteiro da Batalha.

Entretanto, surgiram novos dados esclarecedores. Em 8 de Outubro de 2008, subscrito pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, pela Fundação da Batalha de Aljubarrota e pela Associação de Defesa do Património de Macedo de Cavaleiros, “Terras Quentes” foi entregue um ofício/exposição solicitando, ao Sr. presidente do IGESPAR, à data, Dr. Elísio Summavielle, a rectificação da sinalética aposta nas imediações do túmulo de Martim Gonçalves de Macedo, que se encontra erroneamente com o nome de Martim Gonçalves de Maçada. A petição ia mais longe, sugeria-se que fosse alterada para “Túmulo de Martim Gonçalves de Macedo (de Cavaleiros)”.

Da resposta transcreve-se: Em Título “*Carta petição para alteração de sinalética no túmulo de Martim Gonçalves de Macedo*” ... no texto; *Considera-se não ser correcto, nem adequado que ao “Túmulo de Martim Gonçalves de Macedo” se acrescente, como foi proposto “de Cavaleiros” e mais à frente lê-se, Tendo presente que partes do epitáfio se encontra em grande parte apagado, oportunamente serão definidos os parâmetros da correcção e iniciadas as diligências necessárias à sua regravação*, assinado Elísio Summavielle, director do Igespar.

Como se refere não está em causa a atribuição do referido túmulo à figura do Martim Gonçalves de Macedo, como reconhece a tutela, mas sim a oportunidade de emendar o erro que consta na placa identificadora do túmulo.

Mas se dúvidas pudessem existir, para além de toda a argumentação acrescida ao caso, no livro atrás referido, acrescentamos mais três notas que nos parecem totalmente esclarecedoras para a atribuição do nome de Martim Gonçalves de Macedo ao túmulo jacente, existente à entrada da sala do fundador:

Na obra do Conde de Vila Franca “D. João I e a Aliança Inglesa, Investigações Histórico-Sociais”, 2ª edição de 1950, na página XVIII em prefácio assinado por João Carlos da Costa de Sousa Macedo, professor da faculdade de Ciências de Lisboa afirma: “*O autor deixa entrever, argumentando, por isso a beleza do drama, o carácter rígido dum mancebo da Idade Média, e sobretudo quando se refere ao caso de Martim Gonçalves de Macedo, que lhe salvara a vida a D. João I na batalha de Aljubarrota.* E remete-nos para a nota 9 do livro onde se lê: “*Nesta batalha, Martim Gonçalves de Macedo, prostando-o a seus pés, arrancou a um castelhano (D. Álvaro de Sandoval, Mestre da Ordem de Calatrava) a maça, com que este pretendia matar o Rei D. João I. Para recompensar este facto foi sepultado no grande mosteiro da Batalha, à entrada da Capela Real, onde estão os corpos de D. João I da Rainha D. Filipa, sua mulher, e dos Infantes, filhos de El-Rei D. João I. Este determinou ainda que o escudo de armas de Martim Gonçalves de Macedo e de todos os seus descendentes, fosse sobreposto um braço com a coroa real nele enfiada e empunhando aquela maça inimiga*”.

Crispín Ximénez Sandoval na sua obra “Batalla de Aljubarrota” de 1872 na página 260 refere-se ao túmulo de Martim Gonçalves de Macedo nestes termos; “*... E fuera ya de ella, aunque junto à la puerta, bajo una losa en el suelo se asse-gura hallarse enterrado Martim Gonçalves de Macedo, soldado que salvou al Rey en el trance más apurado de la batalla. Qué sentimiento de simpatia inspira esse elocuente contraste de lealtad y caballerismo de grandeza y humildad cristiana, entre la tradicion y los túmulos del Rey y del soldado!*

Crispín Ximénez Sandoval volta ao tema na sua obra citada, desta vez na página 305, afirmando; Del valiente Martin Gonçalves Macedo, que socorrió al Rey cuando estuvo para sucumbir en la pelea com Alvaro Gonzales de Sandoval, ya dijimos reposa en la Iglesia de Batalha, acerca del Panteon de su Soberano.”

Notamos que, como nos diz Crispín Ximenéz Sandoval, na página 327 “Quando visitei, em 1869, el campo de batalla”

Uma terceira nota: Sabemos que Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (nasceu em 1792 na quinta da Várzea, local perto de Aljubarrota e faleceu em 1846) era avô de Joaquim Augusto Pereira da Silva Mouzinho de Albuquerque e foi o encarregado das obras de restauro do Mosteiro da Batalha entre 1840 e 1843. Será no livro “Centenário de Joaquim Augusto Pereira da Silva Mouzinho de Albuquerque”, 1855-1955, de autoria do General Luís António de Carvalho Viegas Corrêa (Presidente), Professor Doutor António Augusto Esteves Mendes e outros, que na página 260, nos transmite o seguinte relato:

“Certo dia, na festa aniversária da batalha de Aljubarrota, o pequeno Joaquim Mouzinho puxou a mãe para junto das inscrições tumulares sob as naves, à en-

trada principal do Mosteiro. A bondosa senhora ajudou-o a ler: «Mestre Mateus Fernandes, sua mulher Isabel Guilherme». Noutra: «Aqui jaz o licenciado Miguel Henriques, sua mulher Antónia de Vivar e suas filhas». Numa terceira, ao lado: «Diogo Gonçalves Travassos, aio dos filhos do Infante D. Pedro». Era certamente – deduziu o pequeno – gente merecedora daquele destino.

A última, porém, à entrada da capela do rei, surpreendeu-o em mais demorada reflexão: «Martim Gonçalves de Macedo, que salvou a vida ao Senhor D. João, na Batalha de Aljubarrota». Ali estava, na pedra jazente da Casa da Dinastia de Avis, admirável lição que a mãe do futuro aio do Príncipe Real não perdeu o ensejo de reproduzir em palavras amantíssimas. Explicou-lhe o simbolismo histórico. O mesmo guerreiro, o mesmo braço intrépido que salvara o rei na batalha, jazia naquele local, à entrada da capela onde está o soberano, numa lealdade patente a todos os séculos.

Seguimos uma coerência cronológica sobre os factos que levaram quase à ruína, o mosteiro de Santa Maria da Vitória, vulgo Batalha. James Murphy nos anos de 1789-1790 procedeu ao registo do estado do Mosteiro recreando, ao sabor do gótico inglês, algumas parte do edifício que já se encontrava em ruínas. Vinte anos depois, em 1810, durante as invasões francesas, as tropas do general francês Massena ocuparam e saquearam o mosteiro, deteriorando seriamente o edifício e o seu espólio. Em 1834 ocorre a extinção das ordens religiosas. Após esta data dá-se o abandono total do monumento. Em 1837, o rei-consorte, D. Fernando II (O rei-artista) visita o monumento e expressa preocupação pelo seu estado. Luís Mouzinho de Albuquerque inicia, três anos mais tarde (1840) os trabalhos de restauro do edifício. Joaquim Mouzinho de Albuquerque (o herói nacional) nasce em 12 de Novembro de 1855, o texto refere-se ao “pequeno Joaquim Mouzinho”. Inferimos que não teria mais de 10 anos de idade, quando, acompanhado pela mãe, esteve naquele dia de 14 de Agosto, no Mosteiro da Batalha, onde lhe lê as inscrições lapidares (estaremos cerca do ano de 1865), o que ainda hoje se pode observar, parcialmente, na pedra jazente que cobre o corpo de Martim Gonçalves de Macedo. Recuperando as informações de Crispín Ximénez de Sandoval, este esteve presente no Mosteiro da Santa Maria da Vitória no ano de 1869 e dá-nos conta da mesma leitura que efectuou D. Maria Emília Pereira da Silva e Bourbon, a seu filho Joaquim Mouzinho de Albuquerque, três ou quatro anos antes.

Depois dessa data muitas outras intervenções de conservação e restauro houve no Mosteiro da Batalha, infelizmente, muitas delas, como nos diz Lúcia Maria Cardoso Rosas na sua tese de doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1995, intitulada “Monumentos Pátrios, A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)”, nem sempre de melhor qualidade, como afirma:

“Mosteiro da Batalha, Batalha 2/11/94;

“.....No túmulo de D. João as mãos que se apertam são novas, mesquinhas e ridículas. E nas roupagens em (ilegível), escavando e gastando na pedra os bocados fracturados. O mesmo em quasi toda a orla do manto da rainha. Tudo é feito friamente automaticamente, sem sentido e sem arte.

No espaldar da edícula do túmulo de D. Fernando, o infante santo, há as três pessoas da paixão que são caricaturas. Obras de rapazes, principiantes e habilitados. O antigo lá está para o confronto...”

Por outro lado Alice Nogueira Alves na sua tese de doutoramento “Ramalho Ortigão e o culto dos Monumentos Nacionais no século XIX”, Tese de doutoramento na especialidade de Arte, Património e Restauro, apresentada à faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009, iliba desses restauros desastrosos, dessa falta de qualidade interventiva, Luís Mouzinho de Albuquerque, afirmando a páginas 119; “...*Segundo o autor, parecia não haver por parte dos restauradores portugueses conhecimento dos cuidados a ter com a preparação de um bom projecto de restauro. Havia, no entanto a excepção honrosa de Mouzinho de Albuquerque autor de um digno projecto para o mosteiro da Batalha, apoiado numa pesquisa e reflexão aturadas onde as suas opções eram fundamentadas e discutidas de modo sério. Não nos podemos esquecer o facto de Mouzinho de Albuquerque ter estado exilado no estrangeiro, onde muito provavelmente recolhera as informações necessárias nesse campo. De resto o panorama era avassalador, por todo lado se intervinha sem qualquer projecto, sem pesquisas históricas e materiais, sem se compreender o carácter do edifício, a sua história, os seus elementos constituintes ou a meio onde se encontra envolvido.*”

Acerca do topónimo “Macedo”

Vários autores já discorreram sobre as origens e significado do topónimo Macedo, referente a actual cidade Portuguesa de Macedo de Cavaleiros.

Para Pinho Leal o topónimo Macedo é um apelido nobre em Portugal, vindo de Espanha... trazido por D. Álvaro Gil de Macedo e que se julga deu o seu apelido a esta vila.

Armando Pires refere que Macedo de Cavaleiros fazia parte das terras de Lampaças, com o topónimo de Massaedo ou Maçaedo. Nas inquirições de Afonso III, aparece com o topónimo Maçaedo.

O Guia de Portugal avança com outras propostas sobre a origem de topónimo Macedo de Cavaleiros, mas também a partir das informações retiradas das leituras às inquirições de Afonso III. Assim, diz comprovar-se por alguns documentos a sua remota existência já no século XII. Esse obscuro lugar é apontado como fazendo parte da chamada “Terra de Lampaças” que D. Sancho I, não se sabe por que motivo extinguiu. Nesse tempo o topónimo era Massaedo ou Maçaedo (passagem retirada da página 480 da obra Macedo de Cavaleiros, cultura património e turismo, do autor).

Se consultarmos o dicionário de topónimos da Porto Editora, verificamos que Macedo provém do latim vulgar *mattianetum*, “terreno onde há macieiras”. Existe também o mesmo topónimo na Galiza. Aparece em alguns compostos, como Macedo de Cavaleiros e Macedo do Peso, Macedo do Mato etc. Tem os derivados Maceda e Macedinho etc..

Se os primeiros se limitam a transcrever as informações contidas em in-

quirições, o dicionário da Porto Editora, remete-nos para um fitotopónimo “Terreno onde há macieiras”. Aliás esta interpretação é a mais comumente aceite até ao momento.

Pretendemos conduzir a origem do topónimo Macedo noutra direcção e com outra interpretação.

Estará Martim Gonçalves de Macedo (ou melhor, os seus ascendentes), relacionado com o topónimo “Macedo”? Pensamos que sim!

Como narramos no nosso livro, “De Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo,” a ascendência mais longínqua que se conhecia da árvore genealógica dos “Macedos” era João Gomes do Vinhal. Hoje é possível recuar um pouco mais, para tempo do seu avô Dom Egas do Vinhal que, segundo o nobiliário do Conde D. Pedro, era natural de Toledo e acompanhou o Conde D. Henrique de Borgonha nas conquistas das terras Portuguesas O Conde D. Henrique foi “conde de Portucale” desde 1093 até à sua morte. Nasceu em Astorga no ano de 1066 e faleceu no ano de 1112. Dom Egas do Vinhal teve como filho, João Gomes do Vinhal, que a genealogia atribui o título de 1º Senhor de Macedo, (estamos cronologicamente nos séculos XI/XII, e no aparecimento à primeira referência bibliográfica ao “vilal de Macedo, muito provavelmente à sua criação). Como já explicámos, na obra atrás citada, seguindo esta varonia se chegará a Martim Gonçalves de Macedo. Acerca de João Gomes do Vinhal, nas suas notas biográficas da “Geneall” lê-se: Gaspar Álvares Lousada diz “*que achou hua Carta na Torre do Tombo do Rey D. Affo 2º (1211-1223) pella qual mandava a este João Gomes tomasse por sua conta apaziguar certas diferenças que havia entre os Fidalgos de Traz os Montes que trazião os povos inquietos e que esta deligencia a fiava delle pelo vallor e respeito de sua pessoa*”

O sobrenome “Vinhall” provém de uma localidade perto da cidade de Toledo, que pertencente à região Espanhola de Castela -La Mancha.

Da obra “Dicionário Sefaradi de sobrenomes” no capítulo “Judeus em Espanha” na página 27, de Reuven Faiungold, transcrevemos:

“ As crónicas espanholas não tratam da chegada dos Judeus à Espanha. O primeiro texto que faz referência ao tema é a “Refundição da crónica de 1344” supostamente escrito por um converso de Toledo no século XV. Os Judeus sempre afirmaram que se estabeleceram em território espanhol bem antes da destruição do Segundo Templo (70 d.C.) afastando essa data até aos dias do rei Salomão. A documentação existente não esclarece se esses judeus vieram por vontade própria ou perseguidos. A versão insistentemente contada era que eles chegaram a Espanha muito antes da crucificação de Cristo.

Após a publicação da Refundição apareceram vários outros cronistas que mencionaram a chegada e a contribuição dos judeus à civilização espanhola: Luis del Marmol Carvajal, ao falar da revolta dos mouros em Granada assinala a chegada de Judeus a essa cidade; segundo textos judaicos, o jesuíta Juan de Mariana cita, na sua “História de España” localidades que foram construídas por judeus, a exemplo Toledo (Toledot)...”

Os Sefarditas (do hebraico *Sefardim*, no singular *Sefardi*) é o nome pelo qual

são conhecidos os Judeus provenientes da Península Ibérica (Sefarad), estabelecidos nesta região, na Idade Média, ou que é membro de comunidade que apresenta influências culturais-religiosas do judaísmo.

São três os momentos para esta diáspora dos Judeus do território, hoje, Israel: O Primeiro momento de destruição de Jerusalém teria ocorrido em 587 a.C. pelos exércitos da Babilónia, comandados pelo rei Nabucodonosor. O segundo momento mais recente (dentro de período cronológico que tratamos) dá-se no ano 70 d.C., já sobre o domínio Romano, com o Comandante Romano Tito a derrotar a grande revolta Judaica. Por fim, em 135 da nossa era, o imperador Romano Adriano arrasa novamente a cidade de Jerusalém e acaba com nova revolução judaica. São estes factos que originam os grandes êxodos de Judeus para vários países europeus sendo que muitos deles acantonaram-se na Península Ibérica.

São várias as hipóteses que colocam diversos autores para a permanência desta comunidade Judaica nos princípios da Nacionalidade em Portugal. Como vimos, Dom Egas do Vinhal acompanha o Conde D. Henrique na conquista das terras Portuguesas. Em uma decretal do Papa Gregório IX repreende D. Sancho II por favorecer os Judeus e ordena ao mesmo tempo, aos bispos de Astorga e Lugo, que o admoestem para emendar este abuso.

Por bula do Papa Clemente VI manda cumprir a D. João I a necessidade dos Judeus trazerem uma divisa vermelha, uma “estrela”. Todavia deveriam ser protegidos e respeitada a sua crença. Ninguém os podia forçar a baptizarem-se e mandava que se respeitassem as suas sinagogas e cemitérios.

Assim, pode-se afirmar que até ao reinado de D. Manuel I, a comunidade Judaica foi bastante tolerada e até acarinhada em terras portuguesas.

Como sabemos, a refundação de Toledo foi efectuada por Judeus, provavelmente, provenientes da região da Galileia, muitos deles da região do Monte Arbel, onde se situa ainda hoje a cidade de “MaSaD”, “הדצמ” em Hebraico (Macedo) palavra que, em tradução livre para a língua Portuguesa, quer dizer “alicerce, fundação”.

MARTIM (Martins) assim como GONÇALVES e também MACEDO (nomes retirados do dicionário dos sobrenomes Judaico-Sefardita) são de origem Judaica. O Conde D. Pedro (filho del Rei D. Dinis de Portugal), na sua obra “Nobiliário”, ordenado e ilustrado com notas e índices de Ivan Bactivista Lavaña, editado em Roma por Estevan Paolinio, em 1640, dá-nos a ascendência de Martim Gonçalves de Macedo. Assim transcreve-se a páginas 341 e 342: “*Título LXI da linhagem dos Vinhal, donde mais longe sabemos – á margem - Passo de Toledo (de donde era natural) a Portugal com el Conde D. Henrique*”.

Vinhal: Dom Egas do Vinhal foy o primeiro que sabemos, foy casado com D. N. e fez em ella – Gomes Veegas do Vinhal, foy cazado com D.N. e fez em ella – João Gomes do Vinhal nu 3 que foy cazado com D. Maria Pires de Aguiar, filha de D. Pedro Mendes de Aguiar e de D. Estevinha Mendes. Fol 344 o que nos vai ligar em descendência por varonia a Martim Gonçalves de Macedo.

As suas armas antes de Aljubarrota;



Cinco estrelas de seis pontas (estrela de Magen David) bem como a disposição no escudo das 5 quinas de Portugal, aqui dispostas em aspas, ou seja saindo da forma cruciforme.

Repare-se na semelhança do brasão de armas dos “Macedo” com o brasão da localidade Holandesa de Poortugaal, fundada por Judeus fugidos de Portugal, a partir do reinado de D. Manuel I. Aqui dispozeram os escudos em forma de cruz.



Pelo brasão de armas dos “Macedo” estes assumiam-se como cristãos (não renegando as suas origens) com as cinco quinas substituídas ou sobrepostas pelas “Magen David”.

A palavra magen significa escudo, broquel, defesa, governante, homem armado. O substantivo magen refere-se a um objeto que proporciona cobertura e proteção ao corpo durante um combate. De acordo com a tradição judaica, este símbolo era desenhado ou encravado sobre os escudos dos guerreiros do exército do rei Davi. É um símbolo em forma de estrela formada por dois triângulos sobrepostos, iguais, tendo um a ponta para cima e outro para baixo. (wikipedia.org/Estrela de Davi).

Sobre o Álvaro Gonçalves de Sandoval

Dom Cirilo Garcia é o único historiador ainda vivo que se debruçou sobre a genealogia dos “Sandoval “. Ramo proveniente de Sandoval de La Reina, situada na provincia de Burgos, comunidade autónoma de Castela e Leão, comarca Odra-Pisuerga, concelho de Villadiego. Para o seu trabalho de investigação baseou-se nos escritos quinhentistas de Frei Prudêncio de Sandoval.

(www.sandovaldelareina.com). Desse trabalho retirámos a seguinte informação:

Juan Rodrigues de Sandoval terá nascido no início do século XIV, sabendo-se o ano e local da sua morte – Quintana del Puente no ano de 1358-. Juan Rodrigues teve um irmão de nome Álvár Dias de Sandoval que foi pai de três filhos; Pedro Dias de Sandoval, morto na batalha de Najeve; Fernando Gutierrez de Sandoval e Diego Gomes de Sandoval, ambos mortos na Aragón. Este Diego Gomes de Sandoval foi pai de dois filhos; Hernán ou Fernán Guterrez ou Gonzales de Sandoval e Álvár Gutierrez ou Gonzales de Sandoval (terá nascido no ano de c. 1365) ambos nascem no reinado de D. Henrique II (1334/1379) e morrem no reinado de D. Juan I, concretamente em 14 de Agosto de 1385, em Aljubarrota.

Na obra de Manuel Faria y Sousa “Europa Portuguesa” índice de la coleccion de Don Luis de Salazar Y Castro, tomo XI, editada em 1679, retivemos a seguinte informação: Férrnan *Gonzales de Sandoval* e o seu irmão *Álvár Gonzales de Sandoval* (o que se confrontou com Martim Gonçalves de Macedo). Don Luis de Salazar y Castro dá-os como mortos, no final do dia 14 de Agosto de 1385, na batalha de Aljubarrota. Por outro lado este autor não tem as dúvidas que possui Don Cirilo Gomes sobre os nomes.

Como vimos a única dúvida que, Don Cirilo Garcia (natural de Sandoval de la Reina), tem na genealogia dos “Sandoval” é se Álvaro Sandoval teria como segundo nome “ Gutierrez ou Gonzales (Gonçalves) ”. Assim, Don Luis de Salazar y Castro como toda a outra bibliografia consultada nunca nos apareceu esse segundo nome Gutierrez, mas sempre como Álvaro Gonçalves de Sandoval.

Fernão Lopes também não têm dúvidas quando identifica no capítulo XLIV, na página 117, com o título “*De como se acabou de vencer a batalha e como das pessoas que em ela morrerão*” as principais figuras de Castela que morreram em Aljubarrota refere-se a

“Alvoro Guonçalvez de Samdoval e Fernão Gounçalvez de Samdoval, seu irmão.”

O nosso cronista refere-se em outras duas passagens da sua crónica à figura de Álvaro Gonçalves de Sandoval. Assim, a primeira encontramos no capítulo XXII, na página 51 com o título “Como El Rei partio de Torres Novas a Caminho de Santarém” e dá-nos conta de uma “perigiosa esperada” (emboscada) que Sandoval fez às tropas de Nuno Álvares Pereira, nas vinhas de Santarém; relata-nos o acontecido desta forma; “...e o Condestabre levava a vaõguarda e el Rey a reguarda; indo o Comde assy diamte, açerqua das vinhas de Samtarem acharão Alvaro Gonçalves de Saõdoval cõ gemtes dos castelãos que aly andavaõ por guoarda dalguus que eraõ fora. E avemdo já novas [certas] que el Rey avia por aly de passar e começando de pelejar com eles não poderaõ os castelaõs sofrer, mas amtes que se fossem acolhemdo caminho de Samtarem mataraõ primeiro dous escudeiros portugueses: huu chamavaõ Fernão Paiz e outro joaõ Nogueira, criado do Comdestable; e mataraõ hu cavalo [a] Antaõ Vasques e deraõ huua graõ ferida cõ huua lança darmas por cima de huua boa cota a Vasco Lourenço Meirinho pelos peitos que lhe durou graõ tempo; e dos castelaõs ficaraõ dous

mortos e esta perigiosa esperada foy feita amte que o Comdestabre cheguase. Uma segunda passagem em que Fernão Lopes se refere a Álvaro Gonçalves de Sandoval encontramos no capítulo XXXVII na página 94, com o título “ *De como os Reix Hordenaraõ suas batalhas e com quuoões capitães.*” Isto é, quando este cronista faz a descrição das pessoas famosas, Portuguesas e Castelhanas presentes na batalha de Aljubarrota. Refere; “... e na az primeira vinha dom Pedro filho do Marquez de Vilhana, Comdestabre de Castela e Diogo Gonçalves Furtado, filho de Pero Gonçalvez de Mendonça, alferes mor del Rey, cõ a bamdeira dos synaes de Castela e de Portugal mescrados e muitas outras bamdeiras e pemdoees de gramdes senhores e fidalguos, e dom Pero Diaz, priol de Saõ Joaõ, e dom Joam filho de dom Telo, primo cõ irmão del Rey e João Fernandez de Toar, almirante mor de Castela e Alvaro Gonçalces de Samdoval e outros muitos senhores e fidalguos que seria lomguo descrever.”

Se na primeira passagem que retirámos da crónica de Fernão Lopes vê-se, que por coincidência, por determinação ou ainda por promessa ao seu Rei, (como temos vários exemplos dados por Fernão Lopes, de promessas de matar o rei adversário) Álvaro Gonçalves de Sandoval e as suas tropas, antes da batalha de Aljubarrota, já andavam no encalço de D. João I.

A segunda passagem dá-nos a ideia clara, segundo ainda o mesmo cronista, da importância (nobreza) de Álvaro Gonçalves Sandoval, quando junta este, com o Condestavel de Castela, com o Alferes Mor do Rei D. Juan, com o Prior de São João, com um primo deste e ainda com o almirante mor de Castela. Álvaro Sandoval pertencia, por certo, à melhor e mais importante nobreza castelhana.

Conclusões:

Iniciámos este artigo com uma interrogação. O porquê de um espaço museológico dedicado à figura de Martim Gonçalves de Macedo e à batalha de Aljubarrota (porventura a batalha mais importante e decisiva da história de Portugal) localizar-se em Macedo de Cavaleiros? Cogitamos com o que atrás foi exposto. Está mais que justificada esta iniciativa.

Não se pretende que esse espaço museológico faça concorrência a qualquer outro espaço já existente e dedicado ao mesmo tema. Pensamos que todas essas áreas só se poderão complementar. Por outro lado, acreditamos que Macedo de Cavaleiros tem todo o direito de homenagear e perpetuar o seu conterrâneo “Martim Gonçalves de Macedo”. Os intervenientes nessa batalha disseminaram-se por todo o espaço nacional, todavia, uns tiveram maior preponderância (visibilidade) que outros. Uns ficam na história, outros ficarão para sempre envoltos na sua poeira e é isso que não queremos que suceda ao Macedense Martim Gonçalves de Macedo.

Recolhemos um espólio único que testemunhará, fisicamente, o acontecimento. Espólio que, se não fosse agora reunido, poder-se-ia perder para sempre, como tem acontecido ao longo dos tempos com tantas e tantas peças, aliás, como demos exemplo no texto.

Sobre a figura de Martim Gonçalves de Macedo muito ficou por dizer. Pensamos que futuras investigações irão trazer mais informações sobre o que

foi a sua vida. Mas o que se sabe, permite-nos alcandorá-lo à figura de herói nacional.

Os seus ascendentes e descendentes permitem-nos ancorá-lo nas melhores famílias portuguesas. A entrega e fidelidade ao seu rei, D. João I, concretizado no papel crucial que desempenhou na batalha de Aljubarrota ao salvá-lo das mãos do castelhano Álvaro Gonçalves de Sandoval, feito reconhecido pelas mercês que recebeu das mãos de D. João I, tanto em bens, como na alteração ao brasão de armas da sua família e por fim a deferência emblemática que teve o rei em sepultá-lo à entrada do seu panteão, como que a guardá-lo também na perpetuidade, justifica plenamente a criação deste espaço museológico dedicado à batalha de Aljubarrota e à figura de Martim Gonçalves de Macedo em Macedo de Cavaleiros.

Quanto à proposta de trabalho sobre as origens do topónimo “Macedo” é tão-somente isso, pois, dificilmente, a não ser pelo plausível, poderemos chegar à origem do nome “Macedo” e ao topónimo Macedo de Cavaleiros. Se sobre o aditivo Cavaleiros já discorremos o necessário para o justificar, leia-se o artigo “Apostilas sobre a presença de D. João I, Nuno Álvares Pereira e Martim Gonçalves de Macedo em Castelãos (Macedo de Cavaleiros) pág. 7 e seguintes; Caderno Terras Quentes nº 6, 2009, Macedo de Cavaleiros e o livro “De Macedo a Macedo de Cavaleiros, Via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo”, Macedo de Cavaleiros, 2006. Sobre o topónimo Macedo, o que atrás mencionámos, parece-nos, verosímil e, portanto aceitável. Trata-se de um nome Judaico relacionado com a cidade “MaSed” (Macedo).

Por outro lado a envolvimento dos Macedo (a partir de Dom Egas do Vinhal) com o Conde D. Henrique ainda antes da Nacionalidade, na ajuda da conquista das terras portuguesas é sintoma da presença dos Macedos junto à realeza nacional após essa época. Também nos transmite a mais prematura notícia, até hoje, conhecida da presença de um Macedo em terras Portuguesas. Armando Pires (entre outros autores) em notas da página 27 da sua obra citada, não vai tão longe, afirmando; ... que, D. Sancho I impôs a Bragança, o povoamento dos «vilares veteros» do concelho, remetendo para as Inquirições de D. Afonso III (1273) esse povoamento, referindo então, entre outras localidades, a de Mas-saedo (Macedo).

O Conde D. Pedro na sua obra “Nobiliário” dá-nos a ascendência de Martim Gonçalves de Macedo.

Vinhal: *Dom Egas do Vinhal foy o primeiro que sabemos, foy casado com D. N. e fez em ella – Gomes Veegas do Vinhal, foy cazado com D.N. e fez em ella – João Gomes do Vinhal nu 3 que foy cazado com D. Maria Pires de Aguiar, filha de D. Pedro Mendes de Aguiar e de D. Estevinha Mendes. Fol 344. João Gomes do Vinhal, como dissemos atrás será o primeiro Senhor de Macedo, e terá de D. Maria Pires de Aguiar 4 filhos, sendo através do filho varão, Afonso Gonçalves de Macedo (c. 1240), que se seguirá em varonia até Martim Gonçalves de Macedo.*

Também a descrição da simbólica do brasão de armas dos “Macedo”, a as suas

origens judaicas, levam-nos a propor que o topónimo “Macedo” terá origem (sido transposto) do topónimo MaSed – Macedo – com origem na região da Galileia, hoje estado de Israel.

Resgatamos as palavras do historiador espanhol do século XIX, Crispin Ximénez Sandoval, aquando da sua visita ao túmulo de Martim Gonçalves de Macedo, em 1869 no Mosteiro de Santa Maria da Vitória; **“*Qué sentimiento de simpatia inspira esse elocuente contraste de lealtad y caballerismo de grandeza y humildad cristiana, entre la tradicion y los túmulos del Rey y del soldado!*”**

Terminamos com as palavras do Padre Gonçalo Portocarrero de Almada, retiradas da sua obra “As palavras da Palavra”. Nas páginas 55 e 56, afirma: “Se eu não soubesse quem eram os meus pais, se eu não soubesse de onde vinha, seu eu não soubesse qual era o país em que tinha nascido, ou qual era a minha nacionalidade, isso levar-me-ia a ter uma angústia vital porque ver-me-ia como uma figura sem passado, sem identidade, sem destino, sem memória, sem tradição, sem nada...”.

Carlos Alberto Santos Mendes

Presidente da Associação Terras Quentes

Bibliografia utilizada e/ou consultada.

AAVV
Jardim Literário, Semanário de instrução, Vol II fascículos 1 a 26
Imprensa Nacional, Lisboa, 1º semestre 1848.

ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mousinho de.
Memoria Inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha, Typographia Leiriense, Leiria, 1854.

ALMADA, Padre Gonçalo Portocarrero de e Seabra, Zita.
As Palavras da Palavra, Alêtheia Editores, Lisboa, Dezembro de 2013.

ALMEIDA, M. Lopes de e Basto, A de Magalhães, Crónica de D. João I, segundo o códice inédito CIII/1-10 da Biblioteca Pública de Évora confrontando com o texto impresso em 1644 e versões quinhentistas da mesma crónica, Volume I Biblioteca Histórica, série régia, Livraria Civilização, 1990, Barcelos, introdução pág. XVII

ALMEIDA, M. Lopes de e Basto, A de Magalhães, Crónica de D. João I, segundo o códice inédito CIII/1-10 da Biblioteca Pública de Évora confrontando com o texto impresso em 1644 e versões quinhentistas da mesma crónica, Volume II Biblioteca Histórica, série régia, Livraria Civilização, 1990, Barcelos. pp. 134,159,161,162, 163, 168, 175, 176, 198

ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal)
Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança, Tomo I, Câmara Municipal de Bragança, 2000

ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal)
Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança, Tomo VI, Câmara Municipal de Bragança, 2000

ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal)
Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança, Tomo VII, Câmara Municipal de Bragança, 2000.

ALVES, Alice Nogueira.
Ramalho Ortigão e o culto dos Monumentos Nacionais no século XIX, Tese de doutoramento na especialidade de Arte, Património e Restauro, apresentada à faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009

AMADO, Teresa.
Fernão Lopes Contador de História – sobre a crónica de D. João I, Editorial Estampa, Lda, 1997, Lisboa.

AMARAL, Augusto Ferreira
“Martim Gonçalves de Macedo salvou D. João na Batalha de Aljubarrota?” In Armas e Troféus, VI série, tomo IV, nºs 1,2 e 3, Lisboa, 1992

AMARAL, Augusto Ferreira do
A Varonia Ferreira do Amaral, Edição do Autor, Lisboa, 1974

ARGOTE, D. Jerónimo Contador de
Memórias para a história ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Titulo I da geografia do arcebispado primaz, Tomo II, Oficina de Joseph António da Sylva, impressor da academia real, Lisboa Occidental, 1734.

ARRIAGA, José d’
Boletim de segunda classe da Academia das Ciências de Lisboa, Vol. 1 e 2, Lisboa, 1903

AYALA, D. Pedro Lopez.
Cronicas de los Reyes de Castilla, Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I Don Enrique III, Tomo I (crónica del rey D. Pedro, Imprenta de don Antonio de Sancha, Madrid, 1779

AYALA, D. Pedro Lopez. c/correções de EugénioLlaguno y Amirola e outros
Cronicas de los Reyes de Castilla, Don Pedro, Don Enrique III, Don Juan I Don Enrique III, Tomo II (crónica del rey D. Pedro, Imprenta de don Antonio de Sancha, Madrid, 1780

BAËNA, Sanches de, Visconde
Archivo Heráldico-genealógico, Typographia Universal, Impressor da Casa Real, Lisboa, 1872

Baluze, Vie des papes D’Avignon, Séc. XIV, s.e., s.d, s.l.

BARATA, Manuel F. Themudo; Bessa, Carlos
Batalha de Aljubarrota, Comemorações do VI Centenário, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1988

BARBOSA, Ignácio de Vilhena
Archivo Pittoresco, Editores Castro & Irmão, Volume VIII, Typogrphia de Castro Irmão, Lisboa, 1865

BARBOSA, Pedro e MENDES, Carlos, De Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo, ed. Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Macedo de Cavaleiros, 2006

BASTO, Artur de Magalhães
Estudos, cronistas e crónicas antigas, Fernão Lopes e a “crónica de 1419” Acta
Universitatis Conimbrigensis, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1960

BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira
Cartas de Brasão de Armas, Colectânea, Edição Guarda-mor, Edições de Publicações Multimédia, Lda., Lisboa, 2003

BOUREHIER, John – Lord Berners
Sir John Froissart’s, Chronicles of England, France, Sapin Portugal, Scotland, Brittany, Flanders and Adoining Coutries, Vol II, Printd for F.C. And J. Rivington, London, 1812.

BRANDÃO, Fr António
Quarta parte da Monarchia Lusitana Impressa no mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Lisboa 1632

BUCHOPN, J.A.
Collection des Chroniques Nationales Françaises, Chroniques de Froissart, Tome II, Verdière libraire, Paris, 1824

BUCHOPN, J.A.
Collection des Chroniques Nationales Françaises, Chroniques de Froissart, Tome III, Verdière libraire, Paris, 1824

BUCHOPN, J.A.
Panthéon Littéraire, Chroniques de Froissart, Tome I, Desrez, Libraire-Éditeur, Paris, 1835

BUCHOPN, J.A.
Panthéon Littéraire, Chroniques de Froissart, Tome XII, Desrez, Libraire-Éditeur, Paris, 1835

BUCHOPN, J.A.
Collection des Chroniques Nationales Françaises, Chroniques de Froissart, Tome XV, Verdière libraire, Paris, 1826

BUCHOPN, J.A.
Collection des Chroniques Nationales Françaises, Chroniques de Froissart, Tome XXV, Verdière libraire, Paris, 1826

BUCHOPN, J.A.
Panthéon Littéraire, Chroniques de Froissart, Tome III, A. Desrez, Libraire-Éditeur, Paris, 1835

BUCHOIPN, J.A.
Collection des Chroniques Nationales Françaises, Chroniques de Froissart, Tome VIII, Verdière libraire, Paris, 1824.

CAMPOS, Fernando (e outros)
“Macedo de Cavaleiros”... Cavaleiros, Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Textype, Artes Gráficas, Lda, Macedo de Cavaleiros, 1997

CARDOSO, Manuel.
Macedo de Cavaleiros, rua a rua, Minerva Transmontana, Tip, Lda, Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Macedo de Cavaleiros, 2005.

CASCALES, Francisco.
Discursos históricos de Murcia y su Reyno, Francisco Benedito impressor mercador de libros, Murcia, 1775

CASTRO, Damião António de Lemos Faria e
História Geral de Portugal e suas conquistas, Tomo IV Typografia Rollandiana, Lisboa 1786
CASTRO, Damião António de Lemos Faria e
História Geral de Portugal e suas conquistas, Tomo V Typografia Rollandiana, Lisboa 1786

CAMPOS, Isabel Maria Garcia de Pina N. Baleiras
Leonor Teles, uma mulher de poder? Mestrado em História Medieval de Portugal, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008

CORREIA, Virgílio
Mosteiro da Batalha, número specimem, Litografia Nacional, Porto 1928

CORREIA, Virgílio
Colecção Monumentos de Portugal nº 1 Mosteiro da Batalha. Litografia Nacional, Porto 1929

CORRÊA, Manuel de Mello (dir)
Anuário da Nobreza de Portugal, Instituto Português de Heráldica. 1ª Edição Lisboa, 1985

COSMELLI, Santanna de
As Grandes épocas Artísticas e o Mosteiro da Batalha, Conferência realizada ais 14 de Abril de 1932, na Escola Industrial de Machado de Castro, de Lisboa, imprensa Libano da Silva, Lisboa 1934.

DIAS, João José Alves, (Organização e Revisão Geral)
Chancelarias Portuguesas D. João I Vol. 1 Tomo 1, Primeira Edição, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004.

DIAS João José Alves, (Organização e Revisão Geral)
Chancelarias Portuguesas D. João I Vol. 1 Tomo 2, Primeira Edição, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

DIAS, João José Alves, (Organização e Revisão Geral)
Chancelarias Portuguesas D. João I Vol. II Tomo I, Primeira Edição, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

DIAS, João José Alves, (Organização e Revisão Geral)
Chancelarias Portuguesas D. João I Vol. I Tomo III, Primeira Edição, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

DIAS, João José Alves, (Organização e Revisão Geral)
Chancelarias Portuguesas D. João I Vol. II Tomo III, Primeira Edição, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

DIAS, João José Alves, (Organização e Revisão Geral)
Chancelarias Portuguesas D. João I Vol. III Tomo II, Primeira Edição, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006.

FERNANDES, Nuno da Silva
James Murphy e o Mosteiro da Batalha. Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, IPPC, Lisboa, 1989.

FRANCA, Conde de Vila
D. João I e a Aliança Inglesa, Investigações Histórico-Sociais, 2ª edição, edição da família do autor, depositária, Livraria Bertrand, Lisboa, 1950

FROISSART, Jean de
Croniques, Livros III e IV, Paris, 2004

FROISSART, Jean de, Crónica, Duas passagens relativas a Aljubarrota, notas de Mário Jorge Barroca, ed. Fundação da Batalha de Aljubarrota, São Jorge, Batalha, 2008

GARCIA, J. M., Breve História dos Descobrimentos e Expansão de Portugal, Lisboa, Presença, 1999, pp. 15-20.

GAYO, Felgueiras
Nobiliário de Famílias de Portugal, Volume VII, 3ª edição
Edições de Carvalhos de Basto, Braga, 1992

GAYO, Felgueiras
Nobiliário das famílias de Portugal, oficinas da “Pax”, Braga 1938

GOMES, Saul António
Martim Gonçalves de Macedo: Um herói ignorado da Batalha Real, artigo jornal da Batalha, 21 ago 2008.

GOMES, Saul António
Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII), Vol. I, (1388-1450), IPPAR, Lisboa, 2002/

GOMES, Saul António
Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII), Vol. II, (1388-1450), IPPAR, Lisboa, 2003

GOMES, Saul António
Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII), Vol. III (1388-1450), IPPAR, Lisboa, 2004.

GOMES, Saul António.
Notícias e Memórias Paróquias Setecentistas – 3. Batalha., Centro de História da Sociedade e da Cultura, Viseu, 2005.

GOMES, Saul António.
A Littera Pythagorae e a sua simbologia cristológica na Idade Média Portuguesa, Humanitas, 60, 177-203, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008

GOMES, Saul António.
Martim Gonçalves de Macedo: Um herói ignorado da Batalha Real. Jornal Portomosense, Porto de Mós, 21 de Agosto de 2008.

GONÇALVES, Catarina Isabel Carabineiro
“Os Brasões no Concelho de Macedo de Cavaleiros” in Caderno Terras Quentes, nº 6, página 46, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2009

HERCULANO, Alexandre
História de Portugal, Tomo III, segunda edição, Casa da Viúva Bertrand e filhos, Lisboa, 1858.

HERCULANO, Alexandre
Monasticon, A Epoche de D. João I, tomo I, segunda edição, Casa da Viúva Bertrand e filhos, Lisboa, 1859.

HERCULANO, Alexandre
História de Portugal, Tomo I, terceira edição, Casa da Viúva Bertrand e filhos, Lisboa, 1863.

IGESPAR
Guião para visita ao mosteiro da Batalha.
[http://www.igespar.pt/media/uploads/programa-servicos_ducativos / Guiao para visita ao Mosteiro da Batalha para descarregarem.pdf](http://www.igespar.pt/media/uploads/programa-servicos_ducativos/_Guiao_para_visita_ao_Mosteiro_da_Batalha.pdf)

LAVAÑA, Ivan Bautista
Nobiliario de D. Pedro, Conde de Bracelos Hijo Del Rey D. Dionis, Roma, por Estevan Paolinio 1690

LEÃO, Duarte Nunez do
Primeira parte das chronicas dos reis de portugal, Impresso por Pedro Cras-beeck, Lisboa, 1600

LEÃO, Duarte Nunez do
Descrição do reino de Portugal, Impresso por Jorge Rodriguez, Lisboa, 1610

LEÃO, Duarte Nunez do
Cronicas del Rei Dom João de gloriosa memoria, o I. Tomo I Officina de Aquino Bulhoens, Lisboa, 1780.

LEMOS, Damião António, História Geral de Portugal, e suas conquistas, Tomo V Typografia Rollandiana, Lisboa, 1786, pág 344
LETTENHOVE, M. le baron Kervyn
Oeuvres de Froissart, 1383-1380, Tome onzième, Librairie Victor Devaux et Cª, Bruxelles, 1870.

LOPES, Fernão.
Crónica de E-Rei D. Fernando, Vol. I, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Es-criptorio, Rua dos Retrozeiros, 147, Lisboa, 1895

LOPES, Fernão.
Crónica de E-Rei D. Fernando, Vol. II, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Es-criptorio, Rua dos Retrozeiros, 147, Lisboa, 1895

LOPES, Fernão.
Crónica de E-Rei D. Fernando, Vol. III, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Es-criptorio, Rua dos Retrozeiros, 147, Lisboa, 1896

LOPES, Fernão
Crónica de D. João I Vol I s.l. Civilização, imp 1994

LOPES, Fernão
Crónica de D. João I Vol II s.l. Civilização, imp 1994

LOPES, Fernão
História de uma Revolução primeira parte “ crónica de El Rei D João I de Boa memória – 2ª Ed. Publicações Europa-América, Lisboa 1990.

LOPES, Fernão
Crónica de D. João I (edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Bastos) Vol. I, Livraria Civilização, Barcelos, 1990.

LOPES, Fernão
Crónica de D. João I (edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Bastos) Vol. II, Livraria Civilização, Barcelos, 1990.

LOPES, Fernão.
Crónica de El-Rei D. João I. Vol. II. Segundo o Códice inédito CIII/1-10 da Bibli-oteca Pública de Évora confrontado com o texto impresso em 1644 e versões quinhentistas da mesma crónica existentes nas Bibliotecas da Universidade de Coimbra e Municipal do Porto. Barcelos: Livraria Civilização, 1991.

LOPES, Fernão
Crónica de D. João I, Volumes I e II, Livraria Civilização, 1990, Oficinas gráficas da Companhia Editora do Minho, Barcelos, 1990.

LUCE, Siméon
Chroniques de J. Froissart, Tome Septième, 1367-1370, Libraire de la Société de l’histoire de France, Paris, 1878

LUCE, Siméon
Chroniques de J. Froissart, Tome Huitième, 1370-1377, Libraire de la Société de l’histoire de France, Paris, 1878.

LUCENA, Armando de
O Mosteiro da Batalha, Monografias de Arte, Separata da obra a arte sacra em Portugal. Empresa Contemporânea de Edições, 1946, págs. 135 a 167.

MACEDO, António de Sousa de
Ulyssippo, Poema Heróico, Tipografia Rolandiana, 1848.

MACEDO, António de Sousa de
Flores de Espanha, Excelências de Portugal, Oficina de António Simoens Fer-reyra, Impressor da Universidade, Coimbra, 1737.

MAIOR, D. Miguel Sotto
As vitórias dos Portuguezes em defesa da sua independência, Typ. Da livraria nacional de B.H. de Moraes & Cª, Porto, 1868

MARQUES, A. H. Oliveira, Breve História de Portugal, Lisboa, Presença, 1998, pp. 113
MARQUES A.H. Oliveira
História de Portugal Vol I Lisboa, Presença 1997

MATTOSO, José
“A Nobreza e a Revolução de 1383” em Fragmentos de uma Composição Medieval, Lisboa, 1987

MENDES, Carlos Alberto Santos
Macedo de Cavaleiros, Cultura Património e Turismo – contributos para um programa integrado, Ed. Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Macedo de Cavaleiros,2005

MENDES, Carlos Alberto Santos
Apostilas sobre a presença de D. João I, Nuno Álvares Pereira e Martim Gonçalves de Macedo em Castelãos (Macedo de Cavaleiros). Caderno nº 6, Associação Terras Quentes, pág. 7 a 18, Macedo de Cavaleiros, 2009

MONTEIRO, João Gouveia,
Comunicação II colóquio histórico, apresentado no centro regional das beiras da Universidade Católica Portuguesa, em 20 de Abril de 1999.

MONTEIRO, João Gouveia, Comunicação II colóquio histórico, apresentado no centro regional das beiras da Universidade Católica Portuguesa, em 20 de Abril de 1999.

MONTEIRO, João Gouveia
Publicação da Fundação da Batalha de Aljubarrota.
Http://www.fundacao-aljubarrota.pt.
MONTEIRO, João Gouveia
Aljubarrota, 1385 a batalha real, Lisboa Tribuna da História, imp 2003.

MORAIS, Cristóvão Alão de
Pedatura Lusitana (Nobiliário de famílias de Portugal) Volume I Livraria Fernando Machado, Porto 1943.

MORENO Humberto Baquero
Os Itinerários de El-Rei D. João I, Lisboa, 1988.

NASCIMENTO, Aires Augusto
Livros de Arautos, De Ministerio Armorum, Scrip. J. Rylands Library (Manchester) Anno 1941, Lisboa 1977.

NICOLLE, David
French Armies of the Hundred Yars War, Oxford, 2000.

PINTO, Alexandre de Sousa, Ten-General.
D. Nun’Álvares Pereira – O homem e o militar, Comunicação apresentada na Academia de Marinha, Lisboa, 20 de Outubro de 2009.

PIRES, Nuno Correia Barrento de Lemos, Exércitos não permanentes, Revista do Exército, nº 2477 Junho/Julho, 2008,s.l.

RAMOS, Fr. Jerónimo de
Cronica dos feytos, vida e morte do Infante D. Fernando. Oficina Miguel Rodrigues, Lisboa Occidental, 1730.

RAYNAUD, Gaston
Chroniques de J. Froissart, Tome neuvième, 1377-1380, Librairie Renouard, Paris, 1894.

REIS, António do Carmo, Nova História de Portugal, Lisboa, ed. Notícias, pp. 56-57.
ROSAS, Lúcia Maria Cardoso
Monumentos Pátrios, A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928) Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995.

SANCEAU, Elaine
O rei da boa memória, 1ª edição, Livraria Civilização Editora, Tipografia Carvalhido, Porto, 1958.

SANDOVAL, Crispín Ximénez
Batalla de Aljubarrota, Monografia Histórica, Estudo Crítico-Militar, Imprenta Estereotipa de M. Rivadeneyra, Madrid, 1872.

SANTOS, Ana Maria Olivença Trindade dos e Rodrigues, José Casimiro.
Villa Aljubarrota, Vi Centenário da Batalha de Aljubarrota, Edição da Paróquia de Aljubarrota, Aljubarrota, 14 de Agosto de 1985.

SANTOS, Frei Manuel dos
Monarquía Lusitana, Parte VIII, Officina da Musica, Lisboa, 1727

SANTOS, José Travaços
In, Cadernos da Vila Heróica, Arquivos Históricos, Artísticos e Literários da Batalha, Colecção autores, Colecção História e Arte, Ed. Magno, Leiria, 2001

SANTOS, José Travaços, In, Cadernos da Vila Heróica, Arquivos Históricos, Artísticos e Literários da Batalha, Colecção autores, Colecção História e Arte, ed. Magno, Leiria, 2001

SERRA, José Correia da
Collecção de Livros Inéditos de Hstória Portuguesa, dos reinados de D. João I, D. Duarte D. Afonso V e D. João II, Tomo I, Officina da Academia Real das Scien-
cias, Lisboa, 1790.

SERRANO, César Oliveira.
Beatriz de Portugal, La pugna dinástica Avis-Trastamara, Cuadernos de
Estudios Gallegos, Santiago de Compostela, 2005.

SILVA, António de Moraes (Trad)
História de Portugal, composta em Inglês com adições da Versão Francesa,
Tomo I, Impressão Régia, Lisboa 1828.

SYLVA, Joseph Soares da
Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo Del Rey
D. João I, Tomo I, Officina de Joseph António da Sylva, Lisboa Occidental, 1731.

SYLVA, Joseph Soares da
Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo Del Rey
D. João I, Tomo II, Officina de Joseph António da Sylva, Lisboa Occidental, 1732.

SYLVA, Joseph Soares da
Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo Del Rey
D. João I, Tomo III, Officina de Joseph António da Sylva, Lisboa Occidental,
1732.

SYLVA, Joseph Soares da
Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo Del Rey D.
João I, Tomo IV, Officina de Joseph António da Sylva, Lisboa Occidental, 1734.

S/N
História da Genealogia da Casa Real Portuguesa dos documentos compreendi-
dos nos seis volumes de provas, com que se acha autorizada e mesma história,
Oficina régia, Sylviana, Lisboa, 1749

S/N
Cronica do Condestabre de Portugal Dom NunAlvarez Pereyra, Principiador
da Casa de Bragança, sem mudar dantiguidade de suas palavras, nem estilo.
Typographia Constitucional, Rua do Correio, nº 19 Porto, 1848

S.N.
Resumo da Fundação do Mosteiro da Batalha e dos túmulos Reaes e particu-
lares que ali existem. 4ª ed. Lisboa, Fotografia Artística, Lim. Leiria, 1931

S.N.
Resumo da Fundação do Mosteiro da Batalha e dos túmulos Reaes e particu-
lares que ali existem. 2ª ed. Fotografia Artística, Lim. Leiria1929.

S.N.
Resumo da Fundação do Mosteiro da Batalha e dos túmulos Reaes e particu-
lares que ali existem. Tipografia do Diário de Lisboa. Lisboa, 1880

S.N.
Real Mosteiro da Batalha
Breve Notícia sobre a fundação do magnífico edifício e dos túmulos ali
existentes. Typografia Guedes Sucessor arrendatário António A. Santos. Leiria
1900

S.N.
Armaria, Bibliotheca do Povo e das escolas, nº 102, quinto ano – décima
terceira série, David Corazzi, editor, Lisboa, 1885.

Sousa D. António Caetano de
Agiologio Lusitano dos Santos e Varões Illustres em virtude do Reino de Portu-
gal e suas conquistas. Tomo IV, Regia oficina Sylviana, Lisboa, 1744

Sousa, António Caetano de
Genealogica da Casa Real Portuguesa, Tomo I, Officina sylviana da Academia
Real, Lisboa, 1739

Sousa, D. António Caetano de
Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal, Officina regia
Sylviana, Lisboa 1755

Sousa, Manuel de Faria y
Epitome de Las Historias Portuguesas, Por Francisco Foppens, Impressor y
Mercader de Libros, Brusselas, 1677.

SOUSA, Manuel de Faria y
Europa Portuguesa, segunda edição, Tomo II. António Craesbeeck de Mello
Impressor de S. Alteza, Lisboa, 1679.

SOUSA, Manuel de Faria y
Agiologio Lusitano dos Santos e Varões Illustres em virtude do Reino de Por-
tugal e suas conquistas. Composto por António Caetano de Sousa, Tomo IV,
Oficina régia Sylviana e da Academia Real, Lisboa, 1744

SOUSA, Manuel de Faria y
Epitome de Las Historias Portuguesas, Impressor Francisco Foppens,
Brusselas, 1677.

SOUSA, Manuel de Faria y
Europa Portuguesa, segunda edição, Tomo II, Antonio Craesbeeck de Melo
impressor de S. Alteza, Lisboa 1679

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro
A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua Actuação em 1383-1385, em
Revista de História Económica e Social, nº 12, Julho-Dezembro de 1983

TAVORA, D. Luiz de Lancastre (Marquês de Abrantes)
Dicionário das famílias Portuguesas, Quetzal editores, Lisboa, 2010

TEIXEIRA, Fr. Domingos (composta pelo M.R. Padre)
A Vida de D. Nuno Alvares Pereira, Oficina da Musica Lisboa Occidental, 1723

TOSCANO, Francisco Soares
Parellelos de Principes e varoens illustres, Oficina Ferreiriana, Lisboa
Occidental, 1733

VASCONCELLOS, Fr. João de. Sylva, Pedro e Torneo. Francisco Cardoso de
Cronicas DelRey Dom João e dos Reis D. Duarte e D. Affonso V, Por António
Alvarez, impressor DelRey, Lisboa 1643.

VEIGA, A.B. da Costa.
Aljubarrota, Separata do relatório Oficial de Julho de 1958, Horus, Av. De Roma,
Lisboa, 1958.

VIEGAS, General Luís António de Carvalho (Presidente), Corrêa, Professor
Doutor António Augusto Esteves Mendes e outros.
Comissão Nacional para o centenário de Mouzinho de Albuquerque
Livro do centenário de Mouzinho de Albuquerque, 1855-1955, pág 260

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de
Elucidário das palavras, termos e frases, Volume segundo B-Z, Livraria Civili-
zação,1993, Porto-Lisboa.

VITORINO, Pedro
A Arte em Portugal, Mosteiro da Batalha, Editor Marques Abreu, Porto, 1930

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins
Amorial Lusitano – Genealogia e Heráldica, Representações Zairol, Lda^a
Lisboa, 1987

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins
Nobreza de Portugal, Volume II, Editorial Enciclopédia, Lda., Lisboa, 1960

Carlos Mendes, Dezembro de 2013.



A ESPADA



A ESPADA

SÍNTESE HISTÓRICA

Até, praticamente, ao último quartel do séc. XII, as espadas pouco evoluíram desde os séculos anteriores. Eram armas curtas medindo entre 80cm e 110cm e muito leves, raramente excedendo 1,2kg. A lâmina era larga e concebida para talhar, isto é, não tinha bico. As guardas eram rectas, podendo eventualmente encurvar-se nas pontas por influência oriental, e o pomo podia ser de diferentes tipos, também reflexo de regiões geográficas diferentes.

As espadas deste período, conhecido por “período da cota de malha”, foram concebidas para fazer frente às armas defensivas então existente. Como a malha ou a loriga feita de matérias leves, embora resistentes, eram relativamente vulneráveis, a espada podia actuar de gume com a máxima eficácia. Por isso, quase todas as lâminas dessa época eram desprovidas de ponta.

Durante esse espaço de tempo – que vai desde 1110 até cerca de 1185 e que coincide com o início do reinado de D. Sancho I e com o aparecimento das primeiras peças de armadura em Portugal – centram-se sobre o nosso país três grandes influências. Uma proveniente do Norte e da Europa Central, foi a chamada influência Atlântica e Continental, deriva fundamentalmente do movimento das cruzadas. A segunda, dirigida através do Sul da Europa, principalmente via Espanha e Itália, denominada influência mediterrânea e, finalmente, uma terceira conhecida por influência oriental, que teve os principais progenitores nos Árabes estacionados na Península.

Essas três influências convergiram para o nosso país e, em maior ou menor escala, cada uma delas se refletiu no nosso armamento.

Infelizmente não existe um único exemplar de espada do século XII encontrada em Portugal. Há algumas espadas desse período, em colecções particulares, mas adquiridas no estrangeiro. O mais antigo e único exemplar completo que se conhece encontrado no nosso país é uma espada de meados do século XIII levantada de um túmulo de Igreja de S. Nicolau, em Santarém, e presentemente no Museu Militar de Lisboa. Apesar de não existirem exemplares do Século XII existe no entanto uma vasta iconografia que nos permite reconstituir as espadas desse período.

A observação atenta de alguma dessa iconografia, principalmente as iluminuras existentes no “livro das Aves” e no “Apocalipse” do Mosteiro do Lorvão e uma comparação atenta com outras existentes em Espanha do mesmo período permite-nos rapidamente concluir pela sobreposição daquelas três influências.

A partir do século XIII, começaram a aparecer por toda a Europa placas de reforço à loriga. Portugal e Espanha foram, talvez, os países que mais cedo adoptaram ou

criaram essas primeiras peças de armadura. O documento mais antigo de que tivemos conhecimento em que se menciona essas peças data de 1189 e está inserido no Codicilo de D. Sancho I ao partir para a conquista do Algarve, onde se refere, entre outras peças de armamento, “loriga & lorigone, genoleiras... (joelheiras)”. In Elucidário Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo.

O aparecimento e uso de placas de armadura forçou os espadeiros a desenvolverem uma nova forma de lâmina, dando assim origem a um novo tipo de espada. Temos então, desde a primeira metade do século XIII, uma espada mais comprida equipada com guardas que começaram e encurvar-se levemente e com uma lâmina terminando em bico.

A partir sensivelmente de 1250, o comércio e o desenvolvimento da Liga Hanseática no norte da Europa vai trazer para Portugal uma nítida influência da Europa Central e do Norte, em detrimento da influência oriental, que acaba por se esvaír gradualmente. A Liga Hanseática foi a mais importante associação comercial do século XIII. Fundada em 1241 por duas das mais importantes cidades mercantis alemãs, Hamburgo e Lubeck, que assinaram entre si num tratado de aliança e protecção mútua com objectivos comerciais, a Hansa cresceu desmesuravelmente e poucos anos depois abrangia 19 cidades desde Reval e Riga, na actual Rússia até Colónia, junto ao Reno.

A Europa Medieval era, na altura, predominantemente católica, e os frequentes dias de jejum e abstinência de carne davam azo a um imenso mercado de peixe que os mercadores se apressaram a explorar. Salgado e fumado, o arenque era exportado com o trigo e o centeio da Polónia e da Rússia por via fluvial até aos portos da Hansa, como Danzing ou Riga. Para o regresso, os mercadores carregavam vinhos, têxteis e outros produtos.

Para conservar o arenque, necessitavam de sal, que iam carregar às minas de Salzburgo. Como na travessia fluvial tinham que passar por diversos reinos, principados ou condados, onde tinham que pagar elevadas taxas, o sal chegava aos portos de origem por um preço exorbitante, tornando o arenque quase inacessível. Então, as cogas Hanseáticas começaram a derivar para sul em direcção a Portugal, onde carregavam sal, no Sado, a preços incrivelmente mais baratos. A partir daí, começaram a considerar o nosso país como parceiro privilegiado, e os navios que aportavam a Portugal estabeleceram connosco um contacto comercial importante, em que as armas desempenhavam uma posição de relevo.

A grande revolução no campo das espadas inicia-se no reinado de D. Dinis (1279-1325), com a divulgação das peças de armadura que ao longo do século XIV se começaram a articular até formarem, já no final desse século, a armadura completa.

Durante esse período, divulgaram-se três tipos de espadas:

- I - A ESPADA CINTA
- II - A ESPADA DE ARMAS
- III - A ESPADA DE ARMAS DE DUAS MÃOS.

ESPADA // 01

DESIGNAÇÃO:

Estoque d’Armas de D. João I

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução feita a partir do original que se encontra no Museu Militar de Lisboa

NRº. DE INVENTÁRIO:

01

DIMENSÕES:

Comprimento total: 112cm

Empunhadura: 22,5cm

Guarda: 30cm

Pomo: 8cm

Punho: 12,5cm

Lâmina: 89,5cm

Era um modelo de espada, maior e mais pesada, que os cavaleiros levavam presa ao arção da sela do lado esquerdo. Mais uma vez socorremo-nos de Fernão Lopes, que, ao descrever a batalha de Aljubarrota, narra: “(...) *O Conde Dom Joham Affonso Tello, que era na avanguarda dos Castelãos, lhe (a D. Nuno Alvares Pereira) mandou de gojas por huum escudeiro em desafioçom huua espada d’aemas guarnyda* (...)” Crónica de D. João I Vol.I cap. XLI.

Dessas espadas de armas houve um modelo que se celebizou, o estoque. O estoque apareceu inevitavelmente com o desenvolvimento das armaduras. Até então, a esgrima era toda feita de gume à custa de golpes desfechados à base da força, em que a ponta de espada não tinha qualquer influência, visto que esses golpes eram suficientes para quebrar a relativamente frágil loriga.

Com as peças de reforço, aumentava a invulnerabilidade aos golpes de gume, e por isso começa a aparecer um novo tipo de esgrima destinada a perfurar baseado numa espada com uma lâmina bastante pontiaguda. Tinha nascido o estoque. Não se sabe ao certo qual a sua origem. É provável que tenha aparecido nos países com uma forte indústria de armamento, provavelmente – talvez na europa central ou no norte de Itália – ainda na primeira metade do século XIV ou até mesmo nos finais do século XIII.

Em Portugal os estoques divulgaram-se durante as guerras da independência (1383-85), provavelmente por influência inglesa.

Ao descrever a Batalha de Aljubarrota, narra-nos Fernão Lopes:

“(...) *E leixadas as lamças das mãos que a huuns e a outros pouco nojo faz e jazendo huum gramde vallo dellas amtre huuma aaz e outras, veheram aas fachtas e espadas darmos, nom desta grandeza do tempo daguora, mas tamanhas como espadas de mãos grossas e estreitas e chamavam-lhe estoques* (...)” Fernão Lopes; Crónica de D. João I Vol II Cap. XLI.

Aludindo à forma como Vasco Martins de Mello, “O Moço” se defendera contra um ataque Castelhana, refere-nos aquele historiador:

“ (...) *E como homem de grande esforço a cavallo como hija se lamçou entre os Castelhaãos que eram muytos, fazendo tanto por sua mão quanto huum vallente e ardido cavaleiro podia fazer, attaa que deribado do cavallo e ficou pé terra. E com huum stoque darmas se defendeo muy bem; poreu não fora muy bem armado, mataram-no a lançadas* (...)”. Idem Cap. XXIX).

Na narração da morte doConde João Fernandes de Andeiro, relata-nos Fernão



Lopes: “ (...) E elle (Conde de Andeiro) movendo para se colher aa camara da Rainha (D. Lenor de Telles) com aquella ferida e Rui Pereira que era mais acerca, meteo huu estoque d’armas por elle que logo caiu em terra morto (...) ” Idem, Cap. XX). Dos estoques dessa época, existe em Portugal um exemplar que apesar de ser uma espada funerária (isto é, uma espada em tudo igual à utilizada em vida pelo defunto cavaleiro mas com a lâmina sem têmpera destinada a figurar sobre o tumulo), não deixa por isso de ter o maior interesse. Esteve durante muitos anos no Mosteiro da Batalha, junto ao túmulo de D. João I. Trata-se de um magnífico exemplar coevo pelo que se supõe ser igual ao estoque de armas utilizada em vida pelo monarca. Encontra-se presentemente no Museu Militar de Lisboa.



ESPADA // 02

DESIGNAÇÃO:

Espada d'Armas

CRONOLOGIA:

Século XIII

PROVENIÊNCIA:

Reprodução feita a partir de fragmentos existentes no Museu Militar de Lisboa

NRº. DE INVENTÁRIO:

02

DIMENSÕES:

Comprimento total: 104cm

Empunhadura: 17cm

Guarda: 22cm

Pomo: 6,5cm

Punho: 10cm

Lâmina: 88cm

“O Comde dom Johão Afonso Telo... Lhe mandou de guajás, por huu escudeiro, em desafiação huua espada darmas guarnida”. Crónica de D. João I, Fernão Lopes Vol II, cap. XLI.

A espada d'armas aparece no século XIII como consequência dos combates em campo aberto. Durante o século XII, predominou o assalto a fortalezas em que a espada curta e leve constituía uma ferramenta mais ou menos generalizada pela necessidade de actuar no topo das muralhas usando as duas mãos e colocando a espada na boca. Por isso a espada tinha de ser muito leve e curta.

No século XIII tudo isto se alterou. No alto das suas montadas e em campo aberto, o cavaleiro necessitava de uma espada maior que permitisse um golpe mais violento, ao mesmo tempo que chegasse mais abaixo, ao nível da peonagem.

Estas espadas, também conhecidas por espadas de mão e meia, iam quase sempre penduradas no arção da sela do lado esquerdo e faziam parte da terrível panóplia de armas que o cavaleiro levava dependurada na sela.



ESPADA // 03

DESIGNAÇÃO:

Espada Cinta

CRONOLOGIA:

Século XIV (c.1340)

PROVENIÊNCIA:

Reprodução feita a partir de um fragmento original existente no museu Militar de Lisboa

NRº. DE INVENTÁRIO:

03

DIMENSÕES:

Comprimento total: 97cm

Empunhadura: 8,5cm

Guarda: 17,5cm

Pomo: 5cm

Punho: 12cm

Lâmina: 88cm

Espada ligeira usada à cintura do lado esquerdo e só em tempo de guerra. Nos actos religiosos a espada cinta era deixada de lado.

Fernão Lopes, na crónica de D. João I, refere-se várias vezes a estas espadas: “(...) *E ell (Mestre de Aviz) trazia huua cota vestida e ataa vinte consigo com cotas e bracaes e espadas çimtas come homees caminheiros*(...) Cap. XXXVII.

E mais à frente, na descrição das armas usadas pelo Mestre de Aviz no cerco inflingido a Lisboa pelas tropas castelhanas, relata-nos: “(...) *O mestre estava a cavallo com cota e braçaaes e huua espada çimta e huua tabardilha em çima*”. Cap. XXXII.

Esta reprodução foi feita sobre restos de uma espada existente no Museu Militar de Lisboa cuja datação a localiza entre 1270 e 1340. Trata-se de um modelo típico do norte de Itália que, pelas suas características se tornou bastante popular no nosso país nesse período. É muito provável que este tipo de espada estivesse presente em 1385 nos campos de Aljubarrota.



ESPADA // 04

DESIGNAÇÃO:

Espada Cinta

CRONOLOGIA:

Inícios século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução feita a partir de um fragmento original de colecção particular

NRº. DE INVENTÁRIO:

04

DIMENSÕES:

Comprimento total: 98cm

Empunhadura: 16cm

Guarda: 19cm

Pomo: 5cm

Punho: 12cm

Lâmina: 78cm

“O Comde costumava e sempre espada çimta e adagua salvo quando ouvia misa” Crónica de D. João I, Fernão Lopes Vol. II cap. XXXVII.

Apesar de Fernão Lopes nas crónicas de D. João I ter referido que o estoque fez nesse tempo a sua aparição (ver crónica D. João por Fernão Lopes vol. II cap. XLI), o certo é que foram recentemente trazidos a lume documentos que provam que já nos inícios do século XIV se utilizava estoques em Portugal.

O termo estoque (stock) provem do Inglês arcaico “Tuck” que pretende significar arma de toque por contraposição com as armas de talhe.

Nasceu num período em que o cavaleiro começava a ficar couraçado com placas de aço que reforçavam a cota de malha. Perante estas circunstâncias a lâmina das espadas de talhe, correntes na época, resvalavam na superfície do ferro, tornando-as inoperacionais.

É assim que se começa a desenvolver uma espada pontiaguda destinada a perfurar actuando não só nos “falsos” da armadura como também perfurando as peças de ferro, à data ainda de têmpera deficiente.

O presente exemplar teria sido um desses primeiros estoques que surgiram na charneira do século XIV, produto intermédio entre as lâminas de talhe e o formado em losango do estoque.



ESPADA // 05

DESIGNAÇÃO:

Braquemarte

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução feita a partir de um fragmento original de colecção particular

NRº. DE INVENTÁRIO:

05

DIMENSÕES:

Comprimento total: 87cm

Empunhadura: 17cm

Guarda: 19cm

Pomo: 6cm

Punho: 11cm

Lâmina: 70cm

Esta estranha espada foi muito popular em toda a Europa entre a segunda metade do século XIII e o século XIV. Sendo uma arma completamente desequilibrada, produzia golpes terríveis devido ao facto do seu P.O.B. (Point of Balance) se encontrar junto à ponta da lâmina, o que a tornava na espada ideal para quebrar qualquer peça de armadura que então começaram surgir. Esta foi a razão da sua disseminação nos campos de batalha e, até mesmo na caça, considerada como a arma ideal para esquartejar presas de maior porte.

O seu formato e a sua potência acabaram por a tornar também na arma ideal para as execuções. As representações iconográficas do túmulo de D. Inês de Castro, em Alcobça, apresenta-nos diversos soldados ostentando esta arma o que nos leva a concluir que, possivelmente, D. Inês de Castro teria sido degolada com uma espada semelhante.

Embora o nome “Braquemarte” tenha perdurado ao longo de todo o renascimento, no Portugal Medieval ele era conhecido por “facão”, termo derivado do francês “fauchard”.



ESPADA // 06

DESIGNAÇÃO:

Estoque d'Armas

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução feita a partir de um original encontrado em Óbidos (coleção particular)

NR°. DE INVENTÁRIO:

06

DIMENSÕES:

Comprimento total: 100cm

Empunhadura: 17cm

Guarda: 24,5cm

Pomo: 4,5cm

Punho: 12cm

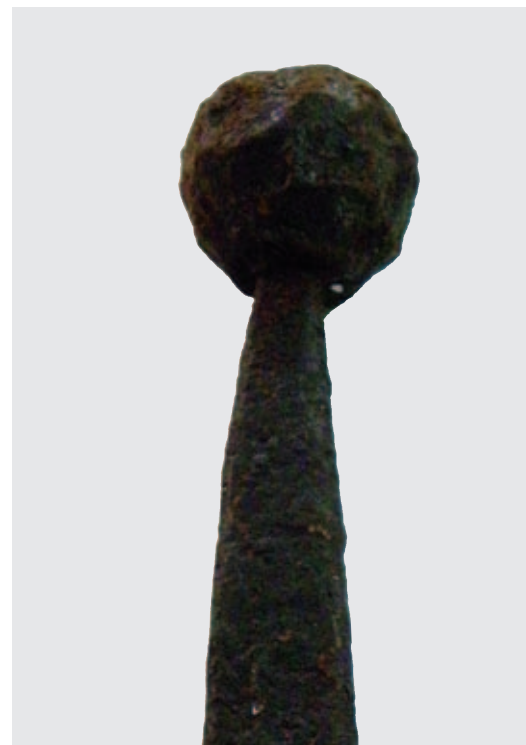
Lâmina: 84cm

“O Mestre que mais voomtade tiinha de o matar (João Fernandes de Andeiro) que destar com elle em rrazões, tirou logo huu cuitello comprido, e enviou-lhe huu golpe aa cabeça; porem nom foi a ferida tamanha que delle morrera, se mais nom ouvera. Os outros que estavam darredor, quando virom isto, lamçaram logo as espadas for pera lhe dar, e elle movemdo pera se colher aa camara da Rainha com aquella ferida, e Rui Pereira que era mais acerca meteo huu estoque darmas per elle de que logo cahiu em terra morto” Crónica de D. João I Fernão Lopes Vol. I cap. IX

Na segunda metade do século XIV a descoberta dos altos-fornos no norte de Itália e no sul da Alemanha, permitiu a descoberta do aço e a sua aplicação na área do armamento. Isto deu origem a que as armas defensivas passassem a ter uma qualidade e robustez até então impensável. Nos finais do século XIV uma boa armadura era praticamente impenetrável a golpes de armas de mão. Exceptuando a besta e a espada clássica equipada com uma lâmina de talhe era manifestamente insuficiente para danificar uma boa armadura feita em Bréscia em Pisa ou em Innsbruck. A única forma de as “quebrar” era através de objectos contundentes ou lâminas perfurantes. E é neste contexto que aparecem os estoques.

Havia dois tipos de estoques: o estoque cinta (ou espada cinta em forma de estoque) destinado a acompanhar o cavaleiro à cintura quando se encontrava apeado e o estoque de armas destinado a fazer parte da panóplia das armas que iam dependuradas na sela do cavaleiro, em combate.

O presente exemplar é réplica de uma espada (estoque) cinta e foi encontrado em Óbidos em contexto desconhecido.



ESPADA // 07

DESIGNAÇÃO:

Espada de execução atribuída a D. Nuno Álvares Pereira

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução feita a partir do original que se encontra no Museu Militar de Lisboa

NRº. DE INVENTÁRIO:

07

DIMENSÕES:

Comprimento total: 110cm

Empunhadura: 25cm

Guarda: 23cm

Pomo: 9,5cm

Punho: 14cm

Lâmina: 85cm

Encontra-se no museu militar de Lisboa uma espada atribuída a D. Nuno Álvares Pereira, proveniente do Convento do Carmo em Lisboa onde esteve até 1836.

Venerada pelos monges carmelitas, esta espada integrava a imagem de Santo Isidro que regularmente saía em procissão. Havia como a genuína espada do Santo Condestável nunca ninguém se lembrou de por em causa a sua autenticidade acabando por se constituir como um símbolo nacional.

Análises recentes acabaram por demonstrar que a lâmina era de facto do século XIV, tendo sido feita em Passau, na Alemanha, mas destinada a uma espada de execução e não de combate. Pelo que toca ao punho, esse não era mais do que uma substituição feita três séculos mais tarde, muito provavelmente destinado a substituir o punho original já então degradado ou danificado.

Temos assim uma lâmina de execução original do século XIV montada sobre um punho que não era da época.

Há muitas teorias destinadas a explicar este “casamento” enigmático. Todavia a hipótese mais verosímil será a de que a lâmina pertencia a uma espada de execução que acompanhou sempre o meirinho (oficial de justiça) de D. Nuno Álvares Pereira, João Gonçalves e que acabou por professar na Ordem Carmelita acompanhando D. Nuno no Convento do Carmo. E com ele teria levado a espada de execução, símbolo do poder do seu Mestre e Senhor. Após a morte do Santo Condestável a espada passou a ser objecto de veneração até ao terremoto de 1755 que danificou seriamente o Convento do Carmo e muito provavelmente a espada de D. Nuno Álvares Pereira. Foi então refeita, criando-se uma nova empunhadura sobre a lâmina original.

Embora esta seja uma hipótese, afigura-se-nos ser a melhor das aproximações para um enigma ainda por decifrar.



ESPADA // 08

DESIGNAÇÃO:

Espada de execução
de D. Nuno Álvares Pereira,
tal como era à época

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reconstituição conjectural
da espada de execução
de D. Nuno Álvares Pereira,
tal como seria na época, feita
a partir do original adulterado
que se encontra no Museu
Militar de Lisboa

NRº. DE INVENTÁRIO:

08

DIMENSÕES:

Comprimento total: 105,5cm

Empunhadura: 21cm

Guarda: 19cm

Pomo: 9,5cm

Punho: 14cm

Lâmina: 85cm

Reconstituição conjectural da espada de execução (Ver peça nº 7) atribuída
a D. Nuno Álvares Pereira, tal como teria sido no século XIV.



ESPADA // 09

DESIGNAÇÃO:

Espada (Fragmento)

CRONOLOGIA:

Século XIII, início do século XIV

PROVENIÊNCIA:

Fragmento original recuperado no Castelo da Quinta da Cardiga (Golegã) aquando das obras em 1904 (coleção particular)

NRº. DE INVENTÁRIO:

09

DIMENSÕES:

Comprimento total: 25cm

Empunhadura: 14,5cm

Guarda: 14,5cm

Pomo: 5cm

Punho: 9cm

Lâmina: 10,5cm

O castelo da Quinta da Cardiga (Golegã) fazia parte das fortificações da linha defensiva do Tejo, tendo sido doado por D. Afonso Henriques à Ordem dos Templários em 1159.

Á época de Aljubarrota o castelo da Cardiga, agora pertença da Ordem de Cristo era uma das mais importantes fortificações da linha do tejo tendo a sua torre servido como arsenal e armazém de armas. Em 1904 foram levadas a cabo obras de melhoramento tendo sido descobertas no interior da torre algumas armas que, teriam feito parte do arsenal medieval.

O presente exemplar, data da segunda metade do século XIII, tendo sido, certamente, abandonado devido ao seu mau estado de conservação. Sabe-se através das crónicas de D. João I, escritas por Fernão Lopes, que D. João I e as suas tropas estiveram estacionadas na Cardiga pouco dias antes da Batalha de Aljubarrota e torna-se muito possível que se tivessem apoderado de todas as armas lá existentes que lhes fizessem falta, restando assim as armas que, por inúteis, acabaram por ser abandonadas.



ESPADA // 10

DESIGNAÇÃO:

Espada (Fragmento)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Original recuperado no interior da torre de menagem do Castelo da Cardiga (Golegã) aquando das obras em 1904 (coleção particular)

NRº. DE INVENTÁRIO:

10

DIMENSÕES:

Comprimento total: 52cm

Empunhadura: 15,5cm

Guarda: 5cm

Pomo: 19cm

Punho: 9cm

Lâmina: 37cm

Tal como o exemplar nº 9 este fragmento de espada fez parte de um conjunto de peças recuperadas no castelo da quinta da Cardiga em 1904. É também bastante provável que á época a espada, de um modelo bastante anterior, se encontrasse já muito danificada pelo que teria sido pura e simplesmente abandonada.

Trata-se de uma espada cinta provavelmente de origem italiana dos finais do século XIII, inícios do século XIV.



ESPADA // 11

DESIGNAÇÃO:

Espada Cinta

CRONOLOGIA:

Século XII

PROVENIÊNCIA:

Reprodução feita a partir de um fragmento original (coleção particular)

NRº. DE INVENTÁRIO:

11

DIMENSÕES:

Comprimento total: 94cm

Empunhadura: 14cm

Guarda: 18cm

Pomo: 6cm

Punho: 9cm

Lâmina: 80cm

“... E emtam se partio o escudeiro (Joham Esteves Correia) de cavallo com cota e braçaaes e espada çimta”. Crónica D. João I, Fernão Lopes Vol. II cap. CLXIII.

A escassez de armamento no Portugal trecentista era um facto. As importações eram caras e os fabricantes escassos. É de admitir, assim que, todas as armas servissem em períodos de crise. Mesmo as mais antigas ou desactualizadas.

Torna-se comum descobrir-se em contextos arqueológicos bem definidos, espadas cuja datação é bastante anterior, constituindo-se como enigmas de difícil decifração. Esta espada é do século XII/XIII sem qualquer sombra de dúvida; mas o contexto arqueológico em que foi encontrada e os objectos que a circundavam permite-nos concluir ter sido utilizada no século XIV. Em Aljubarrota? Nunca o saberemos. Mas uma coisa é certa, é um exemplar raríssimo que sobreviveu à sua época e continuou a ser utilizada posteriormente.



ESPADA // 12

DESIGNAÇÃO:

Espada (Fragmento)

CRONOLOGIA:

Século XIII/XIV

PROVENIÊNCIA:

Original recuperado junto da cerca do Convento de Cristo em Tomar em 1940 por ocasião do seu restauro (coleção particular)

NRº. DE INVENTÁRIO:

12

DIMENSÕES:

Comprimento total: 39cm

Empunhadura: 14cm

Guarda: 17cm

Pomo: 5cm

Punho: 9cm

Lâmina: 25cm

O presente exemplar, levantado do exterior da cerca medieval do Convento de Cristo em Tomar junto a um enorme espólio osteológico à mistura com alguns pedaços de malha de ferro e cerâmica, em 1940, datados dos finais do século XIII início do século XIV. Terá esta arma sido utilizada por mãos templárias ou já pela Ordem de Cristo? Nunca o saberemos, uma vez que a sua tipologia se prolonga por mais de um século.

Sabemos que a Ordem de Cristo combateu em Aljubarrota sob a encomenda do seu grão-mestre Pero Botelho. Também sabemos que as tropas portuguesas estacionaram poucos dias antes da batalha em Tomar. Tudo o resto são meras conjecturas. A única certeza é que este fragmento está carregado de história e foi levantado em local de contexto bem definido.



ESPADA // 13

DESIGNAÇÃO:

1) Punhal de Guarda
em Meia-Lua
2) Punho em Osso
pertencente ao Punhal
de Guarda em Meia-Lua

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Original recuperado na cerca
medieval do Convento
de Cristo em Tomar

NRº. DE INVENTÁRIO:

13

DIMENSÕES:

Comprimento total: 26cm
Empunhadura: 11cm
Guarda (resto esquerda): 7cm
Pomo: 7cm
Punho: 9cm
Lâmina: 14cm

Em 1940, por ocasião da grande exposição do Mundo Português e das obras de restauro levadas a cabo nos monumentos Nacionais foram descobertas no exterior da cerca medieval do convento de Cristo, em Tomar, diversas ossadas no meio das quais estava o presente exemplar.

Trata-se de uma magnífica adaga de meia-lua, infelizmente muito deteriorada. Era corrente nos finais do século XIII e primeira metade do século XIV. A sua popularidade foi grande no Ocidente Europeu, pelo que não se exclui a hipótese de, durante a crise de 1383/1385 este tipo de arma estar ainda em uso.

No túmulo de D. Inês de Castro (Mosteiro de Alcobaça) alguns dos homens de armas lá representados ostentam adagas de meia-lua o que não deixa de ser um facto elucidativo quanto à popularidade desta adaga.



ESPADA // 14

DESIGNAÇÃO:

Espada (Fragmento)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Original recuperado no junto da cerca medieval do Convento de Cristo em Tomar em 1940

NR. DE INVENTÁRIO:

14

DIMENSÕES:

Comprimento total: 45cm

Empunhadura: 18cm

Guarda (resto): 10cm

Pomo: 6,5cm

Punho: 10,5cm

Lâmina (resto): 27cm

Fragmento de uma espada muito deteriorado, mas de enorme interesse arqueológico, recuperado no exterior das muralhas medievais do Convento de Cristo, em Tomar, em 1940.

Este fragmento, juntamente com algum espólio osteológico foi encontrado debaixo de uma enorme lage de pedra que o foi esmagando. A análise deste fragmento permite-nos situá-lo no século XIV embora o seu estado de deterioração seja um óbice para uma apreciação mais correcta.



ESPADA // 14 A

DESIGNAÇÃO:

Espada (Fragmento)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Original recuperado no campo de S. Jorge (coleção particular)

NRº. DE INVENTÁRIO:

14 A

DIMENSÕES:

Comprimento total: 12,5cm

Guarda (resto): 9cm

Fragmento de uma espada recuperada em 1958 dos campos de S. Jorge (Aljubarrota) e oferecido por S.E. o Coronel Afonso do Paço.

Apesar de estar muito incompleta e em mau estado de conservação, o seu contexto arqueológico e o formato da guarda (típica desse período) permite-nos afirmar com algum grau de certeza que se trata de um dos poucos exemplares recuperados da batalha de Aljubarrota.

Por detrás do exército português seguia um outro exército de comerciantes, judeus, ciganos, vendilhões, verdadeiras aves de rapina dispostos a caírem como milhafres sobre a presa que perdesse a batalha. Após o combate e no final da rapinagem, pouco deve ter restado. Talvez alguns restos que pelo seu estado pouco interesse teriam merecido.



ESPADA // 35

DESIGNAÇÃO:

Espada Cinta (Fragmento)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Original recuperado Castelo de Porto de Mós (Colecção particular)

NRº. DE INVENTÁRIO:

35

DIMENSÕES:

Comprimento total: 23,5cm
Guarda (resto): 10cm

Fragmento de Espada recuperada nas obras recentes do castelo de Porto de Mós. Este tipo de espada corresponde a um modelo muito utilizado durante os finais do século XIII, principalmente na Europa Central.

Dada a escassez de armamento que em Portugal se fazia sentir durante a crise de 1383/1385 e, particularmente, durante a batalha de Aljubarrota tivessem sido utilizadas espadas de todo o tipo, mesmo que já desactualizadas.





A ALABARDA



A ALABARDA

SÍNTESE HISTÓRICA

A espinha dorsal dos exércitos durante a Idade Média era a cavalaria. O cavaleiro era, por inerência ao seu “*status*”, o combatente e, por isso, só ele se mostrava devidamente armado. A peonagem quer em parte por não ter posses, quer por se encontrar desprovida de certos direitos, constitui-se unicamente como elementos auxiliares dos seus senhores. Mal armados, socorriam-se de tudo quanto lhes vinha à mão para poderem fazer frente à cavalaria inimiga, poderosa e bem armada. Como esses peões viviam geralmente da agricultura, os instrumentos básicos que possuíam estavam normalmente ligados aos trabalhos agrícolas. Eram mangualdes, foices, facas, paus, fundas e outros.

Acontecia que muitas vezes tinham de modificar esses instrumentos para os tornar mais eficazes em combate. E nascem, deste modo, as primeiras armas utilizadas pelos peões e contra a cavalaria e expressamente concebidas a partir de instrumentos agrícolas.

Uma dessas armas foi a alabarda, que começou a aparecer durante o século XIV provavelmente na Alemanha (a palavra provém de *helm bart* o que significava machado de capacete), numa época em que o cavaleiro reforça a sua cota de malha com placas de ferro, coiro, chifre ou outros materiais rijos, tornando-a cada vez mais invulnerável. Como consequência disso, houve que criar uma arma de haste, com uma ponta metálica, concebida de forma a poder actuar à distância contra a invulnerabilidade do cavaleiro.

A alabarda combinava as funções de lança, machado e foice e destinava-se a espetar, derrubar o cavaleiro do alto da montada com a foice, ou cortar os jarretes do cavalo e golpear com o machado. A eficiência e proliferação desta arma, nos campos de batalha, foi tal que deu novo poder à peonagem e, posteriormente, foi uma das causas do desaparecimento das armaduras, dos campos de batalha.

A alabarda permitia abater o cavaleiro isolado das seguintes maneiras:

- **parar o cavalo com o couro da arma assente no solo;**
- **dar um golpe com o machado;**
- **cortar os jarretes do cavalo com a foice;**
- **puxar o cavaleiro com a foice;**
- **perfurar as defesas do cavaleiro com a ponta.**

As primeiras alabardas do século XIV tinham uma ponta de lança estreita e curta e um machado muito largo, com a lâmina inclinada em relação à haste, tendo no lado oposto um gancho também relativamente curto.

Não podemos precisar, ao certo, quando apareceram as primeiras alabardas no nosso país. Derivadas como eram de instrumentos agrícolas é muito possível que fossem de há muito conhecidas da nossa peonagem. Todavia, inclinamo-nos mais para a hipótese de ter sido trazida pelos Ingleses, que as utilizavam nas táticas desenvolvidas ao longo da guerra dos 100 anos.

O nome alabarda ainda não era utilizado em Portugal, nessa época. Já o era na Alemanha, mas ainda não se tinham divulgado pelo resto da Europa.

A tática do quadrado que os Ingleses desenvolveram em Bannockburn (1313), Crecy (1346), Poitiers (1356) e depois em Portugal durante as guerras da Independência, nada teve a ver com os quadrados de que mais tarde, durante os séculos XVI e XVII, tanto e falou. Era o surgimento da Infantaria ainda nos seus esboços mais primários, composto por peonagem, geralmente, gente do campo, sem treino, sem disciplina, sem espírito de coesão. Essa gente que ocupava a primeira linha não tinha capacidade para aguentar um embate frontal de uma cavalaria pesada, bem equipada e adestrada, como veio a acontecer dois séculos mais tarde. Mas podiam fazer face a essa mesma cavalaria, com instrumentos próprios para os derrubar ou inutilizar os cavalos.

Em Portugal, os primeiros documentos em que é referido expressamente o uso da alabarda é a crónica de D. João I, por Fernão Lopes (Vol. II cap. XLII). Até este facto passa despercebido à maior parte dos historiadores pois Fernão Lopes não as chama de alabardas, mas sim lanças, já que aquele nome só entrou em vigor no nosso país durante o século seguinte. E daí a confusão que se gerou à volta do termo alabarda.

Diz-nos o cronista, ao relatar o conselho que o condestável Nuno Álvares Pereira deu aos combatentes da vanguarda minutos antes da batalha o seguinte:

*“(...) que todos andassem muito passo quando os Castellãos movessem, e ao juntar estevesem quedos e firmassem bem os pees, tendo as lanças direitas apertadas so o braço, o mais perlongados que podessem; E quando os emiggos chegassem, que posessem as lanças em eles de guysa que prendessem e entom botassem quando podessem; e os que estevessem detrás que chegar não podessem com as lanças que botassem os outros ante ssy (...)”*Idem Vol. II, cap. XLI.

É curiosíssimo este breve trecho da crónica, até porque nos dá uma visão um pouco diferente daquela até hoje consagrada.

ALABARDA // 15

DESIGNAÇÃO:
Alabarda

NRº. DE INVENTÁRIO:
15

Continuação síntese Histórica das alabardas

A tradição dizia-nos que D. Nuno havia mandado apear os cavaleiros, colocando-os na vanguarda com o canto das lanças apoiados no chão – muitas vezes até se dizia que alguns deles quebraram suas lanças de forma a aguentar o embate da cavalaria de Castela.

Ora a realidade é outra. A primeira linha era composta por peonagem. A cavalaria estava colocada à retaguarda na ala direita e uma parte na esquerda. Estava apeada, pelo menos as das alas, mas não estavam colocadas na vanguarda. Ai encontravam-se os peões. Ora esses peões não possuíam lanças comuns, como é feito crer através das crónicas. Aquelas lanças são alabarda. Uma lança normal era utilizada com o canto assente, para aguentar o choque do cavalo e cavaleiro. Ora Fernão Lopes narra-nos que D. Nuno teria dito para todos porem as lanças sob o braço e quando o inimigo chegasse os prendessem com elas e os atirassem ao chão. Esta arma só podia ser, evidentemente, a alabarda. E como quem usava a alabarda era o peão é de crer que a vanguarda do nosso exército fosse senão todo, pelo menos a maior parte, composta por peonagem. Aliás, este facto é-nos comprovado quando mais à frente o cronista refere que “(...) *ao ajuntar das aazas poseram as lanças huuns nos outros, ferindo e puxando quando podiam* (...)” idem, Vol. II cap. XLII.

Sendo assim, é de crer que a cavalaria apeada e não apeada estivesse nas alas e na retaguarda e nenhuma na vanguarda.

Essa cavalaria possuía realmente lanças que nos primeiros embates após a rotura do nosso quadrado se produziriam. Essas lanças eram porém de pouca serventia, como refere aquele autor. “ (...) *E leixadas as lanças das mãos que huuns e a outros pouco nojo fez, e fazendo huum grande valloo dellas antre huuma az e outra, venheram as fachtas e espadas darmas* (...)” idem, vol II cap. XL.

O que porém foi decisivo foram as alabardas da primeira linha composta por tosca peonagem. E, até prova em contrário, estamos plenamente convencidos de que foi esta a arma decisiva no desfecho da Batalha de Aljubarrota.





A BESTA



A BESTA

SÍNTESE HISTÓRICA

Enquanto na Grã-Bretanha o arco comprido se tornou, nos finais do século XIII, com Eduardo I, na arma oficial por excelência, utilizado tanto na guerra como na caça, na Europa, e particularmente em Portugal, começou a divulgar-se, principalmente a partir do segundo quartel do século XII, uma nova arma bem mais poderosa e eficaz: a besta.

A besta não foi invenção daquela altura. Não sabemos ao certo onde nem quando apareceu, mas sabemos que os Romanos já a utilizavam. Após vários séculos de eclipse, a besta reapareceu na Europa com a primeira cruzada (1095/1098). Curiosamente, nessa altura já esta arma era utilizada no Ocidente peninsular. A crónica Silense, ao fazer referência à conquista de Coimbra por Fernando I, o Magno, em 1065, relata-nos o castigo infligido a um mouro que em 1028 matou Afonso V, sogro de Fernando I, com uma besta.

Durante o II Concílio de Latrão (1139), o papa, reconhecendo o enorme poder mortífero daquela arma, proibiu o seu uso na guerra entre cristãos, sob pena de excomunhão. Contudo, podia e até era aconselhado que fosse usada contra os Infieis. Assim, à data da Batalha de Ourique (Julho de 1139), já se utilizariam largamente bestas em Portugal.

Uma certeza temos: nos finais do século XII já a besta tinha suplantado amplamente o uso do arco de duas voltas tanto nas lides da guerra como na caça. Não é de estranhar, por isso, que em muitos dos forais portugueses do século XII se encontre menção a uma milícia municipal cuja arma era a besta. E quando D. Sancho I saía à caça, acompanhava-o açoreiros, falcoeiros e besteiros.

As vantagens de utilização da besta sobre o arco eram nítidas. Para se distender um arco forte, era necessário efectuar movimentos esforçados que, de uma forma geral, eram detectados pelo animal ou pelo inimigo. Com a besta, isso não acontecia, pois podia fazer-se a aproximação com o arco já distendido e pronto a disparar, evitando assim aqueles movimentos que um archeiro tinha de efectuar previamente. Por outro lado, se o arco fosse muito forte, ninguém conseguia mantê-lo distendido durante muito tempo. Isso já não acontecia com a besta, que permitia que o atirador pudesse visar calmamente a sua presa, sem a espantar e com grande precisão. Na caça a sessenta passos, dizia Juan Mateos “*res parada tierra limpia*”.

Para além disso, a besta era uma arma imensamente mais potente do que o arco. Enquanto um arco muito potente podia ter 80 e em casos excepcionais 100 libras de potência, uma besta equipada com arco de aço atingia as 220 ou mesmo 250

libras e, mesmo em alguns casos 700 libras.

Geralmente o arco destinava-se a ser disparado com uma inclinação de 45 graus de modo a constituir uma barreira que parasse a cavalaria inimiga, enquanto a besta era disparada a direito contra um inimigo. Por isso se dizia que o arco atingia mais longe, mas não é verdade que fossem mais potentes. Tinham era finalidades diferentes, e bem mortais quando juntas.

Apesar de tudo a besta tinha desvantagens sobre o arco. Era mais pesada – o seu peso oscilava de 5 a 7 Kg – e por isso mais difícil de manejar. E enquanto um archeiro podia disparar 10 a 12 flechas por minuto, a besta raramente no mesmo espaço de tempo disparava mais do que um virote. A corda, contrariamente à do arco, não podia ser retirada em caso de chuva, o que tornava a arma frequentemente inútil. A superioridade sobre o arco fez com que a besta se tornasse numa arma particularmente grata entre os atiradores portugueses, tanto mais que era, como dizia Espinar, uma “arma que mata e não espanta”. Tendo em conta estas vantagens, os portugueses tornaram-se exímios fabricantes de bestas, ao ponto de os Genoveses, na altura considerados como os grandes mestres nessa arte, admirarem os fabricantes de bestas portugueses. Há razões e ordem militar que explicam este facto. Enquanto por toda a Europa prevalecia o feudalismo, em Portugal as estruturas assentavam sobre os municípios. Isto significa que, enquanto no feudalismo era o senhor feudal que tinha de armar os seus homens para a guerra, em Portugal as cartas forais, ao determinarem as obrigações militares dos concelhos, obrigavam a que cada homem possuísse as suas próprias armas. Em 1317, por exemplo, D. Dinis escreveu ao Conselho de Lisboa, determinando o armamento que havia de ter cada indivíduo na proporção dos valores que possuísse. E curiosamente a besta era a arma que se exigia aos peões mais nobres. Não admira, portanto, que a besta estivesse tão divulgada entre os portugueses. Podemos considerar que, ao longo dos séculos, a besta foi a arma de guerra e de caça por excelência dos Portugueses. Os besteiros de monte, tantas vezes mencionados em documentos coevos, mais não eram do que caçadores muito experimentados que prestavam serviço tanto na guerra como na caça.

As bestas primitivas pouco mais potentes eram do que um “*long-bow*”. O arco era feito em madeira de ácer ou de teixo e tinha o grave inconveniente de, em dias de chuva ou humidade, as cordas e a madeira ficarem lassas e deixarem de funcionar. Foi isso que aconteceu aos besteiros genoveses que alinharam ao lado dos franceses durante a batalha de Crecy (1346), acabando por ditar a vitória dos Ingleses. Como o arco das bestas ainda era relativamente fraco, as cordas podiam ser distendidas à mão. O besteiro colocava os dois pés sobre o arco ou sobre um estribo existente a meio do arco e com as mãos retesava as cordas. Nesse período arcaico, a coronha era muito mais curta e os besteiros disparavam com os dois braços estendidos. Só a partir da segunda metade do século XIII se começou a divulgar uma coronha mais comprida, que permitia ser encostada e apoiada à cara. E só muito mais tarde se inventaram as coronhas para encosto ao ombro.

Nos finais do século XII, começaram a aparecer bestas equipadas com arcos compostos e dotadas de uma força imensamente superior à dos arcos de madeira. Esses arcos eram feitos com tiras de madeira de teixo intercaladas com fasquias de chifres ou osso de baleia (a costa portuguesa era particularmente rica em baleias) e tendões de pescoço de cavalo. Tudo isto era colado e enrolado em cabedal fino com tendões do pescoço de cavalo e envernizado. A corda do arco era feita de linho ou cânhamo enrolado e era geralmente muito grossa, de forma a aguentar as enormes pressões a que estava sujeita.

A partir do século XIV o arco composto foi sendo gradualmente substituído por um arco de aço, que tinha todas as vantagens sobre os anteriores, até mesmo uma força imensamente superior.

Como os arcos compostos e de aço eram fortíssimos e não havia força humana capaz de os distender, começaram a utilizar-se aparelhos para esse fim, que acabaram por dar o nome à besta, como a gafa, o torno, o polé e a garrucha, descritos por Fernão Lopes ao longo da crónica de D. João I, e mais tarde o cranequim (séculos XV e XVI), mais pesado e lento.

A potência de uma besta equipada com arco era imensa. Não havia armadura que resistisse a uma virotada, e sabe-se de um caso em que um virote atravessou a perna de um cavaleiro revestida de armadura, e o arreio do cavalo e saiu do outro lado, depois de ter também atravessado a perna contrária. A velocidade inicial de um virote podia atingir entre 50m a 70m por segundo e era preciso até 70m ou 80m. A 40m era vulgar atravessar uma tábua de carvalho com 15 cm de espessura. Por isso, na caça o besteiro podia atirar a grande distância, certo de que o virote acertaria no alvo e que a peça seria atingida mortalmente. Em guerra o virote podia atingir mortalmente um inimigo a 30m.

Os viroles e as bestas podiam ter diversos tamanhos e feitios, conforme a finalidade a que se destinassem. Ao contrário dos viroles de guerra, que não obedeciam a um critério específico, Excepto no que respeitava ao feito da ponta, os viroles de caça eram mais aprimorados e concebidos especialmente para um determinado tipo de caça.

O termo “virote” – do verbo virar – provém da existência na sua extremidade de rectrizes em espiral que obrigavam a um movimento de rotação. As rectrizes produziam um efeito semelhante àquela que as estrias produzem nas balas. Ainda hoje utilizamos a expressão “anda tudo num virote” quando queremos designar uma situação rápida e movimentada. Os viroles de caça tinham geralmente entre 22 e 30cm de comprimento por 2,5 onças de peso. A sua espessura tinha de ser idêntica à da corda do arco, ou seja sensivelmente 1 cm. As pontas de ferro podiam ter formas várias, consoante o tipo de caça a que se destinavam, e eram executadas com muito mais cuidado do que as pontas de guerra. Conhecem-se casos em que as pontas eram totalmente lavradas e cinzeladas. Na guerra, também as pontas eram adaptadas a finalidades bem específicas.

De uma maneira geral, os viroles de caça estavam equipados com três rectrizes, feitas de penas de ganso selvagem, de cisne ou outras aves, enquanto os viroles

militares tinham só duas, e em caso excepcional três e eram quase sempre executadas em madeira, coiro ou chifre.

Os caçadores portugueses costumavam embeber as pontas dos seus viroles no sulco do bolbo de uma planta – a beladona – colhida durante o mês de Agosto, que dava origem a um veneno chamado helboro, ou varato branco. Esse veneno actuava por coagulação do sangue, pelo que o animal não andava mais do que 15 a 20 passos. Ao virote envenenado dava-se o nome de virote ervado e ainda hoje a beladona, essa bonita e inofensiva flor que abunda nos nossos campos é conhecida por erva-dos-besteiros. Curiosamente, os portugueses e espanhóis utilizavam viroles ervados tanto na guerra como na caça. Fernão Lopes narra-nos ao longo da crónica de D. João I, casos de portugueses atingidos superficialmente por viroles ervados que, poucos minutos depois começavam a sentir formigueiros nos lábios, acabando por ter uma morte horrorosa. Tornou-se famoso o episódio do combate que Ruy Mendez de Vasconcellos travou com os castelhanos durante o qual “*deram-lhe (a Ruy Mendez de Vasconcellos) com huum viroton huum a pequena ferida acerca do ombro. Entrou tam pouco que andava o viroton pendurado nom curando nenhuma cousa delle. E como veeo a temda e foi desarmado, disse aa queles que eram presentes: por certo eu som ferido de herva (...)*” idem cap. XCII.

E mais à frente, aludindo aos combates que os portugueses travavam contra os castelhanos cerca do rio Shança, relata-nos Fernão Lopes que um escudeiro, ao ver viroles de besta, teria dito: “*ca se aquy mor espaço estamos todos nos ham de ferir com esta mortal herva (...)*” Fernão Lopes, crónica de D. João I, cap. CX vol. II. Acreditava-se naquela altura que o remédio indicado contra viroles ervados fosse beber urina. E se a urina fosse de padre o efeito era garantido.

Os portugueses habituaram-se de tal maneira a envenenar os seus projecteis e acreditavam de tal forma nos seus efeitos, que chegavam a envenenar os projecteis das armas e armas de fogo ligeiras e até mesmo dos canhões. Muitos anos mais tarde, em 1640, foi perpetrada em Lisboa uma tentativa de assassinato contra D. João IV, junto da actual Rua de S. Nicolau. O assassino estava, curiosamente, equipado com uma carabina de repetição de vários tiros, carregada com pelouros ervados, para ter a certeza do resultado do seu acto.

BESTA // 17

DESIGNAÇÃO:

Besta

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução feito a partir de um arco composto que se conhece e se encontra no “Wallace Colection”

NRº. DE INVENTÁRIO:

17

DIMENSÕES:

Comprimento total: 84cm

Comprimento coronha: 73cm

Comprimento arco: 63cm

“...El Rey quando vio aqueles e emtemdeo o que fazer queriam mādou chamar todollos besteiros que vinham na reguarda que ficassem ali a passagem pera tirarem aos de cavallo e deu cuidado a Guomçallo Vasquez Coutinho e carreguo que os acandelhasse; o qual como ardido cavaleiro, em cima de huu cavalo murzello, sem outr home darmas consigo os acandelhava, tendo esta maneira; enquanto hus tiravam armavam os outros” Crónica de D. João I, Fernão Lopes, vol. II, cap. CXII.

Besta com arco composto. Á época de Aljubarrota havia dois tipos principais de bestas: bestas equipadas com arco composto e bestas equipadas com arcos de aço.

Apesar da besta de arco composto ser muito menos poderosa do que a de arco de aço, era contudo ainda muito utilizada pela facilidade em se armar e pelo peso diminuto.



BESTA DE TORNHO // 19 A

DESIGNAÇÃO:

Besta de Torno (Arco de Aço)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução feito a partir de peça original (coleção particular)

NRº. DE INVENTÁRIO:

19 A

...”Os muros todos da çidade (Lisboa) nom aviam mingua de boõ reparationto; e em seteenta e sete torres que ella teem a redor de ssi, foram feitos fortes caramanchoões de madeira, os quaaes eram bem fornecidos descudos e lamças e dardos e beestas de torno e doutras maneiras com gramde avomdamça de muitos virutoões”.
Crónica de D. João I, Fernão Lopes, Vol. I cap. CXV



VIOTES // 18 // 19 // 20

DESIGNAÇÃO:

Viotes (3 peças)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução

NRº. DE INVENTÁRIO:

18,19,20

DIMENSÕES:

Comprimento total: 37cm

Comprimento das viras: 13cm

...” Em este combate (Vila de Alenquer) deu huu viratom pelo rosto a Joham Affonso filho d’Affonso Estevez de Azãbuza de que morreo esse dia.”
Crónica de D. João I Vol I, cap. CLXVII.

Conjunto de viotes ou virotões destinados a perfurar cotas de malha e placas de armadura.

Os viotes de guerra que não tinham mais de 35cm de comprimento, possuíam cerca de 1cm a 1,5cm de espessura e podiam estar equipados com duas viras ou em certos casos, sem nenhuma. Estas viras podiam ser feitas de coiro, madeira, ou de penas. Estes eram os materiais mais comuns.

No entanto, os portugueses faziam-nas por vezes em pergaminho destinadas também a enviar mensagens escritas.



VIROTES // 21

DESIGNAÇÃO:

Virotes e Setas
Ponteiras (30 peças)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Originais

NRº. DE INVENTÁRIO:

21

DIMENSÕES:

Diversas medidas

As ponteiras que equipavam as flechas e os virotes não eram todas iguais. Podiam ter diferentes formatos conforme o fim a que se destinavam.

Havia ponteiras para perfurar cotas de malha, peças de ferro, lançar materiais incendiários, contra cavalos, para cortar cordas, um nunca mais acabar de finalidades.

Nesta coleção podemos verificar algumas dessas ponteiras do século XIII ao século XV, recolhidas em diversos campos de batalha e no interior de diversos castelos portugueses.





O “LONG BOW”



O “LONG BOW”

SÍNTESE HISTÓRICA

Enquanto o arco curto vingava na Península Ibérica, em Inglaterra começou a aparecer um arco bem maior, o long-bow, caracterizado por ter a altura do seu utilizador, e que já na segunda metade do século XIII, durante o reinado de Eduardo I, se iria tornar na arma oficial inglesa. Curiosamente, o long-bow foi utilizado em Portugal na segunda metade do século XIV, aquando da vinda para o nosso país dos archeiros do Príncipe Negro, duque de Aquitânia e irmão de John the Gant. Porém, nunca aqui teve aceitação, por os Portugueses terem já, como já vimos, grande prática e tradições no fabrico e uso das bestas.

O long-bow era um arco com cerca de 1,80m de altura, feito de uma simples vara de teixo aperfeiçoada, sem ornato nem especial acabamento, que aliava duas qualidades aparentemente contraditórias - elasticidade e rapidez. Esta madeira não era fácil de ser encontrada, em certas localidades do Pais de Gales e da Escócia e no norte de Portugal. Mas era insuficiente.

Por isso os Ingleses além de começarem a plantar árvores expressamente para o efeito, trataram de legislar no sentido de importar varas de teixo de Espanha, Itália, e do sul de França. Conhecem-se leis e ordenações que obrigavam os navios a trazer com as suas mercadorias um certo número de varas de teixo para fazer arcos. No tempo de Eduardo IV, cada tonelada de carga devia vir acompanhada por quatro varas; cada pipa de vinho, dez varas, com pesadas multas para cada vara que faltasse à conta. Como o teixo não era fácil de se arranjar, começaram a ser feitos long-bows com madeira de sorveira, freixo, ácer e olmo. No entanto, a melhor madeira continuou a ser o teixo. As cordas desses arcos eram feitas de tripa enrolada, cânhamo ou seda e fixas a duas peças de chifre encaixadas nas extremidades da vara. Como o long-bow era muito comprido, não podia usar-se a cavalo e, além disso, perdia muito a elasticidade com o uso prolongado.

A força de um long-bow era imensa, o que o tornava numa arma terrível nas mãos de um atirador de elite. Na batalha de Albergaveny, junto à fronteira com o Pais de Gales, foram encontradas flechas de long-bow que atravessaram de lado a lado portas de castanho com 8cm de espessura.

A força do long-bow tem sido fabulosamente exagerada. Sir Walter Scott, nos seus romances históricos, muito contribuiu para os divulgar; mas são simples devaneios ter Robin Hood atirado flechas até uma milha (quase dois quilómetros), ou mesmo um terço de milha, bem como outros dos seus heróis ter rachado a quatrocentos passos uma vara de aveleira, que a tal distância ele nem poderia ver. Com um arco construído expressamente, detentor de muito mais força do que a admissível para um homem e que era armado mecanicamente, o mais que alcançou foi de 330m.

A maior distância a que um homem muito robusto e destro podia atirar com um

arco uma flecha de guerra seria, pois, uns 260m. O alcance vulgar não passava de 230m ou 240m, e com flechas leves em combate, poderia chegar a 290m ou, em casos excepcionalíssimos, num país como a Inglaterra, onde toda a população masculina se exercitava ao arco, talvez se chegasse a 300m ou 310m.

Actualmente, os mais hábeis atiradores não alcançam, com flechas leves, além dos 270m. E não há motivo para imaginar que os antigos fossem tão excepcionalmente superiores aos modernos atiradores.

Shakespeare dá como alcance notável no seu tempo, o mesmo de hoje, 260m. Muitos castelos construídos no tempo dos combates com arco e flecha, ficando a uns 300m de altura, julgando-se assim fora do alcance.

Em todo o caso o que é certo, é que a 150m o antigo arco inglês não era nada inferior à espingarda de pedreneira, tal como se usava ainda em 1840.

Se alinhássemos frente a frente, a 15m de distância, um cento dos frecheiros de Crécy ou de Azincourt e um cento dos melhores atiradores de Waterloo com as suas respectivas armas, os primeiros teriam decerto uma fácil vitória. Porque não só atirariam seis flechas por cada bala dos adversários, mas como seriam também mais certos e de maior efeito mortal.

Como exemplo da inferioridade das antigas espingardas, encontra-se um episódio transcrito num diário da guerra peninsular que vale a pena recordar. Em 10 de Maio de 1811, Wellington deu ordem a um soldado, que estava perto, para atirar a um soldado francês que se tinha aproximado das linhas inglesas fazendo esgares e gestos imprudentes. O inglês apoiou a arma sobre uma roda de carreta de artilharia, apontou com cuidado e conseguiu atingir o homem. Foi isto julgado um feito de atirador tão raro, que o noticiarista acrescenta ter presenciado o facto e ter medido a distância, que era de 80 jardas, ou seja 73m.

Compreende-se que um arco com estas características nas mãos de um caçador experimentado se tornasse uma arma extremamente eficaz. Sabemos de casos de aves abatidas em pleno voo por archeiros de elite. As flechas tinham o comprimento do braço do atirador e eram feitas de varas de estevas, de bétulas de freixo ou de carvalho, enquanto as rectrizes podiam ser feitas de cartão, coiro, penas de ganso selvagem ou de águia, entre outras.

As flechas eram mergulhadas numa solução à base de nitrato de cobre conhecida por Virtus Greco, que lhe conferia uma cor esverdeada e se destinava a evitar que empenassem com a humidade. Em combate, as pontas metálicas eram engraxadas ou untadas com sebo para uma melhor penetração.

Um bom long-bow chegava a ter 100 libras de potência, o que exigia ao atirador um longo treino para o conseguir manejar. Quando na década de 70 do século XX se procedeu ao levantamento do navio inglês Mary Rose (século XVI), os exames médicos detectaram imediatamente os esqueletos dos archeiros pelo invulgar desenvolvimento das omoplatas e dos seus músculos das costas.

Curiosamente, desse navio foram retiradas várias caixas com long-bows, os quais, após devidamente tratados numa solução de polietilenoglicol, puderam ser de novo experimentados, com sucesso, após quatro séculos de imersão.

O arco curto desapareceu das lides das guerras e da cena venatória em Portugal logo na segunda metade do século XII, dando lugar à besta.

ARCO // 22

DESIGNAÇÃO:

Arco (Long Bow)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Original Igreja Matriz
de Alcácer do Sal

NRº. DE INVENTÁRIO:

22

DIMENSÕES:

Comprimento total: 170cm

Raríssimo exemplar de long bow, feito em madeira de teixo, proveniente da Igreja Matriz de Alcácer do Sal e datado dos finais do século XIV. A melhor madeira para o arco era a de teixo, mas também o carvalho e o bordo depois de uma secagem mínima de dois anos.

Embora os ingleses tivessem sido os grandes mestres no fabrico e manejo do long-bow, há notícias através de uma carta de quitação a Gonçalo Afonso, almoxarife do armazém da cidade de Lisboa (século XV) da existência de numerosos arcos feitos em madeira de teixo.



FLECHA // 23

DESIGNAÇÃO:

Flecha (Long Bow)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução feita a partir
de uma peça original

NRº. DE INVENTÁRIO:

23

DIMENSÕES:

Comprimento total: 68cm

Ponteira: 4,5cm



CHICOTE DE ROLDÃO // 24

DESIGNAÇÃO:
Chicote de Roldão

CRONOLOGIA:
Século XIV

PROVENIÊNCIA:
Reprodução

NRº. DE INVENTÁRIO:
24

DIMENSÕES:
Comprimento total: 107cm
Comprimento da haste: 71cm
Corrente: 19cm
Diâmetro da bola: 9cm
Comprimento médio dos
bicos: 3cm

O chicote de armas, na sua forma primitiva, deriva de um instrumento agrícola. A partir do século XIII, com recrudescimento das peças de armadura, o chicote começou a ser uma das armas preferidas do cavaleiro. Uma pancada de um forte chicote era suficiente para fazer voar a mais sólida das peças de reforço e liquidar o inimigo. Normalmente o chicote tinha uma bola de madeira eriçada de bicos. Também podia, ter em vez da bola, um pedaço de madeira rectangular e neste caso chamava-se chicote de língua. Estas armas foram muito utilizadas na Europa Central e em França. Curiosamente, é raro vermos referências escritas ou iconográficas a estes chicotes. Só muito excepcionalmente figuram em manuscritos do século XII, XIII ou XIV.

Os ingleses tinham uma especial preferência por chicotes com uma ou várias bolas. Em certos casos tiravam a corrente e colocavam a bola, na extremidade da haste. A esta arma davam o nome de Soupillon. Os Alemães usavam uma arma parecida, mas equipada com várias correntes terminando em bolas de ferro a quem davam o nome de Escorpião. Estas armas no entanto, não foram adaptadas na Europa ocidental. O que aqui prevaleceu foi o chicote de armas simples, com uma corrente terminando numa bola de madeira eriçada de bicos.

Os chicotes da peonagem tinham hastes mais compridas, destinadas a golpear à distância o cavaleiro.



MACHADO // 25

DESIGNAÇÃO:

Machado (Lâmina)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução

NRº. DE INVENTÁRIO:

25

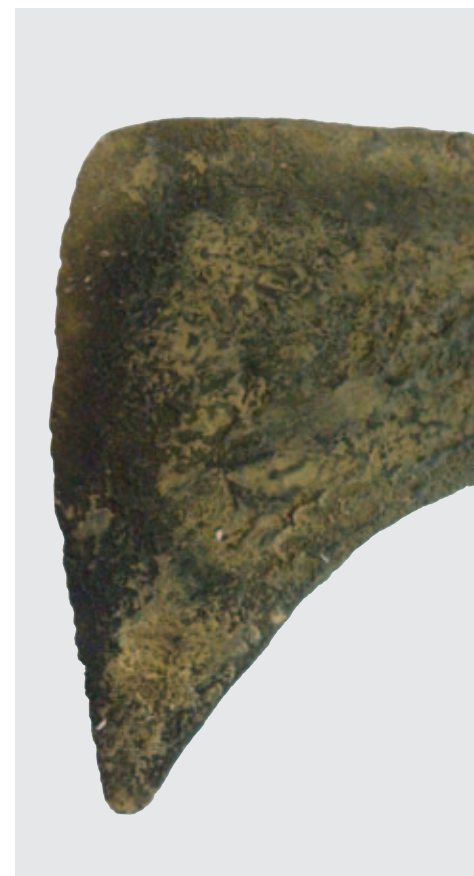
DIMENSÕES:

Comprimento total: 23,5cm

Máxima largura: 12cm

Máxima espessura: 3,5cm

Popularmente conhecido por machado dos galloglaich este tipo de arma esteve disseminado por toda a europa, particularmente pela europa central e pela Escandinávia. Foi o modelo mais comum de machado que as tropas inglesas usaram em portugal durante a crise de 1383/85.



MACHADO // 26

DESIGNAÇÃO:
Machado (Lâmina)

CRONOLOGIA:
Século XIV

PROVENIÊNCIA:
Reprodução

NRº. DE INVENTÁRIO:
26

DIMENSÕES:
Comprimento total: 23cm
Máxima largura: 19cm
Máxima espessura: 4cm

...*“As armas defensavees de todas era bacinetes de camal deles com caras e deles sem ellas, e solhas e loudees e cotas e fraldões e panceiras; e de ferir lamças e fachas de ferro e de chumbo e deles machados que os podia aver”*... Crónica de D. João I, Fernão Lopes vol. II, cap. XXXVII.

Esta referência de Fernão Lopes leva-nos a concluir que um bom machado darmas era uma peça cara e, por isso, fora do alcance do comum dos combatentes. Era uma arma só para ...*“quem os podia ter”*...

Mas a infantaria também usava machados. Eram geralmente os utilizados nas fainas agrícolas ao qual era acrescentado um cabo muito mais comprido.

Presentemente torna-se muito difícil distinguir os machados agrícolas e os machados darmas. Só mesmo especialistas altamente versados em armamento medieval e com longa experiência na investigação arqueológica serão capazes de os distinguir.



MACHADO // 27

DESIGNAÇÃO:
Machado (Lâmina)

CRONOLOGIA:
Século XIV

PROVENIÊNCIA:
Reprodução

NRº. DE INVENTÁRIO:
27

DIMENSÕES:
Comprimento total: 16cm
Máxima largura: 10,5cm
Máxima espessura: 3cm

Lâmina de um machado darmas, possivelmente português (século XIV).

Através das crónicas de Jean de Froissard, sabemos que D. João I utilizou um machado darmas na batalha de Aljubarrota. Este facto é corroborado pelo pintor da corte Domingos António de Sequeira quando em 1800 passou pelo Mosteiro da Batalha e desenhou armas de D. João I que se encontravam naquela altura expostas cerca do seu túmulo, entre as quais sobressai uma “acha” ou machado.

Dessas armas, bem como de alguns outros objectos capturados em Aljubarrota e, também eles registados pelo pintor, desconhece-se o paradeiro. Desapareceram sem deixar rasto. Mas ficaram os desenhos esboçados em álbum particular.

A lâmina do presente machado darmas é do mesmo tipo da utilizada pelo monarca que foi conservada durante vários séculos junto ao seu túmulo.





MAÇA
DE ARMAS



MAÇA DE ARMAS

SÍNTESE HISTÓRICA

Foi a mais terrível e devastadora arma da Idade Média e talvez, por isso, a preferida pelos cavaleiros. Apesar de tudo a cavalaria feudal não utilizou antes do século XIII, porque a considerava como uma arma própria de vilão.

A partir do século XIII começaram a ser feitas maçãs de ferro, bronze e chumbo. Por melhor que fosse a malha da cota, ou por mais resistente que fosse o cambais eram impotentes para sustentar os efeitos dessa arma. Um golpe de maça era suficiente para esmagar um crânio ou cortar um braço.

A fim de se protegerem, os cavaleiros começaram a reforçar a cota de malha com placas de metal, chifre ou cuir-bouilli (coiro moldado e enrijecido com água e coberto com cera quente). Mas à medida que as armaduras se foram desenvolvendo, também as maçãs se foram aperfeiçoando.

Nos finais do século XIII e no século XIV, já as maçãs eram feitas com pontas de ferro semeadas de longos bicos. Este tipo de arma não foi utilizado por muito tempo. Bem fabricada a maça podia desferir golpes muito perigosos. Mas as maçãs de ferro dessa época tinham um problema. É que os ferreiros não conseguiam caldear devidamente os bicos do corpo central, nem forja-los em conjunto, pelo que estes ficavam sempre levemente esquinados, acabando por se partir com relativa facilidade, com um golpe forte. Perante esta dificuldade os fabricantes optaram por criar maçãs de bronze fundido.

Todavia essas maçãs, além de serem caras, rapidamente se deterioravam contra as peças de ferro dos arneses. Por outro lado, começou-se a verificar que as maçãs de bico tinham um grande inconveniente: prendiam-se nos falsos da armadura e nas intrincadas peças do vestuário do combatente. Começaram então a substituir os bicos por lâminas, inicialmente de forma rectangular, depois arredondadas e, finalmente triangulares. Os portugueses criaram um tipo de maça muito peculiar,

feitas de chumbo, material barato e extremamente denso, pelo que uma pancada tinha efeitos demolidores.

A essas armas foi dado o nome de fachtas. Fernão Lopes ao longo da crónica de D. João I refere-se bastas vezes às fachtas e amiúde às fachtas de chumbo. “ (...) E leixadas as lamças das mãaos que huuns e a outros pouco nojo fez e jazendo huum grande vallo dellas amtre huuma aaz e outra, veheram as fachtas e espadas d’armas “ Fernão Lopes, Crónica de D. João I, Vol. I Cap. XLVIII.

MAÇA DE ARMAS// 28

DESIGNAÇÃO:

Maça de Bicos

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução

NRº. DE INVENTÁRIO:

28

DIMENSÕES:

Comprimento total: 16cm

Máxima espessura: 3cm

Comprimento médio
dos bicos: 2cm

É uma forma mais aprimorada do porrete, sendo uma arma de mão forte e pesada. Consiste em um cabo de madeira, às vezes reforçado com metal ou placas de metal, com uma cabeça de pedra, cobre, bronze, ferro ou aço. Esta cabeça é geralmente bem saliente e às vezes contém tachões e pontas para ajudar a penetração da armadura e infligir maior dano. Caso a cabeça seja presa por tiras de couro ou uma corrente, a arma é denominada mangual e não maça. O tamanho das maças é bem variado.

A partir dos finais do século XIII, com a crescente adopção de placas metálica para reforço da malha de ferro, o cavaleiro tornou-se cada vez mais invulnerável aos golpes da espada. Tornava-se necessário uma arma de ponta que perfurasse e arrancasse essas peças de armadura. É assim que apareceu as primeiras maças de bicos profusamente representadas na iconografia da época.



MAÇA DE ARMAS// 29

DESIGNAÇÃO:

Maça de Bicos

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução

NRº. DE INVENTÁRIO:

29

DIMENSÕES:

Comprimento total: 7cm

Máxima espessura: 4,5cm

Comprimento médio
dos bicos: 2,3cm

Maça de bicos mais curta que a maça (inv 29) embora mais utilizada pela sua leveza e pela sua eficácia que nada ficava a dever à mais comprida.



MAÇA DE ARMAS// 30

DESIGNAÇÃO:

Maça de Esferas

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução

NRº. DE INVENTÁRIO:

30

DIMENSÕES:

Comprimento total: 81cm

Comprimento da lâmina:

13,5cm

Embora o nome (maça de esferas) seja recente esta arma enquadrava-se na tipologia das maças d'armas de bicos.

O inconveniente dos bicos era grande. Para além de serem difíceis de caldear, em combate podiam prender-se nos falsos das armaduras e nas intrincadas peças de vestuário dos combatentes. Começaram então a encurtar os bicos e a arredondá-los.



MAÇA DE ARMAS // 31

DESIGNAÇÃO:

Facha de Lâminas

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Original, Alcobaça

NRº. DE INVENTÁRIO:

31

DIMENSÕES:

Comprimento total:5,5cm

Máxima espessura

das lâminas:2,3cm

Espessura (diâmetro) do cabo:

3cm

...”E como el Rey alçou a facha deçendo pera lhe dar elle (Álvaro Gonçalves de Sandoval) recebeo o guolpe e travou por elle e tirou tão rijo que lha levou das mãaos e fezeo ageoalhar dambolos geolhos e foi loguuo alevantado. E quando Álvaro Guonçalvez levantou a facha pera lhe dar com ella, el-Rey esperou ho guolpe e tornoulha a tomaar por aquela guisa”... Crónica de D. João I, Fernão Lopes, Vol. II cap. XLI





CHAPÉU DE FERRO E CAPELINA



CHAPÉU DE FERRO E CAPELINA

SÍNTESE HISTÓRICA

Trata-se de um grupo de protecções para a cabeça caracterizada por ter abas. O seu nome provém do Francês Chapel e Chapeline.

Este tipo de protecção era já comum no tempo dos Gregos e dos Romanos, e parece ter permanecido em uso de forma mais ou menos ininterrupta. Durante o séc. XII utilizou-se muito um tipo de chapéu de ferro de copa muito baixa e abas muito largas. As primeiras vagas de assalto às fortificações, os mineiros e sapadores usavam estes chapéus chamados hanepier para se protegerem dos projecteis lançados de cima. Esses chapéus eram verdadeiros pavesees circulares que faziam desviar os projecteis.

A verdadeira capelina não deve ter sido introduzida senão nos finais do séc, XII com a adopção do elmo fechado. Quando o calor apertava, muitos cavaleiros optaram por substituir os seus pesados elmos pela capelina, mais ligeira e arejada. Pierre de Dreux morreu de uma espadeirada na cara durante a batalha de Monsourah Porque trocou o seu elmo fechado por uma capelina. E Sieur de Joinville faz-nos referências várias à utilização de capelinas nessa batalha. Ainda hoje existem alguns exemplares recuperados em escavações nos países Nórdicos. Todos eles são do modelo spangen, isto é, feito em gomes reforçados por tiras de ferro. A capelina foi durante muito tempo a defesa da cabeça da peonagem por ser barata e fácil de se fazer em quantidade. Mas a nobreza também a usava. Pierre de Dreux morreu por ter usado uma capelina, e na Vida de S. Luis, Joinville descreveu o episódio durante o qual, em Jerusalém conseguiu persuadir o Rei Luis, que, devido ao calor queria avoir le vent a não substituir o elmo pela capelina.

Em Portugal, a capelina foi bastante usada. Nos inventários e contas da casa de D. Dinis (1278-1282) há referência a *“huua capelina que fõe de dõ Jhõa Rodrigit”* Também nas ordenações para a mudança de armamento (Fernão Lopes’ Crónica de

D. Fernando, Cap. [LXXXVII] se refere que da capelina se deveria fazer barvuda com camalhão, o que indicava que a capelina esteve muito generalizada no nosso país e foi usada até muito tarde.

Durante a crise de 1383-85 (Fernão Lopes, crónica de D. João I Vol. I cap. CXXIV) “as capelinas continuaram a ser uma protecção para a cabeça muito popular”.
...”Elles no Porto, por ledice da sua vinda, hordenarom huu torneio em véspera da Sam Jhoam que era dia em que os moradores daquela çidade costumavam de fazer gram festa; e o torneio foi de capellinas com espadas bramcas muito cortadoras, segundo husança daquele tempo”.

CAPELINA // 32

DESIGNAÇÃO:

Capelina, Chapéu Curto
(Ferro)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução executada sobre
um original (colecção
particular)

NRº. DE INVENTÁRIO:

32

DIMENSÕES:

Comprimento total
(aba a aba): 32cm
Altura: 17cm

Capelina de abas curtas muito utilizada em períodos de grande calor. Apesar de, durante a batalha de Aljubarrota não haver notícias da utilização de capelinas, mesmo a despeito do calor que se fazia sentir, há contudo notícias bastas da utilização de capelinas durante a crise de 1383-1385. Em batalha, os combatentes optavam quase sempre pelos bacinetes com cara, pela maior protecção que lhes concedia contra virotes, flechas e pedras.



CHAPÉU DE FERRO // 33

DESIGNAÇÃO:

Chapéu de Ferro

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução

NRº. DE INVENTÁRIO:

33

DIMENSÕES:

Comprimento total

(aba a aba): 43cm

Aba: 10cm

Altura: 16cm

O chapéu de ferro de grandes abas tornou-se popular, mormente nos trabalhos de sapa. É de crer que este modelo de protecção tivesse sido utilizado durante o assédio aos castelos na campanha do norte. As grandes abas, já utilizadas desde o século XII, tinham geralmente a largura dos ombros do seu utilizador para o proteger contra os projecteis lançados do cimo das muralhas.



CRUZ DE GUERRA // 34

DESIGNAÇÃO:

Cruz de Guerra

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Original

NRº. DE INVENTÁRIO:

34

DIMENSÕES:

Comprimento total: 29cm

Largura: 17,5cm

Antes de cada batalha era habitual as tropas serem abençoadas pelos eclesiásticos que a acompanhavam. Geralmente a cavalo e armado de “ponto em branco”, o bispo, rodeado por clérigos percorria as fileiras dos homens de armas levando alçada uma cruz e aspergindo os combatentes com o isopo. Essas cruzes ficaram conhecidas por cruzes de guerra.





**O ELMO
FECHADO**



O ELMO FECHADO

SÍNTESE HISTÓRICA

O primeiro passo para esta evolução foi a adição ao capelo de uma protecção para a nuca. Cerca de 1220, essa placa contornava a cabeça e juntou-se à búcula, dando origem ao elmo cilíndrico totalmente fechado que no nosso país ficou conhecido por Baul. Este elmo permaneceu com o topo chato até cerca de 1260/80. Por vezes a búcula era reforçada por duas tiras em forma de cruz, sobre as quais eram abertos os orifícios oculares, embora nem sempre isso acontecesse.

O elmo era usado sobre o chamado arming cap ou virol, isto é, uma tira de tecido enrolado que os cavaleiros colocavam sob cabeça para suportar o peso do elmo. Um destes elmos podia pesar cerca de 6 kg aos quais se devia acrescentar a cimeira completa.

Os primeiros elmos eram geralmente feitos de 5 chapas rebitadas juntas às outras, a calote, a testeira, a face, a banda superior occipital e a cobre-nuca. Cada uma dessas chapas tinha uma espessura própria. Assim, por exemplo, a calote, a face e a banda superior occipital eram mais grossas - tinham geralmente cerca de 4mm de espessura - para poderem aguentar os mais violentos golpes, enquanto as restantes não tinham mais de 2mm- O seu peso era imenso.

O emprego de pesadas maças de armas, em meados do séc. XIII tornou os topos planos extremamente vulneráveis. Assim, depois de 1250 começámos a ver esses topos a projetarem-se para cima, para permitirem que os golpes resvassem, até que, nos finais desse século a parte superior do elmo tornou-se completamente cónica.

Com a cabeça toda coberta, o nobre torna-se irreconhecível Para os seus homens de guerra. Começou então a desenvolver-se a moda de colocar-se sobre o elmo ornamentos bem visível que o identificassem. Nos primeiros elmos de cara dos finais do séc. XII, inícios do séc. XIII os timbres não eram muito visíveis. Mas nos finais do séc. XIII começam a tomar forma, adquirindo uma enorme importância. Esses timbres ou cimeiras eram geralmente feitos de Cuir builli, papier maché ou outros materiais leves eram fixos por meio de um ou dois parafusos com porcas, para que facilmente pudessem ser móveis.

Essas cimeiras, que na maior parte das vezes tinham formas bizarras e enormes eram um incómodo, pouco práticas, pelo que acabaram por ser quase exclusivamente utilizadas em torneios. Em caso de guerra, a cimeira era quase sempre substituída por plumas (os prumões, citados por Fernão Lopes nas crónicas de

D. João I) ou por uma crista de cores variadas feitas de crinas de cavalo em forma de leque. Para além disso, os elmos podiam ser pintados de uma ou mais cores vivas.

A partir dos finais do séc. XIII, o elmo foi descendo em profundidade até se apoiar completamente sobre os ombros. Desenvolveram-se também elmos de topo arredondado nos sécs. XIII e XIV, mas eram menos comum que o elmo cónico. Temos dois bons exemplares de elmos cónicos retratados na escultura tumular de Cristo morto e no cavaleiro de Oliveira do Hospital ambos no museu Machado de Castro em Coimbra. Para além destas representações, Não se conhece nenhum exemplar em Portugal. O elmo ostentado pelo cavaleiro de Oliveira do Hospital. Juan Dorningos no Museu Machado de Castro (Coimbra) tem um interesse muito particular por ter uma viseira móvel. Tivemos ocasião de apreciar um documento datado de 1298 com as contas de Odo de Roussillir, onde vem mencionado um heaume a visserre. Havia, realmente neste período (1300-1340) grandes elmos com viseira. Ilustrações desses elmos não são invulgares. Como eram muito pesado, o elmo era transportado numa sela ou nos carros do nobre.

Na altura do combate era preso a uma corrente que estava fixa, inicialmente, ao cinto, e mais tarde, com o advento das coiraças, ao peito do cavaleiro, na extremidade da qual havia uma cruzeta. Essa cruzeta enganchava numa cruz rasgada na parte inferior da face do elmo, permitindo que este fosse transportado e suspenso às costas do cavaleiro. O peso de um bom elmo era tal que na Alemanha e na Grã-Bretanha começaram a fabricar-se como alternativa, elmos de cuir builli, isto é, de coiro moldado em óleo e cera quente, bem mais leves, embora com uma enorme dimensão destinados a serem colocados sobre o bacinete. Estes grandes elmos, apesar de terem sido também usados na guerra eram contudo pouco práticos pelo que o seu uso acabou por se restringir quase só às justas e torneios. Em combate os elmos não eram tão grandes e tinham uma forma mais baixa.

O golpe de uma facha ou de um chicote de armas era violentíssimo, e por isso os armeiros começaram a forjar elmos de uma só peça, quase sem rebites. O facto de serem feitos com placas rebitadas de várias espessuras podia dar origem a que se deslocassem com uma pancada violenta, Mas, feitos de uma só peça isso não acontecia” Os mais afamados fabricantes de elmos foram os armeiros do Norte de Itália e Alemanha, que se notabilizaram pela sua excelência no seu fabrico, embora também fossem feitas magníficas peças em França, Inglaterra, Espanha e países Nórdicos.

Cerca de 1370, embora o bacinete como iremos ver, estivesse já generalizado entre a nobreza o grande elmo ou baul, também conhecido por elmo de pote, continuou em uso por ser mais resistente. Nessa altura começou a aparecer um outro modelo que se disseminou já nos finais desse século: o elmo cabeça de sapo.

Este modelo de elmo que acabou por se generalizar nos finais do século XIV era feito de três ou de duas peças. A sua forja era complicada e por isso era um elmo caro. No entanto foi muito adotado pela sua extrema eficácia, principalmente nos campos de justas e torneios.

ELMO // 36

DESIGNAÇÃO:
Elmo (Sugar Loaf)

CRONOLOGIA:
Século XIV

PROVENIÊNCIA:
Reprodução

NRº. DE INVENTÁRIO:
36

DIMENSÕES:
Altura: 37cm
Largura: 24cm

O grande elmo que se começou a desenvolver desde a primeira metade do século XIII alcançou o seu expoente máximo durante o século XIV. O enorme peso e incomodo, acabaram por o afastar das lides de guerra, ficando o seu uso praticamente restrito aos torneios. Só em casos excepcionais, nomeadamente no norte da Itália, se continuaram a utilizar os grandes elmos em batalha.

Este tipo de elmo conhecido (denominação recente) por “Sugar Loaf” esteve muito em voga em França e nos reinos do Norte da Península. Em Portugal não foi utilizado, mas torna-se possível que alguns dos nobres Franceses e Navarrenses que acompanharam a hoste de D. Juan I, viessem equipados com este modelo de elmo.





O BACINETTE



O BACINETE

SÍNTESE HISTÓRICA

No início do séc. XIII começou a disseminar-se por toda a Europa o aparecimento de uma protecção para a cabeça, que ficou conhecida por grande elmo, elmo de cano, ou baul. Tratava-se como já se referiu, de um enorme e pesadíssimo capacete de forma cilíndrica (daí o nome de elmo de cano ou Baul) que numa primeira fase assentava totalmente sobre a cabeça e mais tarde, já nos finais do séc XIII, passou a assentar sobre os ombros.

Por debaixo desse elmo começaram os cavaleiros a usar um pequeno casco feito em cabedal ou em ferro colocado entre o coiro cabeludo e o almofrém de malha, destinado a evitar o contacto directo do grande elmo com a cabeça. Esse pequeno casco, também conhecido em Portugal por cervilheira, era anterior ao séc. XIII. Sabe-se que, durante o séc. XII, já a cervilheira era usada por debaixo ou por cima da malha do almofrém.

Neste último caso e afim de evitar o contacto directo da cota de malha com o coiro cabeludo, enrolavam os combatentes um capuz - a coifa -- geralmente feito de um material forte ou acolchoado à volta da cabeça atado sob o queixo, sobre o qual assentava a cota.

A cabeça, como o ponto mais vulnerável do corpo humano, foi sempre aquele que mais atenções despertou aos ferreiros e fabricantes de armaduras daquela época, e por isso houve sempre o cuidado de se efectuarem sucessivos aperfeiçoamentos, tendo em conta não só o factor defesa. mas também a comodidade e mobilidade do cavaleiro.

O grande elmo não permitia qualquer espécie de mobilidade ao combatente, além de que o seu peso o tornava extremamente incómodo. Assim, era sempre transportado no arção da sela ou às costas, só sendo envergado no momento do combate. Durante esse tempo a cabeça do cavaleiro ficava protegida apenas pela cervilheira e pelo almofrém. Começou então, já na segunda metade do séc. XIII reconhecer-se a necessidade de uma maior e melhor utilização para essa protecção interior, até porque o grande elmo era muitas vezes abandonado em combate devido aos incómodos que provocava aos cavaleiros deixando dessa forma a sua cabeça descoberta.

Nasceu então, já nos finais do séc. XIII um novo tipo de protecção que ficou conhecido por bacinete. A sua forma era semelhante à cervilheira mas projectava-se mais

para baixo. Na sua fase inicial o topo do bacinete era redondo tal como a cervilheira simplesmente possuía uma grande diferença em relação a esta última, não se destinava a ser colocada por debaixo ou por cima da cota de malha mas a assentar directamente sobre a cabeça, sendo a cota de malha fixa aos seus bordos inferiores.

Nessa época, o almofrém já não estava fixo à restante loriga pelo que não se tornava fácil colocá-la com o bacinete no topo. Começou então a usar-se um novo sistema, que consistia numa porção de cota – a camalha – suficiente para cobrir os ombros, costas e peito dos combatentes a qual era fixa ao bacinete. Este tipo de bacinete começou a ser conhecido por bacinete de camalha (do Inglês “*Cap mail*”). A partir de 1300 começou a ajustar-se à cervelheira, que estava já então fixa ao camal de malha, uma cara, ou, como os Franceses de então diziam, un viaire, ou seja, uma peça móvel que cobria a face, podendo facilmente levantar ou baixar. Os primeiros ensaios deste suplemento de armadura de cabeça são estranhos, mas indicam claramente a natureza dos golpes que importava parar.

Estamos num período em que o combatente começou a tomar consciência dos efeitos devastadores das novas armas que então começaram a proliferar nos campos de batalha. A necessidade do combate corpo-a-corpo à arma branca obrigou cada um a procurar os meios próprios e a cobrir-se da forma mais segura e mais prática. Nos finais do sec. XIII uma vez quebradas as lanças as gentes de armas serviam-se sobretudo de espada larga e da maça. Dos golpes destas armas, os mais perigosos eram os oblíquos ou horizontais. Os golpes de ponta não eram utilizados senão no combate a pé. A cavalo os golpes de talha sobre o escudo à altura do pescoço ou da cara, quer fossem dados pela espada ou pela maça d’armas eram violentamente sentidos através da camalha - isto é, a parte da cota de malha que pendia do bacinete sobre os ombros ou podiam atingir o nariz ou os maxilares.

Estando a cervilheira bem fixa ao crânio nasceu a ideia de proteger a face com um apêndice proeminente e bem ajustado ao capacete para não saltar por efeito de um golpe vigorosamente aplicado.

As primeiras viseiras formavam um apêndice pontiagudo que se projectava sobre o pescoço e que permitia ser facilmente levantado para o combatente respirar. Para além disso preservava o cavaleiro dos golpes de talha sobre a cara ou sobre o pescoço. Mas um golpe oblíquo sobre esta viseira podia causar sérios traumatismos. Por isso, é muito raro vermos este tipo de cara em iluminuras ou esculturas. tendo desaparecido nos primeiros anos do séc. XIV. Cerca de 1310. aquela viseira foi substituída por uma outra mais bem concebida que envolvia o pescoço e a camalha. Apesar de tudo, qualquer destas viseiras tinha um defeito, a parte inferior apoiava sobre o peito e não sobre a armadura rígida pelo que ficava sempre vulnerável a qualquer golpe violento. Para solucionar este problema, começou-se a adoptar a partir de 1350 uma baveira rígida sobre a qual assentava a cara, concedendo uma resistência mais eficaz aos golpes.

Por essa época, a grande moda nos bacinetes era ditada pela França mas sobretudo pela Itália do Norte, que desde há muito conservava um quase monopólio do fabrico de armas defensivas. Os elmos de Pavia e Milão eram mencionados desde o séc. XI. Os bacinetes italianos eram diferentes dos franceses. Enquanto nos primeiros como vimos os bordos inferiores da cara apoiam sobre uma peça de ferro chamada baveira, nos bacinetes italianos não existia essa baveira, os lados da cara apoiavam-se firmemente sobre os bordos inferiores do bacinete o que impedia a viseira de ferir a face sob o impacto de um golpe. Para além disso, a parte inferior da cara descia até muito baixo de forma a ocupar o lugar da baveira

Por volta de 1380 os franceses começaram a inclinar o topo do bacinete bastante mais à retaguarda do que os Italianos, a fim de oferecer uma maior resistência aos golpes. Para além disso, abriram no bico da cara pequenos orifícios para arejamento e respiração, mas somente do lado direito. a fim de não diminuir a resistência do aço por efeito da pancada da lança contrária, feita geralmente a partir do lado esquerdo.

Enquanto Franceses e Ingleses disputavam a supremacia dos bacinetes, nos campos de batalha os Alemães criaram um estilo muito próprio. A cara para os seus bacinetes limitava-se a ser arredondada ou levemente pontiguda e movia-se somente para cima, através de um ponto fixo onde se articulava. Podia também ser movível. A este tipo de bacinete deram os Alemães o nome de Klappvisier. Muitas vezes, a cara era substituída por uma peça metálica, que estava fixa à malha do camalho e que engachava no frontal de bacinete. Este modelo parece ser de proveniência mais antiga que o Klappvisier.

Todos estes bacinetes tiveram existência em Portugal. Quando D. Dinis morre, no segundo quartel do século XIV, o país encontrava-se em plena prosperidade económica. Afonso IV vai pois herdar um Portugal estabilizado que começava a acompanhar a Europa nas técnicas mais avançadas.

No período que coincide com o reinado de Afonso IV, não temos quaisquer indicações em relação ao uso dos bacinetes em Portugal. Tal não acontece, porém, em relação ao reinado de D. Pedro. Temos dessa época algumas descrições, mas sobretudo magníficas representações iconográficas, das quais se destacam os túmulos de D. Pedro e de D. Inês, em Alcobaça e a escultura de Cristo morto, que se encontra no Museu Machado de Castro, em Coimbra.

Em quaisquer destas esculturas se pode apreciar, para além das peças de armamento e vestuário da época, os modelos de bacinetes e grandes elmos já atrás descritos.

Quaisquer destas duas esculturas se situam na segunda metade do séc. XIV. Os túmulos de D. Pedro e de D. Inês são contudo os exemplares em que podemos observar os mais extraordinários exemplares de bacinetes desse período.

As representações iconográficas de cenas alusivas ao julgamento final dos assassinos de D. Inês, em que figuras de personagens da época se misturam com cenas religiosas retratam-nos de uma forma perfeita os vários modelos de armas da altura. E curioso verificar que, nos inúmeros bacinetes ali representados, nenhum está equipado com cara, apesar da cara estar mais do que divulgada nessa época.

Os bacinetes representados na estátua do Cristo Morto dão-nos, também, uma noção exacta do uso daquele modelo de capacete.

Nas três representações de guerreiros que se encontram ao longo do aludido monumento, verificamos um facto extremamente curioso e importante para o estudo dos bacinetes, Nos dois primeiros quadros vemos dois guerreiros apoiados nos seus grandes elmos e tendo na cabeça bacinetes sem cara. No terceiro quadro vemos um guerreiro apoiado no seu escudo, sem o grande elmo, mas com o bacinete equipado com cara. Essa cara está articulada em ambos os lados do bacinete, e, pelo seu formato, embora esteja levantada, parece-nos ser do tipo saliente, talvez em forma de bico de pássaro. Isto significa que os dois primeiros guerreiros utilizavam os bacinetes sob o grande elmo. Por sua vez, o terceiro guerreiro já não tem grande elmo e por isso está representado com um bacinete com cara.

A época áurea dos bacinetes em Portugal situa-se entre os reinados de D. Fernando e D. João I. Para o estudo do armamento desta época, possuímos felizmente uma vasta documentação que nos é dada por Fernão Lopes ao longo da Crónica de D. João I. Também é de salientar a Crónica de D. Fernando pelo mesmo autor, em que se recolheram igualmente preciosos elementos sobre este assunto. A minúcia com que este autor aborda os factos descritos permite-nos ter uma ideia exacta do armamento da época. dando-nos assim possibilidade de efectuarmos um estudo científico sobre a matéria.

Existem actualmente em Portugal dois bacinetes de um modelo tipicamente Ibérico. Ambos são de baveira e encontram-se em relativo bom estado. Um deles pertence à colecção particular de William Scollard e está de momento no nosso país. O outro pertence ao Museu Municipal de Pinhel e foi encontrado em escavações naquela zona. São ambos muito parecidos, embora o de Pinhel seja um pouco mais estreito e comprido. Nenhum deles possui cara e ambos estão equipados com baveira.

A primeira vez que no nosso país é feita uma referência ao bacinete é no reinado de D. Fernando. O reinado deste rei coincide com uma altura em que o bacinete estava no máximo da moda na Europa. Para mais, a vinda dos Ingleses para Portugal e o contacto com os Espanhóis deram-nos a noção daquela protecção.

Por este motivo, El-Rei D. Fernando decretou uma série de normas relativas às alterações que pretendia fossem introduzidas no nosso armamento. Dessas alterações, uma havia que respeitava à introdução obrigatória do bacinete em substituição da capelina.

Ao legislar no sentido de adoptar o uso obrigatório do bacinete no nosso país, D. Fernando seguia uma moda então já muito divulgada no estrangeiro e reconhecia as suas vantagens.

Fernão Lopes aborda de forma curiosa este ponto, porquanto, segundo ele, D. Fernando mandou que da capelina fizessem “barvuda com camalhom”,,. E é curioso porque embora a barbuda seja uma variedade do bacinete distinta dele há casos em que historiadores a consideram, embora de forma discutível, totalmente distinta. Fernão Lopes confunde estas duas armas.

Na crónica de D. João I ao aludir à forma como “O mestre hordenou de fazer moeda...” (idem. Cap. XLIX), relata-nos Fernão Lopes, a vinda dos Franceses para Portugal a fim de auxiliar D Fernando na luta contra os castelhanos os quais traziam bacinetes que chamavam barbudas e que, devido a esse facto, nós passámos a chamar às barbudas, bacinetes. Este pormenor é extremamente curioso e por isso merece a pena transcrever este pedaço de texto.

“Quando elRei Dom Fernão começou guerra com elRei Dom Henrique, como ouvistes, venheram a Castella com ele muita gemte de Framceses a que chamavom compana bramca; e viinham armados a esta guisa: trágiam baçinetes com estofas, e camal de malha com cara posta e chamavom lhe barvudas...” “... e nos chamamos agora aas barvudas bacinetes de camall...” (cap.-mail). Idem, cap. XLIX.

A barbuda aparece, ao que se supõe pela primeira vez, no nosso país no reinado de D Fernando. Apesar da polémica que se tem gerado à volta deste modelo de capacete parecem não restar dúvidas de que na realidade é uma variante de bacinete caracterizada basicamenre por ter um guarda-nuca mais comprido e uma face mais proeminente.

A crónica de Giovani Matteo e Filippo Villani, no cap. LXXXI ao descrever os “feitos e desfeitos da Companhia Branca de John Hawkood (1364) reza-nos o seguinte: ...”Desde que os Ingleses se viram capitaneados, como homens amantes de presa e desejosos de peleja, no dia 2 de Fevereiro, em numero de mil lanças, as quais faziam três por “lança” de gente a cavalo e eles foram os primeiros que trouxeram para Itália o conduzir a cavalaria sob o nome de “lanças” que antes se conduzia sob o nome de “Barbutas” ou “Banduras”.

Deste registo fica-nos uma informação preciosa: as barbudas não eram mais do que um tipo de bacinete específico adoptado e utilizado pelos homens das barbutas. E daí o seu nome.

Em tudo o mais é absolutamente idêntico. e as diferenças não justificam que tenha uma caracterização própria, a não ser para identificar uma moda que se gerou em alguns países. nomeadamerrte em Itáia, de onde se disseminou pela Europa.

Estes bacinetes eram, bem como a sua camalha, forrados com um tecido acolchoado ou com cabedal. A esse forro dá-se o nome de estofa, que só era aplicada nos capacetes das pessoas com mais posses, visto serem caras. Fernão Lopes alude

a este facto da seguinte maneira: “... e os que eram bem armados haviam de ter barvuda com seu camalho e estofa...”(Idem, cap. XLVIII).

Geralmente, só o forro interior do bacinete era feito em cabedal e composto por tiras em forma de gomos unidas no topo. A malha de ferro é que geralmente assentava sobre uma matéria acolchoada.

Os documentos portugueses coevos pouco se referem às barbudas, porquanto no nosso país se confundia o bacinete com a barbuda. seja como for o bacinete foi durante toda a segunda metade do séc. XIV em portugal a defesa para a cabeça mais divulgada.

Face ao incremento que tiveram as armas ofensivas nesse periodo, a protecção total da cabeça era fundamental para a sobrevivência do cavaleiro. Simplesmente os calores a que os combatentes estavam sujeitos davam origem a que frequentemente retirassem a “cara”.

Na batalha de Atoleiros (1384), D. Nuno Álvares Pereira combateu com um bacinete sem cara, e Rui Pereira foi morto porque “alçou a cara do bacinete que não podia bem sofrer (devida ao calor) e ouue huua à virotada pela testa de que em pouco espaço lançou aquell fidalgo os spiritu”, Fernão Lopes (Crónica de D.João I, cap. XLXV)

A mesma sorte teve João Afonso, filho de “Affomsso Esteveez da Azãbuja “, que morreu “de huua viratom pello rosto “ por não levar a cara do bacinete (idem cap. XLX)

Aliás, os fidalgos portugueses deviam ser um pouco avessos ao uso da cara. Na descrição das armas que os fidalgos portugueses usaram na batalha de Aljubarrota, Fernão Lopes (Crónica de D. João I) alude aos bacinetes envergados pelos nossos combatentes (bacinetes de camalha) “ delles com caras e delles sem ellas”. O próprio D. Nuno Ávares Pereira antes das batalha de Atoleiro “ (...)beijou a terra e alçousse em pee, e pos seu bacinete sem cara”, (idem cap. XLIX).

Se tivermos em conta que os Castelhanos possuíam magníficas armas ofensivas, principalmente bestas de excelente qualidade e enorme poder, e se admitirmos que os portugueses sabiam, como certamente deviam saber, de todo esse poder, teremos de concluir que mesmo com calor era arrojado não protegerem o rosto.

No que respeita à forma da cara nada nos é referido acerca disso. É de supor no entanto, que predominassem as caras de feitio aboalado, embora não seja de excluir o uso das viseiras com a forma de bico de pássaro.

Pelo que toca à maneira como a cara estava articulada ao bacinete julga-se que os portugueses tanto usassem a articulação lateral como a frontal.

BACINETE // 37

DESIGNAÇÃO:

Bacinete de Baveira

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução

NRº. DE INVENTÁRIO:

37

DIMENSÕES:

Altura: 36cm

Largura: 26cm

As primeiras protecções para a face no século XIV denominada cara começaram a ser acrescentadas ao bacinete cerca de 1340. Tinham contudo, o grave inconveniente de poderem causar graves danos ao pescoço de combatente, mercê de uma pancada forte na sua extremidade.

Para evitar este inconveniente os Franceses começaram a adicionar à base do bacinete uma peça – a baveira – que suportava e apoiava a cara dando a necessária resistência a golpes violentos.

Ao contrário dos franceses, os italianos optaram por avançar as faces do bacinete, que passaram a servir de apoio para a cara a golpes violentos.

O presente exemplar é um bacinete de baveira, muito provavelmente idêntico aos utilizados na batalha de Aljubarrota.



BACINETE // 38

DESIGNAÇÃO:

Bacinete de Archeiro

CRONOLOGIA:

Século XIV (Inglaterra)

PROVENIÊNCIA:

Reprodução

NRº. DE INVENTÁRIO:

38

DIMENSÕES:

Altura: 18cm

Largura: 22cm

A partir da segunda metade do século XIII durante o reinado de Ricardo I de Inglaterra o arco comprido, ou “long Bow” tornou-se na arma oficial inglesa. Eram armas extremamente potentes que exigiam uma destreza imensa para o seu manejo.

As protecções para a cabeça mais divulgadas naquela época, impediam que a corda do arco assentasse na face, impossibilitando assim uma boa pontaria. Foi essa a razão por que os archeiros ingleses optassem por uma protecção específica para a cabeça que não interferisse com a visão. Era um pequeno casco ou bacinete que cobria somente a calote craniana deixando as faces livres.



BACINETE // 39

DESIGNAÇÃO:

Bacinete de Camalha do tipo Klap Visier

CRONOLOGIA:

Século XIV (Alemanha)

PROVENIÊNCIA:

Reprodução

NRº. DE INVENTÁRIO:

39

DIMENSÕES:

Altura: 24cm

Largura: 22cm

“As armas defensavees de todas erão bacinetes de camal, deles com caras e deles sem ellas” (Crónica de D. João I, Fernão Lopes, Vol. II Cap. XXX).

Ao tempo de Aljubarrota, os combatentes portugueses utilizaram três tipos de bacinetes: bacinetes de camalha, os mais aludidos poer Fernão Lopes ao longo de toda a sua crónica de D. João I, bacinetes de baveira e barbudas.

Estes três tipos de bacinetes, apesar de terem algumas características comuns eram diferentes e variavam de região para região.

O presente exemplar é tipicamente alemão dos anos 50 do século XIV, ou seja, contemporâneo da batalha de Poitier e é conhecido pelo nome de “*Klappvisier*” (a denominação é recente). Distingue-se dos seus congêneres Italianos e Franceses pelo facto da casa ser articulado em cima, enquanto os outros tinham a articulação lateral.

Apesar deste modelo ser anterior a Aljubarrota, estamos de crer que lá estiveram presentes com os combatentes mais idosos.



BACINETE // 41

DESIGNAÇÃO:

Bacinete Bico de Pássaro

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução

NRº. DE INVENTÁRIO:

41

DIMENSÕES:

Comprimento total: 50cm

Largura: 19,5cm

Este tipo de bacinete, proveniente do Norte da Itália era conhecido em Portugal pelo nome de “bacinete bico de pássaro”. Os Ingleses davam-lhe o nome de Huns skull, corruptela da palavra alemã “hunsgugel” (cabeça de cão) alcunha derivada ao formato da cara.

Afamaram-se dois modelos de bacinete; os feitos na Alemanha cuja cara era articulada à calote por um único pino e os Italianos, bastante mais aceites na Europa Ocidental, nomeadamente pelos Franceses e pelos Ingleses que tinham na calote dois pinos laterais sobre os quais se articulava a cara.

É de presumir que em Portugal tivessem sido utilizados os dois modelos já que detínhamos fortes relações comerciais quer com a Alemanha, quer com a Itália. Assim sendo estamos de crer que, em Aljubarrota se tivessem cruzado estes dois tipos de bacinetes.

Ao descrever o cerco da praça de Chaves, relata-nos Fernão Lopes:

...”E João Gil Sapo... deçeo do cavalo em que hia armado e pos o bacinete na cabeça e cõ hua facha nas mãos avantajado amtre os outros, amte que [se] os da villa colherem da ponte, matou aly por sua mão três.... (Crónica de D. João I, Fernão Lopes, vol. II cap.LXII).



BACINETE // 42

DESIGNAÇÃO:

Bacinete Bico de Pássaro

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução

NRº. DE INVENTÁRIO:

42

DIMENSÕES:

Comprimento total: 50cm

Largura: 19,5cm

Este tipo de bacinete, proveniente do Norte da Itália era conhecido em Portugal pelo nome de “bacinete bico de pássaro”. Os Ingleses davam-lhe o nome de Hunsull, corruptela da palavra alemã “hunsugel” (cabeça de cão) alcunha derivada ao formato da cara.

Afamaram-se dois modelos de bacinete; os feitos na Alemanha cuja cara era articulada à calote por um único pino e os Italianos, bastante mais aceites na Europa Ocidental, nomeadamente pelos Franceses e pelos Ingleses que tinham na calote dois pinos laterais sobre os quais se articulava a cara.

É de presumir que em Portugal tivessem sido utilizados os dois modelos já que detínhamos fortes relações comerciais quer com a Alemanha, quer com a Itália. Assim sendo estamos de crer que, em Aljubarrota se tivessem cruzado estes dois tipos de bacinetes.

Ao descrever o cerco da praça de Chaves, relata-nos Fernão Lopes:

...”E João Gil Sapo... deçeo do cavalo em que hia armado e pos o bacinete na cabeça e cõ hua facha nas mãos avantajado amtre os outros, amte que [se] os da villa colherem da ponte, matou aly por sua mão três.... (Crónica de D. João I, Fernão Lopes, vol. II cap.LXII).





A “CARA”

SÍNTESE HISTÓRICA

Os poucos exemplares que existem nas colecções particulares portuguesas, possuem ambos sinais de terem sido caras com articulações laterais. Fernão Lopes, ao referir a morte de Rui Pereira, diz-nos que ele alçou a cara do bacinete devido ao calor e que por esse motivo apanhou uma virotada na face. Ora, se ele alçou a cara, era porque esta se articulava superiormente ou estava fixa lateralmente, mas não se abria para os lados.

Temos assim, em Portugal, o uso de dois tipos distintos de caras (planas e salientes) e das suas articulações laterais ou frontal. Dentro destes modelos de caras, houve muitas variedades. No entanto, estas foram as básicas e as que marcaram a evolução das restantes.

Quanto aos bacinetes em uso durante a segunda metade do séc. XIV, no nosso país, teremos de os classificar em bacinetes simples e de camalha de baveira, e barbuda.

O bacinete simples era, como o próprio nome diz, um modelo de capacete prolongado à retaguarda para protecção da nuca e que era usado simplesmente sobre a cabeça ou sobre uma coifa.

Já o mesmo não acontecia com o bacinete de camal, o qual possuía nas extremidades uma porção de cota de malha destinada a cobrir e proteger o queixo, os ombros, as costas e o peito.

Finalmente, temos o bacinete de baveira também já descrito anteriormente, caracterizado por ter uma peça metálica destinada a proteger o queixo e a boca. Estes três modelos foram os que mais contribuíram para escreverem as páginas gloriosas da nossa história. A acrescentar a estes modelos, temos a barbuda, em tudo idêntica ao bacinete de camalha, mas com a protecção para a nuca mais comprida e cobrindo a totalidade da barba.

CARA // 43

DESIGNAÇÃO:

Cara de Bacinete

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução

NRº. DE INVENTÁRIO:

43

DIMENSÕES:

Comprimento total: 30cm

Largura: 11cm



MANOPOLA // 40

DESIGNAÇÃO:

Manopola

CRONOLOGIA:

Inícios do Século XV

PROVENIÊNCIA:

Original

NRº. DE INVENTÁRIO:

40

DIMENSÕES:

Comprimento total: 12cm

Largura máxima: 11,5cm

Até meados do século XIV a protecção para as mãos era muito limitada. Resumia-se a uma luva feita de malha de ferro com algumas protecções em metal, cabedal ou osso de baleia e pouco mais.

Na altura da batalha de Crecy (1346) começaram a tomar forma as primeiras manopolas em aço, com o feitio das costas da mão, mas desprovidas de dedos. As primeiras manopolas completas, ou seja com dedos articulados aparecem em meados do século XIV.

Durante a crise de 1383-1385 as manopolas existentes podiam ou não ter dedos articulados. Tudo dependia do gosto e das posses do seu proprietário.

Geralmente só se utilizavam manopolas no braço direito. O braço esquerdo por ter de empunhar a correia de cabedal do escudo (a enarme) estava desprovido de manopola presente exemplar é um original dos inícios do século XV.



CHANFRO // 44 // 44A

DESIGNAÇÃO:

Chanfro (Cavalo)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

44 - Original

Recuperado no Castelo
de Porto de Mós

44A - Original de
Coleção Particular

NRº. DE INVENTÁRIO:

44 / 44A

DIMENSÕES:

Comprimento total: 68cm

Largura: 44 - 27cm

Até à segunda metade do século XIII os cavalos estavam quase totalmente despidos de protecções.

A primeira referência que em Portugal há memória de protecções para cavalos localiza-se no reinado de D. Dinis. Essas primeiras protecções genericamente conhecidas por “gualdrapos” e que em Portugal tinham o nome de coberturas tinham uma peça metálica cozida no interior da cabeçada que, pelo facto de se destinarem a proteger o chanfro do cavalo, passou a ser conhecida por chanfro. Só mais tarde o chanfro se individualizou da restante cobertura.

O presente exemplar data da primeira metade do século XIV e foi recuperada do castelo de Porto de Mós.



FERRADURA // 45

DESIGNAÇÃO:

Ferradura (Fragmento)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Original do campo de S. Jorge de Aljubarrota

NRº. DE INVENTÁRIO:

45

DIMENSÕES:

Comprimento total: 6,5cm

Largura: 7cm

Fragmento de uma ferradura de jumento recuperada das covas de lobo do campo de S. Jorge em Aljubarrota. Pertenceu ao Coronel Afonso do Paço.



MEDALHÃO // 46

DESIGNAÇÃO:

Medalhão

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Original do campo de S. Jorge de Aljubarrota

NRº. DE INVENTÁRIO:

46

DIMENSÕES:

Comprimento total: 5,5cm

Largura: 4,5cm

Fragmento de um medalhão recuperado nos campos de batalha de Aljubarrota. Pertenceu ao Coronel Afonso do Paço.

A parte central, feita em osso é uma reconstituição conjectural de como teria sido o medalhão na sua época.



PENDENTE // 46A

DESIGNAÇÃO:

Pendente de Relicário

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Original dos campos de batalha de Aljubarrota

NRº. DE INVENTÁRIO:

46A

DIMENSÕES:

Comprimento total: 4cm

Largura: 2,5cm

Pendente relicário recuperado dos campos de batalha da Aljubarrota. Pertenceu ao Coronel Afonso do Paço.



FIVELAS // 47

DESIGNAÇÃO:

Fivelas de arreios de cavalos

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Original do campo de S. Jorge, Aljubarrota

NRº. DE INVENTÁRIO:

47

DIMENSÕES:

A.

Comprimento: 8cm

Largura: 5cm

B.

Comprimento: 6cm

Largura: 3cm

Fivelas de arreios de cavalos, recuperadas no campo de S. Jorge em Aljubarrota. Pertenceram ao Coronel Afonso do Paço.





A MOEDA

REAL // 51

DESIGNAÇÃO:

Real Branco (Bolhão)

CRONOLOGIA:

Reinado D. João I
(1385/1433)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

51

FICHA TÉCNICA:

Real branco de 35 libras

Casa da moeda de Lisboa

Amoedações de 1415 a 1433

Diâmetro: 27mm

Peso: 2,77g

Lisboa, col. Carlos Marques
Costa

Grau de raridade: comum

Anv. - + ADIVTORVM * NOSTRUM * QVI // FECIT * CELVM * ETER (O nosso auxilio vem do Senhor que fez o céu e a terra) em duas coroas de círculo concêntricos, entre cercaduras pontuadas. Ao centro, o monograma real Y coroado, tendo à esquerda a marca monetária L.

Rev. - + IHNS x DEI x GRA x REX x POR x ET x AL (João pela graça de Deus Rei de Portugal e Algarve) entre cercaduras pontuadas. Ao centro, as quinas em cruz dentro de epicicloide duplo tetralobado de recorte gótico, cantonado de trifólios.

Os primeiros reais de prata portugueses apareceram no reinado de D. Fernando I (1367-1383), cerca de 1367-69, por influência da cunhagem leonesa-castelhana do mesmo nome. Como características tipológicas ostentam no anverso a legenda disposta numa dupla coroa circular envolvendo a sigla ou a inicial coroada do nome do rei e, no reverso, as quinas nacionais dentro de arcos lobados.

Durante a regedoria do mestre de Avis (1383-1385) foram amoedados reais de prata com o valor nominal de 10 soldos, ou ½ libra. Até à reforma de D. Duarte, o sistema de contagem de moeda fazia-se por libras de 20 soldos (ambas moedas de conta), sendo estes de 12 dinheiros cada (moeda efectiva que deixou de ser cunhada neste interregno).

Depois da sua eleição como rei de Portugal em 1385, D. João I viu-se a braços com a defesa do reino, tendo sido obrigado a recorrer à “quebra da moeda” como forma de financiamento. Numa primeira fase, entre Janeiro de 1386 e Dezembro de 1397, o real de 10 soldos conservou o seu valor nominal, mas a liga de prata foi sendo sucessivamente reduzida nas moedas cunhadas em Lisboa e Porto e em Évora: 750 milésimas em 1383, 416,6 milésimas em 1386 e, ainda nesse ano, 166 milésimas.

Esgotado este primeiro recurso iniciou-se em 1398 o lavramento de novos reais com um valor sete vezes superior aos anteriores – os reais de 3 ½ libras –

inicialmente de liga de 250milésimas de prata, logo depois enfraquecida para 83,3 milésimas, o mínimo possível. Por último, a preparação da grande expedição a Ceuta em 1415 obrigou a nova desvalorização, tendo sido criadas duas novas moedas: o real preto, de cobre, com o valor de 3 ½ e o real branco, de bolhão de 250 milésimas (posteriormente reduzida até 83,3 milésimas), com o valor de 35 libras.

O lavramento da prata só regressaria cerca de 1422 quando foi lançado um novo real com o valor de 10 reais brancos, ou seja, 350 libras. Por comparação desta última moeda com primeiro real de prata joanino, ficamos com uma ideia da imensa desvalorização monetária que o povo português sofreu durante o reinado de D. João I: entre 1383 e 1422, a libra depreciou-se 700 vezes ou seja 70.000 por cento.

Apesar do dano e do sofrimento causados pela desvalorização do dinheiro, o cronista Fernão Lopes diz-nos que o povo nunca rejeitou a moeda fraca do rei, *“pois que, por tais mudanças e lavramento de moedas, com a ajuda do mui alto Deus, o reino de Portugal foi por ele defeso e posto em paz com os seus inimigos”* Crónica de El-Rei D. João I de Boa memória, cap. XLIX.



LEAL // 52

DESIGNAÇÃO:

Leal de Prata

CRONOLOGIA:

Reinado de D. Duarte
(1433-1438)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

52

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa
Amoedações de 1435-1438

Prata: 916,6 %

Diâmetro: 26mm

Peso: 2,71g

Lisboa, col. Carlos Marques
do Costa

Grau de raridade:

extremamente rara (2 a 5
exemplares conhecidos)

Anv. - * DOMINE, EDUARDUS. REX: PO: (D. Duarte rei de Portugal entre cercaduras peroladas. Ao centro, o monograma. E coroado dentro de Epicicloide duplo octolobado, cantonado de aneletes, tendo à direita a Marca monetária” L”

Rev. - * CRISTES. SALANOS. CRUS (Cristo salva-nos da cruz) entre cercaduras peroladas. Ao centro, o escudo real coroado, com quatro Castelos na bordadura.

Como consequência da profunda depreciação da moeda verificada durante o reinado anterior, D. Duarte publica entre 1435 e 1436 um conjunto de importantes diplomas que operam uma completa reforma monetária. O antigo sistema de contagem, por libras, soldos e dinheiros, introduzido no reinado de D. Afonso III 1248-1279, é substituído por um novo sistema cuja unidade de conta é o real branco, representado por uma moeda efectiva de bolhão equivalente a 35 libras do sistema anterior. Com base nesta nova unidade são então criadas moedas de ouro (dobros ou escudos, de 120 reais e meios escudos, de 60 reais), de prato (reais de 10 reais brancos) e de cobre (reais pretos, de 1/10 de real branco e meios reais pretos), fixando-se a paridade entre a moeda antiga e a moderna, no cálculo de dívida, rendas, contratos ou outros pagamentos devidos.

Das moedas de ouro deste rei não são conhecidos, actualmente, quaisquer exemplares; das moedas de prata, lavrados no Porto e em Lisboa, o título da liga foi aumentada para 916,6 milésimos, sendo por isso denominado leais, porque melhores e mais leais que os anteriores reais de prata do reinado de seu pai. É de salientar, nestas belas moedas, a inovação tipológica representada pela figuração completa das armas reais coroadas escudo das quinas assente sobre a cruz da Ordem de Avis, com bordadura de castelos (quatro nos exemplares de Lisboa, oito no único conhecido do Porto).

O lavramento dos leais continuou no reinado de D. Afonso V, até 1457, sendo substituídos pelos reais grossos, O seu valor nominal subiu para 12 reais brancos em 1441 e para 30 reais em 1479.



ESCUDO // 53

DESIGNAÇÃO:

Escudo de Ouro

CRONOLOGIA:

D. Afonso V (1438-1481)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

53

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedações de 1438 a 1457

Ouro: 750%

Peso 4,47g

Lisboa, col. Carlos Marques

da Costa

Grau de raridade:

extremamente rara.

Anv. - + DOMINUS . ALFUNSQ . REX . PORTUGALIE (Dom Afonso quinto rei de Portugal) entre cercaduras lisas. Ao centro, limitado por cercadura lisa, a sigla real ALFQ (Afonso Quinto) coroada, tendo por baixo a marca monetária L, dentro de epiciclóide duplo octolobado, cantonado de aneletes.

Rev. - + ADIUTOR . ET . PROTEITOR . DEO . MEUS. * (Deus é o meu protector e favorecedor) entre cercaduras lisas. Ao centro, limitado por cercadura lisa, o escudo real coroado com seis castelos na bordadura, em campo liso.

A cunhagem de moedas de ouro na reinado de D. Duarte encontra-se bem evidenciada em fontes documentais coevas, designadamente, nas crónicas de D. Duarte e D. Afonso V, por Rui de Pina (1440-1522). Um exemplar do escudo existia em 1738 na colecção numismática dos herdeiros do Marquês de Abrantes, D. Rodrigo Ennes de Só e a sua gravura vem reproduzida na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (1ª edição, tomo IV, estampa D, n.º 24). Um outro exemplar pertenceu à antiga colecção da Biblioteca Nacional de Lisboa, donde foi roubado em 1836, nunca mais voltando a aparecer.

Com o peso de 4,51 g de ouro, os primeiros escudos teriam sido lavradas em liga baixa de 750 milésimas (ou 18 quilates), com a intenção de se evitar a sua exportação.

As amoedações continuaram no reinado de D. Afonso V, nas casas da moeda de Lisboa e do Porto, até à reforma de 1457. De salientar a clara referência, embora abreviada, à ordem numérica do monarca, ALFQ ou *Afonso Quinto*, o que acontece pela primeira vez na numária nacional.

Mal aceites no comércio internacional, por serem moedas de baixa lei de ouro, os escudos foram recolhidos e fundidos no reinado de D. Manuel I. O seu insucesso na circulação quatrocentista traduz-se hoje na excepcional raridade dos exemplares que sobreviveram ao cadinho. Da casa da moeda do

Porto - marca monetária P - são conhecidos apenas 2 moedas, uma das quais faz parte da colecção numismática da Câmara Municipal do Porto; das cunhadas em Lisboa, não se conhece nenhum exemplar. Não serão mais de 4 os exemplares em colecções nacionais e estrangeiras.

Tipologicamente, são moedas de recorte ainda gótico e, por isso mesmo, de rara beleza. Ao contrário dos primeiros escudos de ouro franceses - donde lhes vem o nome - a cercadura octilobada do reverso não se repete no anverso, deixando o escudo real coroado solto em campo liso, numa composição pouco usual para a época.



CEITIL // 54

DESIGNAÇÃO:

Ceítíl (Cobre)

CRONOLOGIA:

D. Afonso V (1438-1481)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

54

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedações desde XXX

Cobre: 22,8mm;

Lisboa, col. Carlos Marques

do Costa

Anv, - + REGIS : l' O~ II) CAIII : I I : ALG (Rei de Polí" fjoI e Algarve) entre cercaduras li.<!:., A() contro, a cruz da Ordem de Avis carregado do escudo de quinas de castelos.

Ver--+ ALFONSUS 1 1: GRÁCIE: R Afonso pela graça de Deus rei, entre cercaduras lisas. Ao centro um castelo com torres muralhadas banhado pelo mar.

A primeira moeda portuguesa totalmente de cobre apareceu em 1415 e recebeu o nome de real preto, por oposição ao real branco criado na mesma altura. Com um peso aproximado de 2 gramas e um valor nominal de 3,5 libras (ou 1/10 de real branco), o seu lavramento prosseguiu no reinado de D. Duarte, mantendo a tipologia característica dos reais: inicial do rei coroada, no anverso e as quinas nacionais soltas em cruz, no reverso.

Com D. Afonso V e em data que se desconhece, presumivelmente cerca de 1457, os reais pretos passam a ostentar uma nova gravura numismática: no anverso, um castelo de três torres muralhadas, banhado pelo mar; e o escudo das quinas assente na cruz da Ordem de Aviz, no reverso.

Parece que os primeiros lavramentos desta moeda tiveram lugar na cidade de Ceuta, cujas armas heráldicas são representadas na gravura do anverso - e daí o seu nome, ceítíl - conhecendo-se exemplares que ostentam as marcas monetárias das casas da moeda de Ceuta e do Porto (os exemplos sem marcas são atribuídos a Lisboa), O nome ceítíl já existia antes da conquista portuguesa de Ceuta, sendo assim denominadas as moedas de cobre muçulmanas dessa cidade. Com o valor inicial de 1/5 de real branco, mais tarde alterado para 1/6 de real com D. Manuel I, a emissão dos ceitis prolongou-se até 1568, no reinado de D. Sebastião, OP (S) muito enfraquecidos no peso, constituindo a espécie circulante mais abundante em Portugal. Em 1499, ao regulamentar-se a equivalência das moedas antigas do reino, atribuiu-se ao pequeno dinheiro de bolhão da primeira dinastia o valor de um ceítíl.



VINTÉM // 58

DESIGNAÇÃO:

Vintém

CRONOLOGIA:

1695-1699

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

58

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedações desde 1489

Prata: 916,6%

Diâmetro: 19mm

Peso: 1,90g

Porto, col. União de Bancos

Portugueses

Grau de raridade: escasso

Anv. - + CI : ET. VL : DOMINVS : GVINE Aquém e além mar Senhor da Guiné entre cercaduras lisas. Ao centro, o monograma real Y coroado, ladeado pela marca monetária L e por anelete.

Durante o reinado de D. Afonso V, a escassez de prata foi sempre apontada como uma das principais causas para o constante aumento do valor nominal das moedas. Em 1472, a ordenança de 16 de Setembro sobre o valor da prata e sobre a nova moeda de meios grossos, refere a falta de moeda miúda em circulação e a saída do reino da moeda bronco, indicando também os ourives como outra causa dessa escassez, pois que pagavam pelo metal mais que o seu valor como moeda, derretendo-a para os seus labores. Já então se praticava correntemente a compra de ouro «da terra dos Mouros», com moedas de prata portuguesas, um comércio de metais preciosos cuja importância irá acentuar-se com o desenvolvimento dos tratos marroquinos e africanos.

Em Dezembro de 1489, D. João II decretou a reforma de sistema monetário, visado sobretudo a estabilização das amoedações de prata.

As moedas de bolhão são retiradas da circulação e criam-se novas espécies tendo como base um real de prata com o valor de 20 reais brancos, doravante designado por vintém; como submúltiplos aparecem o meio vintém e os cinco reais (ou cinquinho, dado a sua reduzida dimensão lavrados em boa liga de prata de 11 dinheiros (916,6 milésimas, título que vigorará até ao final do século XIX, as novas moedas integram um sistema que conhecerá grande estabilidade, só possível pelo regular abastecimento de prata à Casa da Moeda, por via de avultados compras nos mercados da Europa do Norte, contra pagamentos em moeda de ouro.

O vintém joanino apresenta gravuras que continuam a tradição dos reais dos reinados anteriores; como símbolos identificadores de cada espécie, foram escolhidas as quinas no cinquinho com os escudetes laterais virados paro baixo, como determinou a reforma das armas nacionais de 1485 - a cruz de Ordem de Avis na meio vintém e as armas reais coroadas no vintém.



ESPADIM // 59

DESIGNAÇÃO:

Espadim de Ouro

CRONOLOGIA:

D. João II (1481-1495)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

59

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedações posteriores

a 1489

Ouro: 916,6%

Diâmetro: 22,4mm

Peso: 3,02g

Porto, col. União de Bancos

Portugueses

Grau de raridade: muito rara

Anv. - + IOHANES. I : I : R : P : AIG : DN::JS : GVINE (João 11 rei de Portugal e Algarves Senhor da Guiné entre cercaduras perolada e lisa. Ao centro, as armas reais coroadas, ladeados de aneletes.

Rev. - + IOHANES : I : I : REX . P . AIG : DN::JS GVI. (João 11 rei de Portugal e Algarves Senhor do Guiné.

Em data posterior a 1489 são cunhadas duas novas moeda de ouro, o justo e o meio justo ou espadim, com características e tipologia bem distintas dos populares cruzados.

O nome espadim deriva da pequena espada representada no reverso desta moeda, cuja gravura retoma o tipo original dos espadins de bolhão de D. Afonso V, criados cerca de 1458-60: uma mão segurando uma pequena espada pela lâmina.

Segundo alguns autores, a criação do primeiro espadim estaria associado à instituição por D. Afonso V de uma ordem militar dita da «Espada», por ocasião dos preparativos para a conquista da cidade marroquina de Fez.

A arma representada nestas moedas é uma espada de guarda cruciforme recta, de pomo circular com protuberâncias, fixando ao eixo do punho por rebite saliente.

No desconhecimento documental das razões que terão levado D. João II a mandar repetir essa gravura nos seus meios justos de ouro, pode-se considerar que o terá feito em memória das esforçadas campanhas africanas de seu pai. Foram cunhadas em Lisboa e no Porto em ouro de 22 quilates (916,6 milésimas e na valia de 300 reais, ostentando nas suas legendas o novo título real de Senhor da Guiné.



JUSTO // 60

DESIGNAÇÃO:

Justo Ouro

CRONOLOGIA:

Reinado de D. João II
(1481-1495)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

60

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedações desde 1489

Ouro: 916,6%

Diâmetro: 31mm

Peso: 5,90g

Porto, col. União de Bancos

Portugueses

Grau de raridade: raríssima

Anv. - + 10HANES : I.I.R.PORTVGALIE : ET : A: D: GUINE (João /I rei de Portugal e Algarves Senhor da Guiné entre cercaduras granuladas. Ao centro, as armas nacionais coroadas, em campo ornamentado.

Rev. - + IVS TVS : VT : PALMA: FLOREBIT : I O Justo florescerá com a palmar entre cercaduras granulada e lisa. Ao centro, o rei de frente sentado num cadeiral de espaldar gótico que interrompe a legenda em cima, coroadado, com manto e revestido de armadura completo, empunhando urna espada na mão direita, ao alto.

D. João II reforma as armas nacionais em 1485, retirando a cruz da Ordem de Avis, endireitando os dois escudetes laterais das quinas e fixando em sete o número de castelos na bordadura do escudo. Nas moedas desde então cunhadas, a legenda refere o título de «Senhor da Guiné», introduzido neste reinado pela grande valia e prestígio que aquela conquista representava para Portugal.

Sobre as razões que terão assistido ao rei para tomar aquele novo título, diz-nos João de Barros que D. João II intitulou-se Senhor e não Rei da Guiné, porque «sobre os povos da terra não tinha jurisdição, e porém teve Senhorio dela» (Ásia, década I, livro VI, capo I).

Foram também razões de prestígio internacional, aproveitando o regular fornecimento de ouro vindo dos rios da Guiné, que levaram à criação de uma moeda desse metal, denominada justo no lei de 25 de Dezembro de 1489 e particularmente destinada ao comércio com o Norte da Europa e com a Itália renascentista, onde Portugal se abastecia dos mais variados artefactos, metais, armas e tecidos.

Nesta moeda D. João II é representado coroadado, armado e sentado no seu «trono de justiça» cadeirão gótico encimado por flores-de-lis, orlado pela legendo «O Justo florescerá como a palma». Esta bela moeda recorda-nos, assim, alguns dramáticos episódios do reinado do Príncipe Perfeito, a sua luta contra os poderes senhoriais da nobreza, que incluíam a própria administração da justiça criminal: doravante, a justiça será uma prerrogativa exclusivamente real e nada melhor que uma grande moeda de ouro para dar testemunho universal da riqueza e nobreza do soberano português.

Nos exemplares mais bem conservados é possível ver que o rei está vestido de armadura completa, tendo o peitoral coberto por tecido de veludo com recortes em bico e os ombros e parte do peito cobertos com uma capa. A espada que empunha na mão direita, ao alto, é do mesmo modelo dos espadins.

Apesar da lei de 1489 referir o seu valor como sendo de dois cruzados ou 760 reais, de ouro do mesmo toque e finura, o justo acabaria por ser lavrado no toque de 22 quilates 1916,6 milésimos) e com o valor de 600 reais, sendo conhecidos exemplares cunhados em Lisboa e no Porto.



PORTUGUÊS // 61

DESIGNAÇÃO:

Português Ouro

CRONOLOGIA:

Reinado D. Manuel
(1495-1521)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

61

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedações desde 1499

Ouro: 989,6%

Diâmetro: 34,80mm

Peso: 35,10g

Porto, col. União de Bancos

Portugueses

Grau de raridade: muito rara

(11 a 20 exemplares

conhecidos)

Anv. - + . I . EMANVEL : R : PORTVGALIE : AL : C : VL . IN . A : O : G : // C : N : C : ETHIOPIE :
ARBIE : PERSIE : INOIE : I Manuel I rei de Portugal e Algarves daquém e além-mar em
África, Senhor da Guiné, da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia,
Pérsia e Índia em duas coroas circulares limitadas por cercadura perolada. Ao cen-
tro, dentro de cercadura lisa, o escudo real coroadado, ladeado por aneletes.

Rev. - IN: HOC : SIGNO: VINCES : I Com este sinal vencerás entre cercaduras lisas. Ao
centro, a cruz da Ordem de Cristo em campo liso, encimada por três pontos.

As moedas cunhadas em nome do Rei Venturoso continuam os tipos monetários
do reinado anterior, apenas com a alteração do nome do soberano, até à des-
coberta do caminho marítimo para a Índia (1497 - 1499). Após o regresso de Vasco
da Gama, o rei português acrescentou aos seus títulos os de Senhor do Navegação,
Conquista e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, tomando para si e para
a coroa portuguesa, o senhorio e o domínio das novas descobertas, como lhe tinha
sido concedido pelas doações pontifícias.

Terá nascido então, nesse ano de 1499 - segundo Damião de Góis - uma
extraordinária moeda de ouro não valia de dez cruzados (4000 reais; 35,48 g)
e que recebeu o sugestivo nome de português, para que por elo se guardasse a
memória internacional das navegações e das conquistas dos portugueses.

No reverso aparece pela primeira vez em moeda a cruz da Ordem de Cristo, como
insígnia que também é do próprio rei, desde 1483 grão-mestre do Ordem; e, na
orla, a legenda evocativa da grande empresa da expansão portuguesa: Com Este
Sinal Vencerás (em latim).

No anverso, as armas nacionais aparecem circundadas por uma extensa legenda
titular, ostensivamente desenvolvida e completa, que mais não é que um porten-
toso documento de afirmação internacional da soberania de Portugal sobre as
novas descobertas e de garantia da qualidade da nova moeda, do finura do metal
quase puro e do seu peso.

E o prestígio do português de ouro foi de tal modo grande, quer nos mercados
orientais - era a principal moeda com que se pagava o carga da pimenta - quer no
Europa do Norte, que o seu tipo e característicos foram copiados desde o século XVI
até meados do século XVII, por várias cidades e principados do Alemanha (Ham-
burgo, Magdeburgo, Luneburgo, Bremen, lubeque, Dresden, Schleswing- Holsteini.
no Dinamarca, na Holanda e no Polónia.

Desta nova geração de grandes moedas de
ouro europeias, ostentando portuguesa cruz
de Cristo e uma legenda que dizia terem sido
cunhadas «conforme o justo peso e liga da
moeda de Portugal», nasceu uma designação
monetária internacional, «portuçoloser s» ou
portugalóides, sinónimo de grandes moedas
ou medalhas de ouro, peças de prestígio ofe-
recidas em ocasiões solenes, uma tradição
que sobreviveu até aos nossos dias e ainda se
pratica na cidade de Hamburgo.



TOSTÃO // 62

DESIGNAÇÃO:

Tostão (Prata)

CRONOLOGIA:

Reinado D. Manuel I
(1495-1521)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

62

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedações desde 1509-1509

Ouro: 916,6%

Diâmetro: 29,5mm

Peso: 9,43g

Porto, col. União de Bancos

Portugueses

Grau de raridade: escasso

Anv. - + : EMANVEL : R : P : ET : A : D : GVINE (Manuel I rei de Portugal e Algarves Senhor do Guiné) entre cercaduras perolada e lisa. Ao centro, o escudo real coroadado, ladeado pelas letras V e I

Rev. - • IN • HOC • SIGNO • VINCEES (Com este sinal vencerás) entre cercaduras perolada e lisas. Ao centro, a cruz do Ordem de Cristo encimado por três pontos e cantonada de estrelas.

No mesmo ano em que, segundo Damião de Góis, foram lavrados os primeiros portugueses de ouro de D. Manuel I, terá sido também criada uma nova moeda de prata apelidada de índio, destinada a concorrer nos mercados orientais com o mareel/o veneziano (dia. 26 mm, peso 3,3 g), mas cuja amoedação não terá tido continuidade.

Em 1504 D. Manuel I mandou cunhar uma série de três grandes moedas de prata, na valia de 400, 200 e 100 reais, designadas por português de prata, meio português e quarto de português, tendo esta última, mais tarde, passado a chamar-se tostão. Do português de prata, que devia ostentar as mesmas gravuras das cunhas do português de ouro, só existe um registo documental na crónica de Damião de Góis, sem nunca ter aparecido qualquer exemplar genuíno (devia pesar 40 gramas e ter um diâmetro de 36-38 mm. É de supor que, tendo praticamente o mesmo valor do cruzado - de grande aceitação e reduzidas dimensões - aquela nunca tenha chegado a ter uma circulação efectiva.

Do meio português de prata conhecem-se apenas dois exemplares - numa colecção particular em Lisboa e na colecção da Universidade de Leiden, na Holanda - com 20 gramas de peso e 32 mm de diâmetro, não tendo tido continuidade a sua amoedação.

Sorte diversa teve o quarto de português, com 10 gramas de peso e diâmetro de 24 mm - mais tarde mudado para 28-29 mm - que seria desde então uma das mais populares moedas portuguesas, entrando na gíria comercial com o nome de testão ou tostão, por influência de outras moedas italianas de características semelhantes, os testones.

Foi cunhado nas casas da moeda de Lisboa (marca monetária I) e do Porto (P), quase sempre ostentando o algarismo romano V indicativo do seu valor - cinco vinténs ou 100 reais - à direita ou à esquerda do escudo.

Nas amoedações até ao final do ano de 1538, o tostão apresenta no reverso a cruz da Ordem de Cristo; de 1555 a 1558, passou a ostentar a cruz da Ordem de Avis e, desde esse ano em diante, voltaria ao seu tipo primitivo.



REAL // 63

DESIGNAÇÃO:

Real (Cobre)

CRONOLOGIA:

Reinado D. Manuel I
(1495-1521)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

63

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedação desde C.1511

Cobre: 28,1 mm

Diâmetro: 29,5mm

Peso: 9,62g

Lisboa, col. Carlos Marques
da Costa

Grau de raridade: rara

Anv. - + EMANVEL: P : R : P : ET : A : DNS : GVIINEE : (Manuel Primeiro rei de *Portugal* e *Algarves* Senhor da Guiné) entre cercaduras lisos. Ao centro, limitado por cercadura liso, o monograma R coroado, ladeado pela marca monetária P e de uma estrela, tendo por baixo um anelete ladeado de pontos.

Rev. - + EMANVEL: P : R : P : ET : A : DNS : GVINEE : (Manuel Primeiro rei de Portugal e Algarves Senhor da Guiné) entre cercaduras lisos. Ao centro, limitado por cercadura liso, as quinas soltos em cruz.

Em data anterior a 1511 foram criadas novas espécies monetárias de cobre, o *real* e a *meio real*, tendo a primeira o valor nominal de 6 ceitis e representando a unidade monetária da época.

Segundo o cronista Damião de Góis, as moedas de cobre foram muito mal recebidos na circulação, porque «*o preço das coisas que valiam 1 ceitil, ou pouco mais, aumentou logo para o de um real*» (Crónica de D. Manuel, parte IV, capo LXXXVI), provocando uma alta genalizada dos preços das mercadorias miúdas.

É provável que o lavramento destes pesados e grossos reais de cobre tenha sido suspenso a curto prazo, retomando-se a cunhagem dos ceitis de que o povo mais uso fazia, o que pode explicar a grande raridade actual destas moedas.

Mais tarde, em 1550 e no reinado de D. João III, novos reais de cobre seriam amoedados, mas com um peso dez vezes inferior aos de D. Manuel e no quadro de uma profunda reforma do sistema da moeda deste metal.

É interessante verificar que o tipo numismático dos *reais* manuelinos segue a tradição dos *reais* dos reinados anteriores, de prata e de bolhão: monograma coroado, no anverso; quinas soltas em cruz, no reverso. No caso do *real*, a letra «R» coroada só pode ser entendida como indicativa de seu valor nominal - o que hoje designamos de valor facial - facto que se verifica pela primeira vez neste reinado em moedas de cobre e de prata.



TOSTÃO // 64

DESIGNAÇÃO:

Meio Tostão (Prata)

CRONOLOGIA:

Reinado D. Manuel I
(1495-1521)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

64

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedação desde C.1511

Prata: 916,6%

Diâmetro: 24,2mm

Peso: 4,66g

Lisboa, col. Carlos Marques
da Costa

Grau de raridade: escassa

Anv. - + I : EMANVEL : R : P : ET : A : D : GUINE (Manuel rei de Portugal e Algarves Senhor da Guiné entre cercaduras perolada e lisa. Ao centro, as quinas soltas em cruz.

Rev. - + I : EMANVEL : R : P : ET : A : D : GVINE : (Manuel I rei de Portugal e Algarves Senhor da Guiné entre cercaduras perolada e lisa. Ao centro, uma cruz grega canta nada de aneletes e encimada por um ponto.

Segundo a notícia que nos deixou o cronista Damião de Góis, no ano de 1517 D. Manuel I mandou fazer duas novos moedas, uma de ouro, com um propósito muito particular e outra de prata, no valor de meio tostão ou 50 reais. Merece a pena transcrever o passo da Crónica de D. Manuel que a elas se refere, adaptando o texto à grafia moderna.

«Continuou nos cruzados do mesmo peso e lei que os dei Rei D. Afonso V seu tio e El Rei D. João II seu primo, fizeram e assim nos vinténs e ceitis. Mandou fazer quartos de cruzado de ouro, com a mesmo diviso e letreiro, Moeda, que ele trazia na bolsa para dar de sua mão de esmola aos pobres, os quais fez depois do falecimento da Rainha D. Maria sua mulher, como fico dito. Mandou forjar de novo os tostões, que são os quartos dos Portugueses de prata, com o mesmo divisa, escudo, letreiro dos Portugueses de ouro, de que cada tostão vale cinco vinténs e cada vintém vinte reais brancos. Fez meios tostões de prata no ano de mil quinhentos e desossete, que de uma banda tem os cinco escudos das quinas e de outra uma cruz, e de ambas bandas diz o letreiro Primus Emanuel R. P. ET. A. D. Guinae». (Crónico, parte IV, capo LXXXVII.)

Os quartos de cruzado de ouro - pequenas moedas com 16 mm de diâmetro e 0,9 gramas de peso - foram fabricadas por encomenda do próprio rei, que os distribuía como esmola em homenagem à memória da rainha D. Maria, falecida a 7 de Março de 1517. Os mais antigos registos da Casa da Moeda de Lisboa, que hoje se conhecem, datam precisamente desse ano e por eles se sabe que só foram cunhados cerca de 383 desses lóbulos reais.

Quanto ao meio tostão, a sua emissão veio completar o edifício monetário da prata portuguesa iniciada com a grande reforma de 1489, no reinado de D. João I e que se manteria em vigor até ao reinado de D. João IV: 5 reais - cinco, desaparecido cerca de 1555; 10 reais - meio vintém; 20 reais - vintém; 50 reais - meio tostão e 100 reais - tostão.

No reinado de D. João III, a cunhagem dos meios tostões foi suspensa em 1527, por necessidade de se reforçar o lavramento das moedas de prata mais pequenas

que o mercado carecia: o alvará de 23 de Agosto determinou que, de toda a prata que fosse cunhada na Casa da Moeda de Lisboa, metade fosse em tostões e da outra metade, três quartos em vinténs e um quarto em meios vinténs. Nova proibição foi determinada em Julho de 1537 e em Novembro de 1538, englobando nesta também os tostões: o seu lavramento só seria retomado pela lei de 10 de Junho de 1555, mas desde então com peso mais reduzido e novo cunho do reverso com a Cruz da Ordem de Avis, em vez da Cruz de Cristo.



PORTUGUÊS // 65

DESIGNAÇÃO:

Português (Ouro)

CRONOLOGIA:

D.João III (1521-1557)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

65

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedação de 1525 o

1538-1555

Ouro: 916,6%

Diâmetro: 39mm

Peso: 35,24g

Porto, col. União de Bancos

Portugueses

Grau de raridade: raríssima

Anv. - + IOANES : 3 : R : PORTVGALLIE : AL : D : G : C. N : C. ETI : ARBI : // PERSIE INDI (João 3.º Rei de Portugal e Algarves Senhor da Guiné, Conquista, Navegação, Comércio, Etiópia, Arábia, Pérsia, (Índia) entre cercaduras lisas. Ao centro, o escudo real, com uma coroa muito ornamentada, ladeado pelas marcas monetárias encimadas por três pontos em triângulo e por uma cartela semi-circular com a continuação da legenda titular, interrompida em baixo pelo escudo.

Rev. - IN HOC SIGNO VINCES I Com este sinal vencerás inscrita em cortelo circular, intercalada por ornatos pontuados, entre cercaduras lisas. Ao centro, limitado por cercadura granulada, a Cruz da Ordem de Cristo circundada por um fio ornamental.

A cunhagem dos portugueses de ouro prolongou-se pelo reinado de João III, inicialmente com o mesmo tipo anterior, mas desde 1525 com cunhas modificados, de módulo maior e desenho mais ornamentado, reflectindo uma influência artística renascentista.

No anverso, a grande legenda titular permanece, mas agora mais abreviada e terminando numa cartela ladeando o escudo real, cujo coroa se desenvolve em caprichosos ornatos. No reverso, a legenda vem inscrita numa cartela em estilo de flâmula e a cruz da Ordem de Cristo a parece circundada por um fio ornamental. Em 1527, o alvará de 23 de Agosto mandou que, de todo o ouro que se amoedasse na Casa da Moeda de Lisboa, metade fosse em cruzados e a outra metade em portugueses.

Apesar dos registos da Casa da Moeda não referirem explicitamente as espécies de ouro cunhadas, o peso médio anual desse metal trabalhado desde 1527 sugere amoedações de cerca de 4 000 portugueses por ano, até 1538.

Tornaram-se moedas muito apreciadas e estimadas, servindo também como joias ornamentais e como matéria-prima para os ourives, que as fundiram em larga escala. A excessiva exportação das boas moedas de ouro nacionais - cruzados e portugueses - por troca de moedas de ouro estrangeiro de pior qualidade, originou uma queixa dos procuradores dos concelhos nas Cortes de Évora de 1535, dando origem à lei de 26 de Novembro de 1538, que determinou a suspensão do lavramento dos portugueses e alterou o título do ouro e o desenho dos cruzados. Apesar desta proibição, os registos da Casa da Moeda de Lisboa mostram que continuaram a ser cunhados até 1555, com autorização especial, nomeadamente por

conta da rainha D. Catarina (1507-1578).

No reinado de D. João IV os portugueses ainda circulavam, tendo recebido em 1646 uma contramarca (dOU» para lhes aumentar o valor para 10 000 reais.

Muitos anos mais tarde, em 1718, novas cunhas foram abertos na Casa da Moeda de Lisboa, para a cunhagem de medalhas de ouro com o mesmo desenho dos portugueses manuelinos, que eram colocadas em cruz no círio que ardia na capela real durante as festas da semana santa, tradição que se prolongou até 1837. E em 1983, por ocasião da 17ª Exposição Europeia de Arte, Ciências e Cultura, foi emitida uma moeda comemorativa de prata, de 1 000 escudos, ostentando no reverso uma cópia fiel de um português de ouro de D. Manuel I.



CRUZADO // 66

DESIGNAÇÃO:

Cruzado de Cruz Pequena
(Ouro)

CRONOLOGIA:

D.João III (1521-1557)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

66

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedação de 1525 o
1538-1555

Ouro: 942,6%

Diâmetro: 23,3mm

Peso: 3,53g

Porto, col. União de Bancos

Portugueses

Grau de raridade: rara

Anv. - IOANES : 111 : R : PORTV : (João II/ Rei de Portugall entre cercaduras peroladas. Ao centro, o escudo real coroadado, ladeado à esquerda pela letra R encimada por três pontos e à direita pela letra L encimada por um ponto.

Rev. -IN HOC SIGNO VINCES (Com este sinal vencerás), entre cercaduras peroladas. Ao centro, uma cruz grega pontuada no centro, encimada por três pontos.

Até 1525, as moedas de D. João III continuaram a ser cunhadas segundo os tipos numismáticos das últimas emissões de D. Manuel I.

Nesse ano é determinada a abertura de novos cunhos para as moedas de prata e de ouro, introduzindo-se elementos decorativos nas legendas e na coroa real. Também o escudo nacional aparece desde então com recorte arredondado na base, num formato que passou a ser conhecido como «escudo ocnino».

A lei de 26 de Novembro de 1538 ópera uma significativa reforma nas moedas correntes destes dois metais: no cruzado e pela primeira vez em 80 anos, o título do ouro é reduzido, de 23 3/4 para 225/8 quilates (942,7 milésimas. mantendo-se o peso e o seu valor nominal de 400 reais.

Novas moedas são então cunhadas em Lisboa e no Porto, em substituição do tipo afonsino, distinguindo-se pela legenda «In Hoc Signo Vinctes» no reverso e que ficaram conhecidas pelo nome de cruzados de cruz pequena.

No ano seguinte, o alvará de 19 de Agosto altera a composição da liga destes cruzados, que de ouro e cobre passou a ouro e prata, do que resultaram moedas com uma cor mais amarelada.

De onde vinha esse ouro necessário para a cunhagem das moedas portuguesas? Segundo os registos da Casa da Moeda de Lisboa, minuciosamente consultados por Vitorino Magalhães Godinho e condensados na sua obra os Descobrimentos Portugueses e a Economia Mundial - DEM (21 ed., Lisboa, 1981-1983), o comércio africano dos Descobrimentos, desde Arguim, rios da Guiné, Serra Leoa até à fabulosa Mina, teria feito entrar nos cofres da Casa da Moeda, anualmente, entre 1 000 e 1 300 quilos de ouro, durante os últimos anos do século XIV e primeiros anos do século XVI: uma quantidade assombrosa para a época e que valeu a D. Manuel I o nome de «o rei do ouro».

Mais tarde, já no reinado de D. João III, esse imenso caudal de ouro africano diminui

consideravelmente, registando-se valores médios anuais de 300 a 400 quilos entre 1521 e 1525 e de 200 a 300 quilos de 1526 a 1543.

De Lisboa, o amoedado em cruzados e portugueses, o ouro africano dos descobrimentos segue em direcção às fontes abastecedoras das mais diversas mercadorias de que Portugal carecia: prata, cobre, armas e trigo, da Alemanha, Hungria e Países Baixos; géneros alimentícios, da Espanha e Itália; tecidos, sedas e brocados de Génova, Florença e Veneza.

Serve também para despesas extraordinárias da coroa portuguesa, de tal forma vultuosas, que acabariam por ocasionar graves problemas financeiros: em 1526, como dote de casamento de D. Isabel com o imperador Carlos V, o rei português desembolsou 900 000 cruzados, aproximadamente 3 150 quilos de ouro; e em 1529, pelo resgate dos direitos das expedições às Molucas, a coroa espanhola recebeu 350 000 cruzados (1 225 quilos de ouro).



REAL // 67

DESIGNAÇÃO:

Real Português Dobrado
(Prata)

CRONOLOGIA:

D.João III (1521-1557)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

67

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedação de 1540-1555

Ouro: 916,6%

Diâmetro: 28mm

Peso: 7,03g

Porto, col. União de Bancos

Portugueses

Grau de raridade: comum

Anv. - REX . PORTVGALIE ALG IRei de Portugal e Algarve) entre cercaduras peroladas. Ao centro, a sigla real 10111 coroadada e intercalado por trifólia cantonada de pontos, tendo por baixo a marquilha LXXX.

Rev. - IN . HOC . SIGNO. VINC . (Com este sinal vences! Entre cercaduras peroladas. Ao centro, uma cruz grega cantonada de pontos grossos e encimada por três pontos.

Da quebra do toque de ouro dos cruzados resultou um ajustamento do preço da prata e a amoedação de novas espécies. A lei de 26 de Novembro de 1538 suspendeu a cunhagem dos tostões e meios tostões continuando-se com o lavramento dos vinténs, meios vinténs e cincos, e criando uma nova moeda, com o valor de dois vinténs ou 40 reais, designada real português. Em 1540 é introduzido uma outra moeda, com o valor duplo daquela, o real dobrado: em ambos os casos, verificou-se uma aproximação ao sistema monetário dos reaes castelhanos, que tinham uma abundante circulação em Portugal.

Reaparecem no anverso destas moedas as gravuras tradicionais dos reais, a sigla real coroadada, mas agora acompanhada pelo respectivo valor facial em algarismos romanos: XXXX ou LXXX.

A tentativa de alinhar a moeda portuguesa de prata pela castelhana - e eventualmente substituí-la na circulação - não deu resultado, já que em 1555 regressa-se à cunhagem dos tipos tradicionais, tostões e meios tostões.

A quantidade de prata recebida e trabalhada na Casa da Moeda de Lisboa - muito superior à do ouro - dá-nos uma ideia da abundância das amoedações das espécies portuguesas durante o reinado de D. Manuel I e da forte quebra verificado no reinado seguinte: entre 1500 e 1525, teriam sido recebidos em Lisboa, anualmente, cerca de 5 500 kg de prata; entre 1530 e 1553, essa média já só era de cerca de 500 kg, com alguns anos excepcionais.

Metade dessas amoedações seguiam directamente para os mercados orientais, segundo os cálculos de Magalhães Godinho. E se Portugal dependia anteriormente da prata de origem alemã, no reinado de D. João III é sobretudo o metal vindo do América espanhola que irá abastecer os cofres da Casa da Moeda de Lisboa, ao mesmo tempo que a circulação continental e insular vivia praticamente dos rea/es castelhanos.

?



CRUZADO // 68

DESIGNAÇÃO:

Cruzado

CRONOLOGIA:

D.Manuel I

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

68

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedações de 1544 a 1555

Ouro: 921,9%

Diâmetro: 23,3mm

Peso: 3,54g

Porto, col. União de Bancos

Portugueses

Grau de raridade: escasso

Anv. - + IOA : 111 : POR: ETI : AL : R : O : G : (João 1/1 Rei de Portugal e Algarves Senhor da Guiné orlada por cercadura perolado. Ao centro, o escudo real coroado em campa lisa.

Rev: IN . HOC . SIG / NO : VINCES (Com este sinal vencerás orlada por cercadura perolada. Ao centro, a cruz do calvário, prolongando-se até a orla inferior e interrompendo a legenda.

Continuando a verificar-se a saída do reino da boa moeda portuguesa de ouro, por troca com moeda estrangeiro de baixo peso e lei - desde 1535 que a Espanha tinha alinhado a sua moeda pelo escudo francês, de 22 quilates 1916,6 milésimos) e peso de 3,37 g - foi determinado em Outubro de 1544 uma novo redução do toque dos cruzados por 22 1/8 quilates 1921,9 milésimos) e um ligeiro aumento do seu peso para 3,56 g, suspendendo-se a cunhagem do tipo anterior.

A nova moeda então criada recebeu o nome de cruzado da cruz do monte calvário, pelo tipo de cruz representado no reverso, a insígnia da Inquisição portuguesa, instituída por D. João III em 1536.Foi esta a última moeda de cruzado cunhado durante a dinastia de Avis.

Em 1555, uma nova reforma suspende a sua amoedação e introduz um novo sistema de moedas de ouro, de 500 e de 1 000 reais; e, em 1560, só no reinado de D. Sebastião, a lei de 2 de Janeiro, ao determinar a pesagem obrigatória das moedas de ouro em circulação, apresenta uma listagem dos seus pesos, toques legais e valores actualizados, o que possibilitou ficarmos a conhecê-los com precisão.

Mas o nome de cruzado iniciou-se associado ao valor de 400 reais e de tal forma entrou nos hábitos como unidade de conto, que influenciou a criação de um novo sistema de moedas de ouro durante a ocupação filipina e será a base do sistema de moedas de prata que vigorou desde a Restauração até à reforma de 1835.



ESCUDO // 69

DESIGNAÇÃO:

Escudo de S. Tomé (Ouro)

CRONOLOGIA:

D.João III (1521-1557)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

69

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedação de 1544-1545

Ouro: 854,03%

Diâmetro: 32mm

Peso: 9,5g

Porto, col. União de Bancos

Portugueses

Grau de raridade:

extremamente rara 2 a 5

exemplares conhecidos

Anv, - + IOA: III : POR: ET : AL : R : !João 1/1 Rei de Portugal e Algarvesl entre cercaduras granulada e lisa fino, Ao centro, o escudo real coroado, prolongando-se até à cercadura exterior.

Rev, - +: INDIA 5 TI/BI, 5 CES51T IA (índia) foi-te consagrada) entre cercaduras granulada e lisa fina, Ao centro, a figura de S. Tomé, nimbada, de pé e corpo inteiro à esquerda, interrompendo a legenda na bordadura inferior, portanto o esquadro como atributo e em atitude de pregação, ladeado pelas letras S e T, S. Tomé.

A mesma carta de 26 de Outubro de 1544 que criou os cruzados calvário, determinou também o lavramento de uma nova moeda, «do ouro que me veio da Índia» designada por escudo de São Tomé, com o peso de 9,624 gramas de ouro de 20 1/2 quilates (854,03 milésimas e na valia de 1 000 reais. Um documento da Casa da Moeda de Lisboa, datado de 4 de Novembro de 1544, refere que, «todo este ouro é feito em moeda que da índia veio em pardaos (1) (Apontamentos para a História da Moeda em Portugal, doc. CXX, Lisboa, 18781, o que confirma a descrição feita por Gaspar Correia nas suas Lendas da (índia), que esta moeda foi lavrada dos pardaos de ouro indianos que o governador Martim Afonso de Sousa (1542-1545) enviou a D. João III. Sendo a lei dessa moeda indiana de 20 1/2 quilates, o escudo de S. Tomé foi talhado com esse toque, mas de forma a ser perfeitamente proporcional ao cruzado calvário, no peso intrínseco e no valor nominal.

Segundo Magalhães Godinho, esta moeda teria sido destinada a lançar a ponte entre o sistema monetário metropolitano e o luso-indiano WEM, 11, p. 60, Lisboa, 19821, Deve ter tido uma amoedação muito volumosa, pois uma parte substancial foi enviada para Goa na armada de 28 de Março de 1545 - onde seguiu D. João de Castro - existindo também registos que a dão como espécie circulante em Portugal em 1560 e como moeda aceite pelos cambistas de Amesterdão em 1586 e pelos de Antuérpia em 1633. As gravuras do escudo de S. Tomé são de uma rara beleza e elegância, inovadoras na disposição relativa das figurações e legendas, No reverso, a figura de Santo apóstolo das índias, de pé e envergando largos panjamentos pregueados, à romana, revela a influência renascentista italiana, maneirista, no seu desenho criador; no anverso, o escudo real e a coroa prolongando-se em florões de cuidado recorte até à bordadura superior, imprime ao conjunto

uma notável harmonia estética. Foram seus autores António de Holanda (C, 1490-15581 e seu filho Francisco de Holanda (co. 1517-15841, este último considerado por Jorge Segurado como «o mais importante artista da Renascença em Portucale», pintor, desenhador e escritor humanista. (Francisco d'Ollanda, Da sua vida e da sua obra, Lisboa, 19701.

Com base nos desenhos dos d'Holanda, os cunhos foram abertos por Diogo Álvares, ourives do Infante D, Fernando, nomeado em 1523 ensaiador da Casa da Moeda de Lisboa e responsável em 1525 pela gravação dos cunhos novos para as moedas de ouro e de prata. Mais do que quaisquer considerações de ordem monetária, a importância desta moeda revela-se no facto de se tratar de um precioso documento onde se encontram, em perfeita simbiose, as realizações dos dois mais importantes acontecimentos dos séculos XV e XVI: o Renascimento Italiano e os Descobrimientos Portugueses.



X REAIS // 70

DESIGNAÇÃO:

X Reais (Cobre)

CRONOLOGIA:

D.João III (1521-1557)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

70

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedações de 1550-1560

Cobre: 12> 40,5 rnm

Diâmetro: 39mm

Peso: 17,87g

Lisboa, col. Fernando

Gonçalves André

Grau de raridade: comum

Anv. - + IONES : 111 : D : G : POR: ETALGARBIORVM (João II/ pela graça de Deus Portugal e Algarve entre cercaduras granulada e lisa. Ao centro, o escudo real coroado, ladeado por cinco pontos em cruz.

Rev. - + REX . QVINTV DECIMVS Décimo Quinto rei! Entre cercaduras granuladas e lisas. Ao centro, limitada por cercadura de pequenos arcos, a marquinha «X» cantonada por florões e por cinco pontos em cruz.

«Sendo ElRei informado do opressão que seu povo recebia pelo falta qlle em todos os seus reinos e senhorios avia de moeda de cobre, que é o de que o povo se mais servia na compra dos coisas miúdas, e que precedia feita falta, porte por se não lavrar tanta quantidade dela como era necessário para uso do povo, parte porque a que se lavrara era de tal ppso que se levava por mercadoria dos seus reinos para senhorios estranhos, pelo ganho que nisso se achava l... l», foi ordenado a 16 de outubro de 1550 uma completa reforma da moeda daquele metal: o ceitil passou a ter 0,9 grama de peso e foram criadas novas espécies com valores faciais de 1,3 e 10 reais, valendo cada real seis ceitis. Pela primeira vez foi fixado um limite ao poder liberatório da moeda de cobre, com algumas exceções inovação que caracteriza esta reforma.

Ainda nesse mês e ano - e não de 1551, como alguns autores indicam - um alvará de D. João III mandou cunhar na Casa da Moeda de Lisboa 800 quintais de cobre o quintal equivalia a 58752,015 gramas) nas novas moedas, indicando-se o pesa destinado a cada espécie: 2937,6 kg em ceitis ou 3,264 milhões de moedas) 5875,2 kg em reais ou 3,282 milhões de moedas); 14688,0 kg em 3 reais ou 2,730 milhões de moedas e 23500,8 kg em 10 reais (ou 1,313 milhões de moedas).

Para responder a esta nova e vultuosa produção, a Casa da Moeda de Lisboa teve que abrir em Novembro uma segunda fornalha de cobre equipa de operários liderados por um capataz. Em simultâneo, o rei proibiu o lavramento das moedas de prata de 10 réis - meios vinténs - e logo a 10 de Dezembro ordenou a entrega de toda a nova moeda de cobre, que se fosse fazendo, na sua Casa da Índia. Apontamentos para a História da Moeda..., doe. CXXXI a CXXXVI, Lisboa, 1878).

A atribuição de valores faciais desproporcionados em relação ao valor intrínseco do metal em barra e ao próprio ceitil- a moeda de real, com o valor de 6 ceitis, só valia em peso 2 ceitis ou 1,79 g - visada evitar a fuga das moedas, mas acabaria por desencadear, no reinado seguinte, a importação de grandes quantidades de moedas falsas, fabricadas onde o cobre era bem mais barato Flandres e Alemanha).

A cunhagem destes enormes patações - como eram alcunhadas as moedas de X reais - prosseguiu até 1560, ano em que foi suspensa, regressando-se desde então à amoedação do meio vintém de prata e criando-se uma nova espécie de cobre, os 5 reais.



S.VICENTE // 71

DESIGNAÇÃO:

S.Vicente (Ouro)

CRONOLOGIA:

D.João III (1521-1557)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NR°. DE INVENTÁRIO:

71

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedações de 1555-1557

Ouro: 921,9%

Diâmetro: 31mm

Peso: 7,62g

Porto, col. União de Bancos

Portugueses

Grau de raridade:

muito rara

Anv. - + 10NNES : III : REX : PORTV : ET AL (João I/I rei de Portugal e Algarves orlada por cercadura granulada. Ao centro, a escudo real coroado, prolongando-se até à bordadura superior.

Rev. - + ZELA TOR FIOEI / VSQVE AO MORTEM IZe/ador da Fé até à morte) orlada por cercadura granulada. Ao centro, ladeada de estrelas, a figura de S. Vicente, nimbandado, de pé e corpo inteiro à direita, interrompendo a legenda, envergando dalmática com mangas até ao cotovelo e golo, segurando a palma do martírio e uma nau.

O ano de 1555 representa um marco importante na história monetária portuguesa. Pela ordenação de 10 de Junho, O. João III determina, «*por alguns justos respeitos, convenientes ao bem e ao proveito de meus POVOS*» - sem explicitar as causas - a suspensão do fabrico das moedas de ouro (cruzados calvário) e de prata (reais portugueses e outros que até então se lavravam nas casas da moeda de Lisboa e do Porto. Em sua substituição são criados duas novas espécies de ouro, denominadas S. Vicente e meio S. Vicente, valendo respectivamente 1 000 e 500 reais; na prata regressa-se às amoedações dos tipos tradicionais portugueses, tostões, meios e vinténs, com novas gravuras e peso mais reduzido lo meio-vintém só voltaria a ser lavrado em 1560, como vimos).

Uma vez que esta reforma equivale a um aumento de 16,5% do valor do ouro amoedado, contra apenas 4% na prata, tem-se considerado que ela revela escassez no abastecimento de ouro e uma significativa baixa do preço da prata em relação ao ouro, motivada pelo grande afluxo do metal branco vindo da América. Com pesos legais de 7,65 g 15. Vicente e 3,825 g (meio S. Vicente, as novas moedas mantêm o toque anterior de 21 1/8 quilates, apresentando gravuras numismáticas de influência renascentista, da autoria de António e Francisco d'Holanda.

No reverso do S. Vicente, a figura erecta do Santo padroeiro da cidade de Lisboa, envergando dalmática e portanto os seus atributos - a palma de martírio e uma nau portuguesa - tem inegáveis similitudes de traço e de composição com as do escudo S. Tomé de 1544; no meio S. Vicente, a representação do santo de meio corpo aparece singularmente bem adaptada ao valor nominal desta moeda.

De notar, ainda, o diferente posicionamento do início das legendas nas duas faces da moeda: no anverso, à direita da coroa; no reverso, à esquerda do exergo.

A legenda destes reversos é formada pelo título conferido por Paulo III ao monarca português, introdutor do tribunal da Inquisição em Portugal: «*ZELATOR FIDEI USQUE AO MORTEM*» (Zelador da Fé até à morte).

Deste primeiro tipo são conhecidos exemplares cunhados em Lisboa sem marca monetária) e no Porto marcas P-O); contudo, as moedas do Porto apresentam sempre gravuras de má qualidade, com a figura do Santo deformada e grotesca, certamente por imperícia do abridor de cunhas na interpretação do excelente desenho dos dois d'Holanda.

Nos exemplares de Lisboa bem conservados, é possível observar-se o pormenor do desenho da nau portuguesa, o que adiciona valor iconográfico a esta bela moeda.



TOSTÃO // 72

DESIGNAÇÃO:

Tostão de Avis (Prata)

CRONOLOGIA:

D.Sebastião

(1557-1578)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

72

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda do Porto

Amoedações de 1557 a 1558

Prata: 916,6%

Diâmetro: 30mm

Peso: 8,62g

Lisboa, col. Carlos Marques
da Costa

Grau de raridade: raro

Anv. - + SEBASTIANVS. I : REX : PORTVGALLIAE . E (Sebastião I rei de Portugal e) Orlado por cercadura granulado. Ao centro, o escudo das armas reais coroados, ladeado pelas marcas monetários P e R, encimadas por três pontos em triângulo.

Rev. - + IN HOC : SIGNO VINCES (Com este sinal vencerás) orlado por cercadura granulada. Ao centro, limitado por cercadura lisa, a cruz do Ordem de Avis, cantonado de estrelas e encimado por três pontos.

Retomada a cunhagem dos tostões e meios tostões portugueses desde a reforma de 1555, no reinado de D. João III, as novas moedas passam a ostentar no reverso a cruz da Ordem de Avis, em vez da tradicional cruz da Ordem de Cristo, para assim se distinguirem as duas emissões, com pesos diferentes.

Conhecidos por tostões da cruz de Avis, a sua cunhagem só teve lugar de 1555 a 1558, abrangendo a transição de reinados, sendo hoje exemplares raros e muito apreciados pela sua variante tipológica.

No reinado de D. Sebastião, sucessivas mutações no valor da prata amoedada originaram novas mudanças dos cunhos das moedas: o vintém, com 1,77 g de peso e marquiilha «XX», foi amoedado até 1558, dando lugar desde final desse ano ao vintém com a inicial «S» coroada e 1,89 g de peso, reduzido para 1,72 g em 1573 sem alteração de cunho; o meio tostão de Avis, com 4,41 g de peso, passou a meio tostão de cruz singelo em 1558, com 4,75 g de peso, reduzido para 4,33 g em 1573 sem alteração do cunho; e o tostão da cruz de Avis, com 8,83 g de peso, passou o tostão da cruz de Cristo em 1558, com 9,51 g de peso, reduzida para 8,66 g em 1573, também sem que as cunhas tivessem sido alterados.

Na base destas mudanças esteve um acordo monetário feito com Castela, a 27 de Julho de 1558, que visava travar a crescente saída das moedas de prata castelhanas para Portugal. O valor do metal amoedado foi então reduzido de 7,7%, daí resultando a cunhagem de novas moedas portuguesas com maior peso, para os mesmos valores nominais.

Em Abril de 1570, o custo do fabrico das moedas de prata foi agravado em 2%, o que deve ter reduzido o seu peso proporcionalmente, sem dar lugar à abertura de novas cunhas; e, em Novembro de 1573, o valor da prata amoedada é valorizada 10,4%, com a consequente quebra no peso das moedas. Contudo, como esta última ordenança contrariava o acordo feito com Castelo, as alterações foram feitas muito em segredo, sem se modificar as cunhas das moedas.

O lavramento dos tostões de Cristo prosseguiu nos reinados seguintes, conforme as últimas leis de D. Sebastião.



S.VICENTE // 73

DESIGNAÇÃO:

S.Vicente (Ouro)

CRONOLOGIA:

D.Sebastião (1557-1578)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

73

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedações de 1558 a 1559

Ouro: 921,9%

Diâmetro: 31,4mm

Peso: 7,56g

Porto, col. União de Bancos

Portugueses

Grau de raridade:

muito rara

Anv. - + SEBASTIANVS: I : REX : PORTVGALLIAE : ET ISebastião I rei de Portugal e orlado por cercadura granulada. Ao centro, o escudo das armas reais coroado.

Rev. - + ZELA TOR : FI DEI VS / QVE : AD MORTE/M IZelador da Fé até à morte orlado por cercadura granulada. Ao centro, ladeado de estrelas, a figura de S. Vicente, nimbado, de pé e corpo inteiro à direita, segurando a palma e a nau, envergando dalmática com frontes mangas largas até ao cotovelo, golo e borlas.

Até Outubro de 1559, o lavramento do ouro continuou a ser feito em moedas de S. Vicentes e meios S. Vicentes, tanto em Lisboa como no Porto, de acordo com a lei de D. João III, mas com novos cunhos. No anverso, o escudo real aparece totalmente circundado pela legenda e, no reverso, além de uma nova e mais elaborada composição da figura do Santo, a legenda desenvolve-se agora desde a bordadura superior.

Tendo António d’Holanda falecido cerca de 1555-56, os desenhos dos Vicentes do reinado de D. Sebastião, de 1558 a 1560, são da exclusiva autoria de Francisco d’Holanda. Apesar de ter sido mantida a imagem de corpo inteiro nos 1 000 reais), a supressão do exergo e dos pés permitiu a criação de uma figura de maiores dimensões e riqueza de pormenores. Mais notável ainda é o movimento impresso ao corpo do Santo, numa delicada harmonia sinusoidal, sem paralelo na gravura numismática nacional.

Destas moedas de D. Sebastião existe uma variante importante, com duas setas flanqueando o escudo real e que corresponde às amoedações ordenadas pela lei de 19 de Setembro de 1559. Tendo-se verificado nesse ano que grande parte das moedas de ouro em circulação apresentavam falta de peso, por terem sido cerceadas limadas nos bordos), mandou-se quebrar todos os cunhos dos S. Vicentes anteriores e abrir outros com sinais que identificassem as novas moedas: duas setas com as pontas viradas para baixo, ladeando o escudo.

Apenas dois meses passados, a lei de 2 de Janeiro de 1560 suspendeu o lavramento dos S. Vicentes e criou novas moedas de 500 reais, razão pela qual estas variantes com setas são extraordinariamente raras.

Doravante, todas as moedas de ouro em circulação, incluindo as dos reinados anteriores, só podiam ser aceites depois de pesadas, sendo cartadas se fossem encontradas fora das tolerâncias que a lei prescrevia.

Os S. Vicentes foram moedas que gozaram de enorme prestígio e aceitação internacional, sendo conhecidas por mil reis de Portugal. Em 1586, um registo londrino, citado por Magalhães Godinho, declara que o mil reis é a moeda de ouro mais espalhada, a melhor conhecida em todo o mundo IDEM, 11, p. 69, Lisboa, 1982).



V REAIS // 74

DESIGNAÇÃO:

V Reais (Cobre)

CRONOLOGIA:

D.Sebastião (1557-1578)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

74

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedações de 1560-1566

Cobre: 031 rnm

Diâmetro: 39mm

Peso: 6,36g

Entroncamento, col.

Jaime Simões dos Reis

Grau de raridade: comum

Anv. - + SEBASTIANVS: I : D : G : P : ET : ALGARBIORVM Sebastião I pela graça de Deus Portugal e Algarve. Ao centro, o escudo real coroado.

Rev. - + REX • SEXTVS • DECIMUS. Décimo sexto rei! Ao centro, limitado por cerca-dura liso, a marquilha «IV» ladeado de quadrifólios.

Até 1560, as amoedações de cobre continuaram segundo a lei e os tipos introduzidos no reinado anterior. Nesse ano, a carta régia de 11 de Julho aumentou o peso dos ceitis de 0,9 g para 1,25 g (sem alteração nos cunhos), suspendeu o lavramento dos reais (que só seria retomado em 1566, com 3,58 g, de peso e novos cunhos), bem como dos 10 reais substituídos desde então pelos meios vinténs de prata e determinou uma redução no peso dos 3 reais de 5,3 g para 4,46 g (sem alteração nos cunhos).

Na mesma ocasião foi criada uma nova moeda de cobre, com o peso legal de 7,17 g, valendo 5 reais e com o mesmo tipo dos 10 reais, tendo a marquilha «V» em vez de «X». Apesar destas mudanças, continuou a verificar-se a introdução no país de grandes quantidades de moeda de cobre falsificado no estrangeiro, nomeadamente na Flandres e na Alemanha, pela grande diferença que havia entre o valor nominal das moedas e o seu valor como metal. Em Novembro de 1563, por exemplo, uma nau portuguesa vinda dos Países-Baixos apartou à Galiza e as autoridades espanholas apreenderam barris cheios de moedas de cobre de 5 reais, com os cunhos portugueses, falsificados em Antuérpia IDEM, 11, p.12, Lisboa, 19821.

Outras importantes apreensões tiveram lugar no princípio de 1564, em portos nacionais, originando reclamações do governo português junto das autoridades flamengas e alemãs e, mais tarde, a tomada de medidas drásticas. Assim, em Outubro de 1566 suspendeu-se a cunhagem das moedas de 3 e 5 reais, retomando-se o lavramento dos reais com dobro de peso dos anteriores e novos cunhos, e reduzindo-se o peso dos ceitis para 1,1 ° g. E, em Março de 1568, o valor de todas as espécies de cobre em circulação foi fortemente reduzido, passando os 10 reais a valer 3 reais, os 5 reais a valer 1,5 real, os 3 reais a valer 1 real e o real a valer meio real. Como consequência, os ceitis, que até aí valiam 1/6 de real, deixaram de ser fabricados, tendo o mesmo acontecido à moeda de real.

Terminou, assim, o lavramento de cobre na dinastia de Avis, só retomado no continente do reino em 1645, já no reinado de D. João IV.



ENGENHOSO // 75

DESIGNAÇÃO:
Engenhoso (Ouro)

CRONOLOGIA:
D.Sebastião (1562)

PROVENIÊNCIA:
Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:
75

FICHA TÉCNICA:
Casa da Moeda de Lisboa
Amoedações de 1562 a 1566
Ouro: 921,9%
Diâmetro: 23mm
Peso: 3,81g
Porto, col. União de Bancos
Portugueses
Grau de raridade:
raríssima 6 a 10 exemplares
conhecidos

Anv. - SEBASTIANVS . I. R . PORTVGAL ISebasrião I Rei de Portuga/l orlado por cercadura dupla lisa e de pequenos dentículos ornamentais. Ao centro, o escudo real coroadado, prolongando-se até à bordadura superior.

Rev. - Na campã limitado por cercadura dupla lisa e de pequenos dentículos ornamentais, a cruz do Ordem de Cristo cantonada pela legenda + IN HOC SIGNO VICES Com este sinal vencerás e, ao centro, dentro de cercadura dupla lisa, cantonada pela era 1-5-6-5.

Um dos problemas que mais preocupava as autoridades monetárias desta época era o cerceio nas moedas de ouro, ou seja, o desgaste intencional do bordo das moedas por limagem, o que ocasionava perdas importantes no peso. Que esta prática era corrente e muito prejudicial para a boa aceitação dessas espécies, dá-nos conta a lei de 2 de Janeiro de 1560, que torna obrigatória a pesagem de todas as moedas de ouro em circulação em Portugal e aplica pesadas multas a quem tente pagar com moedas falhas de peso. Em simultâneo, essa lei suspendeu o fabrico dos S.Vicentes e criou uma nova moeda de 500 reais com a cruz da Ordem de Cristo no anverso e mesmo peso e toque dos meios S. Vicentes.

Este problema só ficaria definitivamente resolvido no século XVI, com a introdução da serrilha nas moedas (bordo denteado, como ainda hoje se usa), inovação que em Portugal esteve associada à introdução em 1677 da cunhagem mecânica por balancé, em substituição da cunhagem manual a martelo.

Data do reinado de D. Sebastião a primeira tentativa de fabrico de moedas de ouro com o peso certo e com gravuras que impedissem o cerceio. Em Abril de 1562, um alvará manda que o tesoureiro da Casa da Moeda de Lisboa entregue todo o ouro que puder apurar a João Gonçalves, para ser lavrado no engenho que tinha inventado para o fabrico dos 500 reais (Teixeira de Aragão, t. I, pp. 281-2).

João Gonçalves, de Guimarães, cavaleiro da casa de D. João III, trabalhava na Casa da Moeda desde Outubro de 1553 preparando o seu engenho, tendo sido nomeado em Novembro de 1566 guarda das fornaças da mesma casa.

Os exemplares fabricados por este novo processo de amoedação, por fundição, são conhecidos pelo nome de engenhosos - da alcunha do próprio João Gonçalves - e apresentam um novo desenho de belo efeito estético, com cercaduras largas e salientes delimitando as fases da moeda.

São conhecidos exemplares sem data - possivelmente os primeiros ensaios que deram origem ao alvará de 1562 - e outros com as datas de 1562,1563 (1564 ainda não apareceu), 1565 e 1566 cantonando a cruz de Cristo e que são as primeiras moedas portuguesas que indicam a respectiva era de cunhagem.

O fabrico dos engenhosos foi interrompido em 1566, regressando-se aos processos tradicionais de amoedação e a data em moedas portuguesas só voltaria a aparecer em 1641.



500 REAIS // 76

DESIGNAÇÃO:

500 Reais (Ouro)

CRONOLOGIA:

D. Henrique (1578-1580)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

76

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Lisboa

Amoedações de 1578 a 1580

Ouro: 921,9%

Diâmetro: 25,5mm

Peso: 3,8g

Porto, col. União de Bancos

Portugueses

Grau de raridade:

raríssima

Anv. - + HENRIQVS: I : D : G : REX : PORTV I Henrique I Rei de Portugall orlado por cercadura granulada. Ao centro, o escudo real coroado, tendo o coroa fechado com um arco.

Rev. - + IN : HOC : SIGNO: VINCES (Com este sinal vencerás) orlado por cercadura granulada. Ao centro, a cruz da Ordem de Cristo solto em campo liso.

Durante o curto reinado do cardeal-rei, com que se encerra a dinastia de Avis, só foram cunhadas moedas de prata - vintém, meio tostão e tostão - e de ouro - 500 reais - conforme a lei e os tipos do reinado anterior, mudando-se apenas o nome do soberano.

A casa da Moeda do Porto deixou de funcionar neste reinado, sendo extinta em 1607. Todas as moedas de D. Henrique têm hoje um elevado grau de raridade numismática, aparecendo normalmente com gravuras de pouca qualidade de cunhagem.

Nas moedas de prata e de ouro lavradas desde cerca de 1573, no reinado de D. Sebastião, a coroa das armas reais apresenta-se fechada, isto é, com um arco de ligação entre os florões laterais.

A amoedação dos 500 reais continuou depois em nome dos Governadores do Reino 1580, de D. António - 1581 e de Filipe 1580/81, sendo abandonada em 1584 e substituída por novas moedas de cruzados.



MEIO MANUEL // 77

DESIGNAÇÃO:

Meio Manuel (Ouro)

CRONOLOGIA:

D.Manuel I (Índia)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

77

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Goa

Amoedações de 1510 a 1515

Ouro: 958,2%

Diâmetro: 17mm

Peso: 1,69g

Porto, col. União de Bancos

Portugueses

Grau de raridade: rara

Anv. - Ao centro, dentro de cercadura perolada, a palavra MEA sob a coroa real, com um ponto no meio.

Rev. - Ao centro, dentro de cercadura perolada, a esfera armilar.

Após a conquista da Goa 1510 e de Malaca 1511, Afonso de Albuquerque lançou as bases da nova amoedação portuguesa no Oriente, adaptando-a às unidades ponderais e aos valores correntes nas amoedações indianas, com excepção das de ouro.

No cobre e na prata foi copiado o sistema indiano de bazarucos significando «moedas de troco para a praça») e de tangas e barganis; no ouro, foi instituído um sistema de inspiração portuguesa, muito embora de peso e toque mais baixos. Em Malaca, onde não havia amoedação de ouro e de prata antes da conquista portuguesa, Albuquerque introduziu novas espécies nesses metais, continuando com o lavramento do estanho malaquês calaim segundo o sistema então em vigor.

Pelos cronistas contemporâneos de Afonso de Albuquerque sabemos que foram cunhadas em Goa leais ou bazarucos de 2 reais, 1/2 leais, dinheiros 11/3 de leal) e cepaicas 11/4 de leal) de cobre; esferas de 20 reais e 1/2 reais-e 1/2 esferas de prata; e cruzados ou manuéis de ouro de 480 reais.

Apesar de existirem desenhos e referências a algumas dessas moedas de ouro e de prata em antigas colecções numismáticas, o seu paradeiro é hoje desconhecido.

Existe, contudo, uma outra moeda de ouro cunhada em Goa no reinado de D. Manuel I e que não vem citada em qualquer fonte portuguesa coeva, tendo-lhe sido dado o nome de meio-Manuel ou meio-cruzado. Com este último nome figura nas ordenanças e instruções para os cambistas de moeda de Antuérpia, de 1633, o que pressupõe abundantes amoedações e circulação na Europa do Norte.

Após a morte de Afonso de Albuquerque em 1515, cessou o lavramento de ouro e de prata em Goa, continuando a cunhagem de moedas de cobre.



BASTARDO // 78

DESIGNAÇÃO:

Bastardo (Calaim)

CRONOLOGIA:

D.Manuel I (Malaca)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

78

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Malaca

Amoedações de 1511 a 1515

Calaim: 0 35 mrn

Diâmetro: 17mm

Peso: 32g

Lisboa, col.Carlos Marques
da Costa

Grau de raridade: muito rara

Anv. - + CRVX : XPNOSTRESIESVNICA IA cruz de Cristo é a nossa única esperança) entre cercaduras peroladas. Ao centro, a cruz da Ordem de Cristo, pontuada na meio.

Rev. - + DMPRDEPEV SORDIEMAIA 10. Manuel I Rei de Portugal senhor de Ma/aca). Ao centro, a esfera armilar.

A semelhança do que se praticou em Goa, também em Malaca mandou Afonso de Albuquerque lavar novas moedas de cunho português, de ouro a que chamou católico de 1040 reais e meio católico - de prata malaquês ou real branco de 720 reais e meio real ou cruzado prato de 360 reais - e de estanho, metal nativo a que chamaram calaim, com o valor de 60 reais (bastardos), 6 reais (soldos) e 3/5 de real (dinheiros).

Das moedas de ouro (que deviam de pesar 10, 16 gramas de 24 quilates, para o católico) e das de prata (52 gramas de 11 dinheiros, para o malaquês) não são conhecidos quaisquer exemplares.

As moedas de calaim só eram conhecidas por referências documentais, até que no princípio deste século apareceram inúmeros exemplares durante trabalhos de dragagem feitos no rio de Malaca, entre 1900 e 1905.

Destes bastardos de 10 soldos ou 100 dinheiros, fabricados por fundição, considera-se hoje existirem pelo menos três emissões durante o reinado de D. Manuel I e que podem ser ordenadas por ordem decrescente do seu peso e módulo. O exemplar reproduzido pertenceria, assim, aos primeiros lavramentos ordenados por Afonso de Albuquerque, com diâmetro 39-44 mm e 46-56 gramas, mais tarde reduzidos para 35 mm e 35 gramas.

Falecido Afonso de Albuquerque, o seu sucessor no governo da Índia, Lopo Soares de Albergaria (1515-1518), logo tratou de desfazer, tanto quanto pôde, toda a obra do seu antecessor, mudando as cunhas da moeda e lavrando bastardos de um terceiro tipo, com as armas nacionais no anverso e peso muito reduzido.



PARDAU // 79

DESIGNAÇÃO:

Pardau de S.Tomé (Ouro)

CRONOLOGIA:

D.João III (Índia)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

79

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Goa

Amoedações desde 1548 -1549

Ouro: 845%

Diâmetro: 20mm

Peso: 3,37g

Parto, col. União de Bancos

Portugueses

Grau de raridade: muito rara

Anv. - Ao centro, dentro de cercadura dupla perolada e liso, o escudo real ladeado por «1» João I e três pontos em coluna,

Rev, - Ao centro, dentro de cercadura duplo perolado e lisa, a figura de S. Tomé, nimbadado, sentado e de corpo inteiro à direita, portanto o esquadro, ladeado pelas letras «S» (invertido) e T.

Em 1524 a Casa da Moeda de Goa passou a funcionar em edifício próprio, provavelmente dentro da fortaleza, donde só sairá em 1569. Dessa Casa partiram os moedeiros que foram a Cochim, em 1525, levando consigo cunhos e demais ferramentas, bater moeda de ouro cruzados para a compra da carga de pimenta o embarcar para o reino. Deste fabrico de moeda a «feito» das necessidades comerciais, terá resultado o estabelecimento da Casa da Moeda de Cochim, cujo funcionamento aparece documentado desde 1544, dedicando-se ao lavramento do cobre.

Durante o governo de Garcia de Sá (1548-49), Goa e Cochim regressam à cunhagem de ouro, mas agora de um novo tipo bem adotado no sistema monetário indiano, mas com gravuras cristãs, os pardaus S. Tomé.

Com o valor de 360 reais ou 6 tangas, o novo pardau luso-indiano mantinha todos os característicos da moeda indígena (3,425 g de ouro de 20 1/2 Quilates, ou 824 milésimos), o que explica a sua grande aceitação na circulação monetária oriental deste período e dos reinados seguintes, tendo sido cunhado até século XVIII.

As suas gravuras originais, de inspiração renascentista, são da autoria de António e Francisco d'Holanda, tendo os primeiros cunhos sido abertos em Lisboa ou, muito provavelmente, em Goa, com base nos desenhos originais enviados de Lisboa.



BASTARDO // 80

DESIGNAÇÃO:

Bastardo (Calaim)

CRONOLOGIA:

D.Sebastião (Malaca)

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

80

FICHA TÉCNICA:

Casa da Moeda de Malaca

Amoedações de 1558 a 1579

Calaim: 27 mmm

Peso: 7,10g

Lisboa, col.Carlos Marques
da Costa

Grau de raridade: escassa

Anv. - Ao centro, dentro de cercadura dupla perolada e lisa, uma representação do escudo real, com sete grossos pontos em vez de castelos, um pequeno escudete dentro do escudo das quinas e um conjunto de pontos em substituição da coroa, ladeado de três grandes pontos em coluna.

Rev. - Ao centro, dentro de cercadura perolada e de outra cercadura concêntrica tripla, liso e perolada, com cruzetas entremeados, três setas cruzadas e atadas, com as pontas viradas para baixo, ladeados pelas letras S·B.

Entre as inúmeras moedas indo-portuguesas achadas de 1900 a 1905, quando das dragagens do rio de Malaca, aparecem vários exemplares de calaim de D. João III e de D. Sebastião, cujo estudo numismático permitiu a sua catalogação em dinheiros e bastardos segundo o sistema introduzido no tempo de Afonso de Albuquerque, mas com pesos já muito reduzidos.

No reinado de D. João III as moedas portuguesas de Malaca continuam a ostentar o seu tipo característico, com a esfera armilar no reverso, que seria substituída mais tarde pelos símbolos próprios de D. Sebastião, as setas cruzadas e atadas.

Recentemente, novos achados de moedas em Malaca revelaram um grande número de supostas moedas portuguesas de calaim, com tipologia completamente desconhecida e tão fora dos padrões normais para a moeda indo-portuguesa, que foram consideradas como falsificações modernas.

Estudos posteriores, contudo, apontam para que sejam imitações de moedas portuguesas mandadas fundir durante a ocupação holandesa.

Em Agosto de 1569, no vice-reinado de D. Luís de Ataíde (1568-1571), foi outorgado o primeiro regimento à Casa da Moeda de Goa, sendo nessa ocasião ordenada a cunhagem de novas moedas de prata - bastiões ou xeraiins de 300 reais, meios bastiões e tangas de 60 reais, com gravuras alusivas ao martírio de S. Sebastião - e novas moedas de ouro - S. Tomás e meios S. Tomás. Estas moedas de ouro eram desconhecidas, até que recentemente (1992) apareceu finalmente um exemplar de S. Tomé do reinado de D. Sebastião.





O ESCUDO



O ESCUDO

SÍNTESE HISTÓRICA

Durante o século XII o escudo utilizado pouco ou nada diferia do século anterior. Em forma de amêndoa (Kip-Shape) era denominado em Portugal e em Castela por “escudo de corneta”. Tinha cerca de 1,50m de altura, o bordo superior arredondado, e o interior em bico. Era igualmente em madeira, fruteira ou cedro (podia ser feito de uma peça só ou em diversas tábuas com 2 a 3,5 cm de espessura, unidas através de um sistema chamado de borboleta e forrado a cabedal). O comprimento desses escudos era calculado pela altura dos ombros de um homem sentado. Uma vez que as defesas do corpo eram insuficientes o escudo transportado aos ombros de um cavaleiro a cavalo tinha de ter comprimento suficiente para cobrir todo o lado esquerdo do combatente, do ombro até à ponta do calcanhar e resguardar a parte mais vulnerável que era o joelho. Em Portugal os escudos eram, no séc. XII tidos com uma especial veneração. Quando D. Afonso Henriques decidiu presentear o Emir Ibn Caci com um presente digno da sua estirpe, enviou-lhe um magnifico cavalo uma formidável lança e um belíssimo escudo.

No final do séc. XII na Europa Central e do Sul estes escudos começaram a ser modificados e a sua parte superior deixou de ser arredondada para passar a ser rectilínea. Nos países escandinavos porém o Kit-shope permaneceu inalterável até muito mais tarde.

Após 1150 começamos a encontrar numerosas referências iconográficas a um tipo de escudo já então muito divulgado de forma triangular, largo e com a parte superior rectilínea. Alguns deles ainda tinham o umbo (pertuberância metálica central destinada a proteger a mão) que já de nada servia, mas permaneceu como peça meramente ornamental.

Com os primeiros anos do século XIII o escudo vai gradualmente diminuindo de tamanho, provavelmente porque o seu grande comprimento era um embaraço a cavalo. Mas é a partir de 1260, quando os homens de armas começaram a utilizar já pernas de malha, grevas de metal e joelheiras que deixou de se tornar necessário cobrir o joelho e a perna esquerda. É nesse período que os escudos comecam a ser regularmente armoriados com as armas ou símbolos dos seus possuidores.

No final desse século começou-se a divulgar um modelo de escudo plano e de forma redonda que se tornou popular entre 1280 e 1325, como alternativa aos ainda grandes escudos. Podemos apreciar um desses escudos num dos painéis do

monumento ao Cristo Morto, existente no Museu Machado de Castro, em Coimbra.

A estrutura interior das correias, e a forma como estes escudos eram ernpunhados, eram assaz complicada. Felizmente, existe alguma iconografia e uns poucos exemplares que nos permitem proceder a uma reconstituição precisa.

As correias destinadas a empunhar o escudo erarm divididas em dois grupos. O primeiro era constituído por uma longa tira de cabedal, cuja função era manter o escudo pendurado do lado esquerdo em torno do pescoço. A essa correia, os Espanhóis davam o nome tira col (tira de pescoço), e os Ingleses de guige . Esta guige estava feita de forma a poder ser ajustada atravez de uma fivela interior. O segundo grupo de correias eram os enarmes. Essas correias pouco diferiam das usadas pelos gregos, celtas ou lusitanos muitos seculos antes. Basicamente os enarmes eram compostos por três correias: uma a esquerda de escudo, outra próximo da direita e outra consideravelmente mais pequena, na ponta da direita. O antebraço passava através das duas primeiras – a primeira tira à esquerda fixava o braço perto do cotovelo e a outra fixava o pulso. A terceira tira podia ser agarrada pelos dedos. No caso do cavaleiro necessitar de empunhar as rédeas, largava esta terceira correia e o escudo continuava fixo ao nível do cotovelo e do pulso.

Existem ainda alguns escudos bem conservados, datados de entre 1190 e 1320 que nos podem mostrar nitidamente como eram feitos. Um dos mais completos esta no Landsmuseum, em Zurique. Foi encontrado no século XIX num armário da Igreja de Seedorf, no lgo Lucerne. Tem as armas de Arnold Von Brienzen (leão rompante a prata sobre fundo azul) que fundou a Igreja e o Mosteiro de Zeedorf, em 1179. O escudo está um pouco danificado. É feito em madeira de limoeiro, coberto à frente e atrás por cabedal. O leão é moldado em relevo, em gesso duro. Muito da sua policromia original sobreviveu.

Em Marburg há mais de vinte escudos bem conservados. Um deles tem estampadas as armas de Konrad von Thuringen e Hesse, Grão-Mestre de 1220-1241 dos cavaleiros da Ordem Teutónica da Prússia. Estas armas estão gravadas sobre cabedal na parte da frente. A retaguarda é pintada de dourado, com um cavaleiro e uma dama.

Talvez um dos mais importantes exemplares para a nossa história do escudo existente na Real Armaria, em Madrid. Trata-se de um exemplar (D.59) muito bem conservado datado do finar do sec- XIII, proveniente do mosteiro de San Salvador de Oña, em Burgos. É feito de madeira de cedro e coberto em ambos os lados com pele pergaminho, mais grossa à frente que na retaguarda. O interior é pintado de negro com uma banda vermelha em diagonal. Os enarmes são grossas tiras de coiro de veado, forrado com veludo púrpura. Parte das guiges sobreviveu. No exterior, há vestígios das armas do seu possuidor.

PAVÊS // 81

DESIGNAÇÃO:

Pavês (Fragmento)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Original século XIV
(Recuperado em Óbidos)

NRº. DE INVENTÁRIO:

81

DIMENSÕES:

Comprimento total: 70cm

Empunhadura: 26cm

Fragmento de um pavês do século XIV recuperado no interior de uma casa em Óbidos, em 1958.

Havia no século XIV diversos tipos de escudos que, no entanto podem ser agrupados em dois únicos modelos: o escudo de braço e o pavês. O escudo de braço, como o próprio nome indica destinava-se a ser utilizado pelo cavaleiro, em batalha dependurado no braço esquerdo. Uma vez que, nos finais do século XIV os combatentes encontravam-se já totalmente couraçados pela armadura, o escudo de braço foi perdendo razão de ser e acabou por ser progressivamente abandonado. Em seu lugar, o pavês ligeiro (havia dois tipos de paveses; o ligeiro, destinado a ser manejado facilmente e o pesado destinado aos arceiros e besteiros) foi ganhando proeminência acabando por se impor nos campos de batalha.

O presente exemplar é o resto de um pavês ligeiro ostentando parte de uma pintura eventualmente feita mais tarde. Este pavês é de forma rectangular, era a tampa de um arcaízo, que na altura em que foi recuperado se encontrava em relativo bom estado. Mas a incúria e ignorância dos homens acabou por o deteriorar ainda mais reduzindo-o ao presente fragmento.





A LANÇA

SÍNTESE HISTÓRICA

No séc. XII a lança era a arma mais importante do cavaleiro. A carga começava sempre com lança, quando esta se quebrasse o combate continuava com as fachas e só no fim vinham as espadas, Uma boa lança tinha, no séc. XII, cerca de três metros de comprimento e no séc. XIV cinco metros.

Uma carga com lança era terrível. Raramente a peonagem resistia a uma carga em massa da cavalaria. Tudo em volta desaparecia.

Antes do cavaleiro carregar, a lança era mantida na vertical apoiada no estribo direito. Na altura da carga, no séc. XII, a lança era colocada não sob o braço direito mas numa posição horizontal ao cavalo ao nível da anca. O ferro da lança podia ter diferentes feitios, mas a madeira entrava sempre dentro do ferro para se obter uma maior resistência. Muitas vezes, era posta na ponta uma pequena bandeira, que desapareceu totalmente das lides de guerra em meados do séc, XIII.

Uma lança com 5 metros era pesada, incómoda e difícil de se manter na horizontal, durante muito tempo. Por isso, no séc. XIII, começou a tornar-se necessário apoiar a lança durante a carga. Este apoio não podia estar fixo sobre a loriga que era mole. Então, prendiam uma correia de cabedal ao pescoço em que se enfiava a lança a fim de não terem de suportar o peso durante a carga.

Somente no séc. XIV se adotou sobre os peitos e panceiras de ferro um gancho, a que os franceses chamaram fanore ou fantre e os portugueses riste. No séc. XIV ter uma lança em riste era sinónimo de carregar.

A lança era, de uma maneira geral, feito de madeira de freixo pelo que era conhecida pelo nome de freisnin e ao ferro da lança dava-se, no séc. XIII, o nome de arestol. No séc. XIV, dá-se uma alteração profunda no formato dos ferros. Os reforços em aço da cota de malha obrigaram a uma modificação na ponta das lanças. Os ferros curtos deixaram de servir, pois resvalavam sobre as placas metálicas, sendo substituídas por outros mais compridos, bem fixos à madeira e capazes de penetrar entre as placas. Os Franceses davam a estes ferros o nome de glaiva. Existe um exemplar em muito mau estado, conservado no Museu Militar de Lisboa e encontrado nos campos de Aljubarrota (1385).

No fim do séc. XIII, aparece um disco de aço em forma convexa, chamado arundela que se enfiava na madeira da lança destinada a proteger a mão do cavaleiro.

O impacto produzido por um cavalo em carga era imenso e o choque imprimia um movimento de recuo, tão pronunciado que a lança era projetada violentamente para a retaguarda. Para evitar que a lança escorregasse da mão começou a aparecer um sulco, em forma de concavidade, feito na empunhadura, na ponta do qual se fixada um colar em aço a que se dava o nome de grape.

Nos finais do séc. XIV, os cavaleiros para carregar punham-se de pé sobre os estribos, inclinavam-se para a frente e fixavam fortemente o braço direito, sobre a lança.

PONTA DE LANÇA // 82

DESIGNAÇÃO:

Ponta de Lança

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Réplica de um original

NRº. DE INVENTÁRIO:

82

DIMENSÕES:

Comprimento total: 15cm

Largura: 6,5cm

Ferro de lança do século XIV. A partir da segunda metade do século XIV os ferros das lanças – as lâminas – começaram a ser feitos de duas “meias bolachas” caldeadas e reforçadas na ponta.

O presente exemplar é cópia de um original, encontrado nas proximidades do campo de Aljubarrota, que se encontra no Museu Militar de Lisboa.



PREGOS CRUZ CRISTO // 83

DESIGNAÇÃO:

Pregos Cruz de Cristo

CRONOLOGIA:

Século XIV / XV

PROVENIÊNCIA:

Réplica de um original

NRº. DE INVENTÁRIO:

83

DIMENSÕES:

Comprimento total: 14cm

Base do losângulo: 2cmx2cm

Pregos de cabeça losangular ostentando a cruz de cristo. Provenientes de Santarém do antigo Paço Real.



ARMAS DOS SEM // 85

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Sem

CRONOLOGIA:

Recriação século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

85

De vermelho, com um leão de ouro armado e lampassado de azul, bordadura cosida de azul, carregada de oito vieiras de prata realçadas de negro.

No campo de Batalha de Aljubarrota; Doutor Gil do Sem.



ARMAS DOS PEREIRA // 86

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Pereira

CRONOLOGIA:

Recreação século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

86

De vermelho com uma cruz florenciada de prata, vazia do campo. No campo de batalha de Aljubarrota; D. Nuno Álvares Pereira.

“Fernão Lopes refere a presença em Aljubarrota de vários nobres também de apelido Pereira: Álvaro Pereira; Joan Rõiz Pereira, entre vários outros. Não se sabe quais as suas insígnias. Apesar de na época não havia ainda Reis d’armas que regulamentassem o uso de insígnias, era muito provável que a cruz florenciada só tivesse sido utilizada pelo Condestável do Reino

- Escudo. Crónica de D. João I, vol II cap XLI, p.102; “ *Ho comdestabre de Portugal amdava em çima de huu cavallo perante a sua avanguarda e alas de huua parte para há ouutra com huu escudo no braço da parte dos inimguos por reção dos virotões quue algus loguares vinnhão e nnão somente chegava aly, mas deles pasavvão as azes e feriraõ na carriagem homeis e moços e bestas.*”



ARMAS DOS PACHECO // 87

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Pacheco

CRONOLOGIA:

Recreação século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

87

De ouro com caldeiras cosidas de ouro sotopadas, carregada cada uma de faixas veiradas de vermelho e ouro, as asas veiradas do mesmo, cada uma com quatro cabeças de serpe, lampassadas de vermelho.

No campo de batalha de Aljubarrota; Diogo Lopes Pacheco e seus filhos João Fernandes Pacheco e Lopo Fernandes Pacheco.

Fonte: arca tumular de Lopo Fernandes Pacheco na Sé de Lisboa.

Veiro representa pele de esquilo, uma pele de grande valor na Idade média. O esquilo em questão era de cor variada; cinzento azulado nas costas e branco por baixo, sendo utilizado para confeccionar mantos. Era cosido alternando as partes escuras com as partes claras o que resultava em padrão cinzento azulado e branco acinzentado. A espécie exacta de esquilo nunca foi claramente identificada. O nome veiro, vem do latim “de vários coloribus”; de cor variada de onde passou ao francês “vair”, ao espanhol “vero” e ao Português “veiro”.



ARMAS DOS VASCONCELOS // 88

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Vasconcelos

CRONOLOGIA:

Recreação século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

88

De negro com três faixas contraveiradas de prata e vermelho.

No campo de batalha de Aljubarrota; Men Rõi de Vasconcelos e seu irmão Rui Mendes de Vasconcelos, meirinho-mor de comarca de entre Douro e Minho.

A propósito de veiros, ver armas dos Pachecos.



ARMAS DOS CUNHA // 89

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Cunha

CRONOLOGIA:

Recriação século XIV

PROVENIÊNCIA:

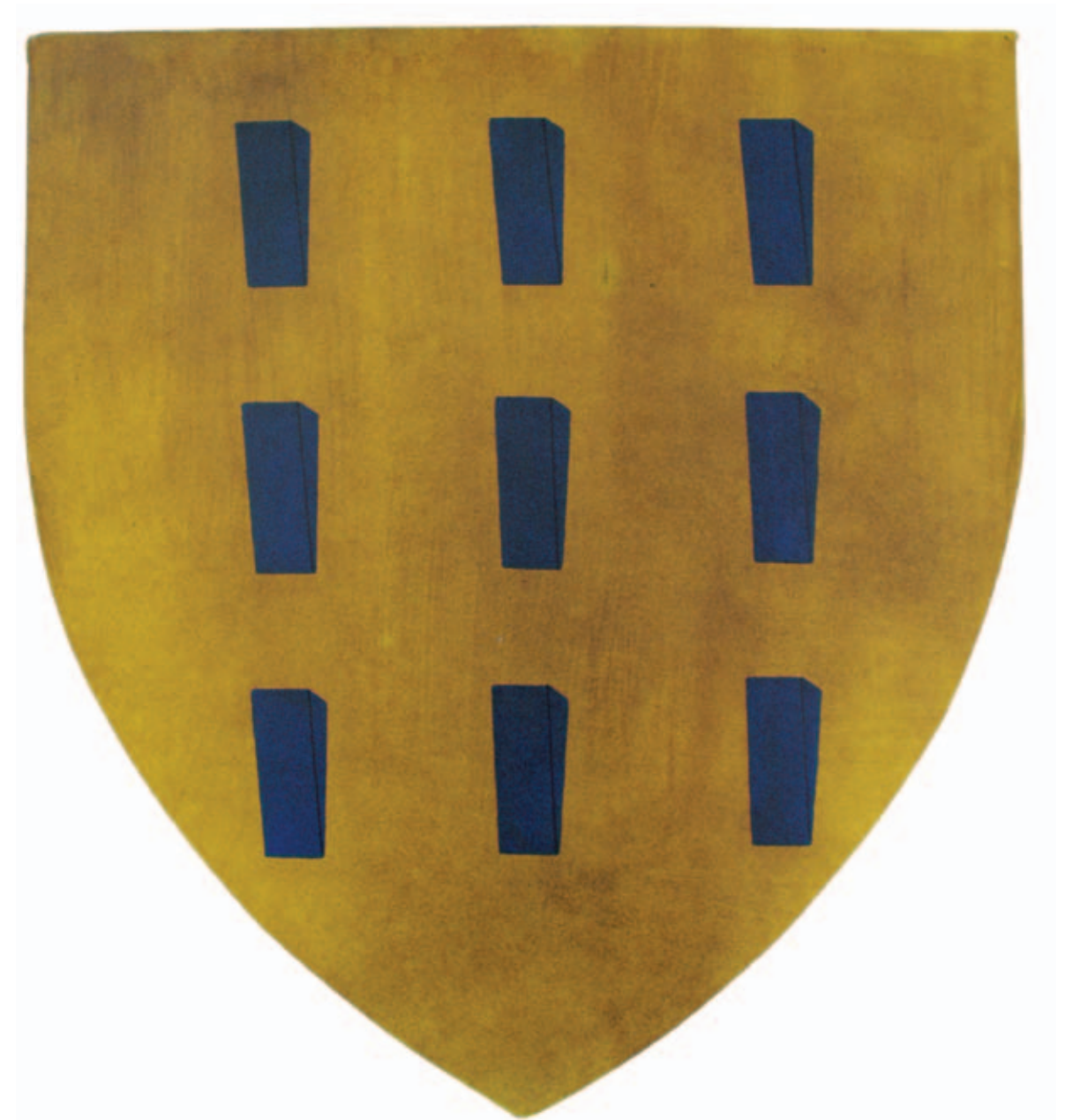
Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

89

De ouro com nove cunhas de azul abatidas e alinhadas em três palas.

No Campo de Batalha de Aljubarrota; Lopo Vasques da Cunha.



ARMAS DOS SOUSA // 90

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Sousa

CRONOLOGIA:

Recreação século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

90

De vermelho com uma caderna de prata.

Fonte: Mosteiro de Alcobaça, túmulo de Martim Afonso de Souza.

No campo de Batalha de Aljubarrota. Martim Afonso de Sousa, 2º senhor de Mortágua, o da batalha real.

Fora do casamento com Aldonça Rodrigues de Sá, abadessa de Rio Tinto, tem uma filha; Brites de Sousa que casa em 1380 com Martim Gonçalves de Macedo.



ARMAS DOS MELO // 91

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Melo

CRONOLOGIA:

Recriação século XIV

PROVENIÊNCIA:

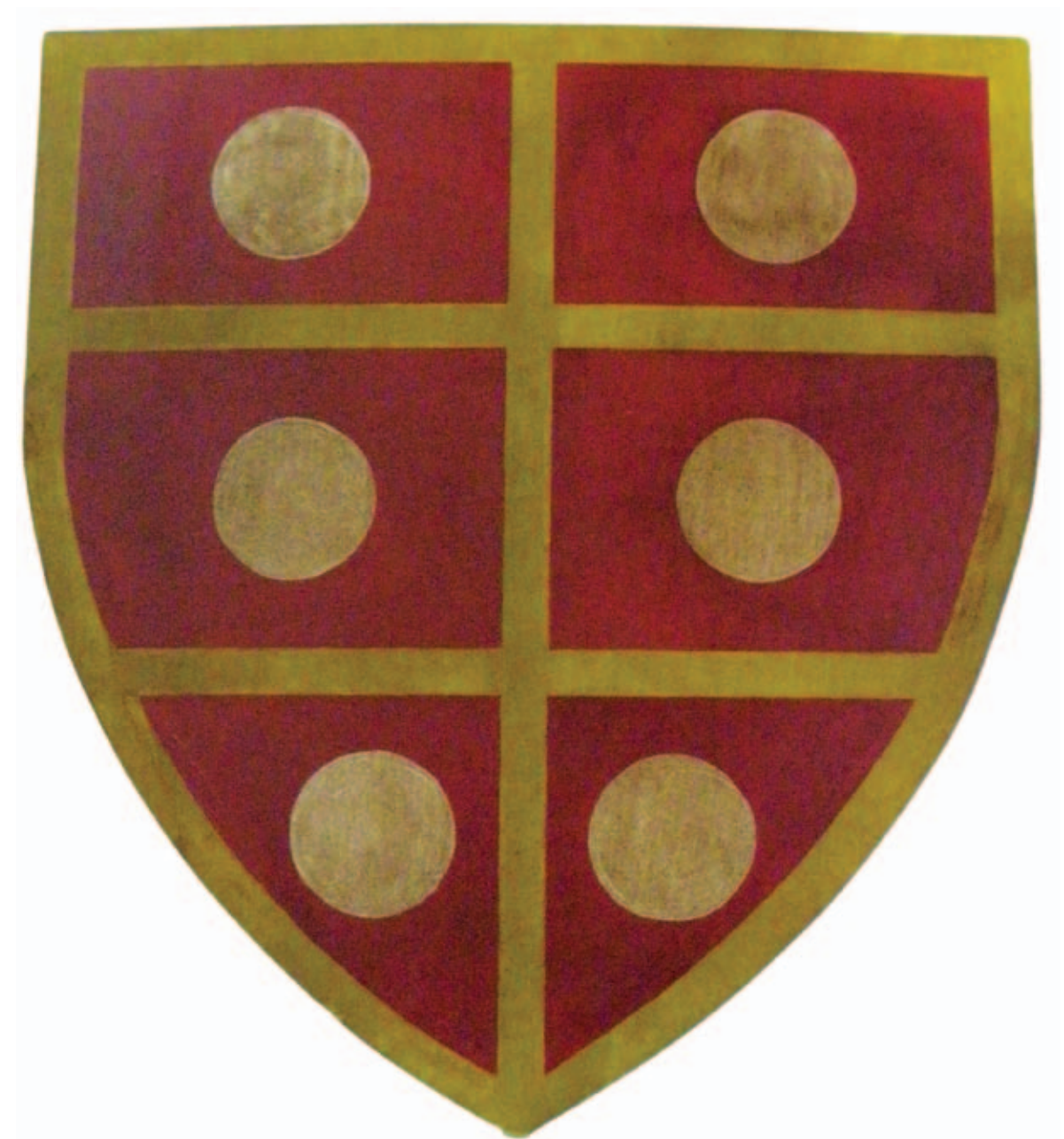
Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

91

De vermelho com dobre- cruz de ouro, entre seis besantes de prata; bordadura de ouro.

No campo de batalha de Aljubarrota; Vasco Martins de Melo “ O velho” e seus filhos; Vasco Martins de Melo “O Moço” e Martim Afonso de Melo.



ARMAS DOS SILVA // 92

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Silva

CRONOLOGIA:

Recreação século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

92

De prata com um leão de púrpura armado e lampassado de vermelho.
No campo de batalha de Aljubarrota; João Gomes da Silva.

Filho primogénito de Gonçalo Gomes da Silva, serviu D. João I, como copeiro-mor e alferes mor o qual lhe fez várias mercês como ex. O lugar de Unhão, as terças da igrejas de Santiago do Castelo, Santa Maria de Caminho e S. Librão de Vila Nova de Cerveira, doação do Castelo de Valongo etc. Casou com D. Margarida Coelho, Filha de Egas Coelho.



ARMAS DOS SEQUEIRA // 93

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Sequeira (Syqueira)

CRONOLOGIA:

Recriação século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

93

De azul, com cinco vieiras de ouro.

No campo de batalha de Aljubarrota; Fernão Róiz de Syqueira.



ARMAS DOS SAA // 94

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Saa (Sá)

CRONOLOGIA:

Recriação século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

94

Xadrezado de prata e azul de cinco peças em faixa e seis em pala.

No campo de batalha de Aljubarrota; João Róiz de Saa, Comendador-Mor de Avis.



ARMAS DOS COELHO // 95

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Coelho

CRONOLOGIA:

Recreação século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

95

De ouro com um leão de azul, armado e lampassado de vermelho, carregado de três burelas colubreadas de ouro; bordadura de azul carregada de cinco coelhos de prata.

No campo de batalha de Aljubarrota; Eguas (Egas) Coelho.



ARMAS DOS SANTARÉM // 96

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Santarém

CRONOLOGIA:

Recriação século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

96

Esquartelado: I e IV de negro, com um leão de prata armado e lampassado de vermelho; II e III de vermelho, com três palas de Ouro.

No campo de Batalha de Aljubarrota. João Afonso de Santare (Santarém).



ARMAS DOS BOTELHO // 97

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Botelho

CRONOLOGIA:

Recriação século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

97

De ouro com quatro bandas de vermelho.

No campo de batalha de Aljubarrota; Pero Botelho, Comendador-mor de Cristo.



ARMAS DOS LEX // 98

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Lex (Lei ou Nogueira)

CRONOLOGIA:

Recriação século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

98

De Ouro com seis coticas em banda cosidas de prata.

No campo de batalha de Aljubarrota; Afonso Anes das Lex (Leis) Afonso Anes Nogueira ou Afonso das Leis.



ARMAS DE D. JOÃO I // 99

DESIGNAÇÃO:

Armas de D.João I

CRONOLOGIA:

Recreação século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

99

Descrição heráldica: Campo de prata carregado com cinco escudetes de azul, sobrecarregados com onze besantes de prata, os laterais virados em abismo; bordadura de vermelho carregada com doze castelos de ouro e nela cosida uma cruz florenciada de verde.



ARMAS DOS MACEDO // 100

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Macedo

CRONOLOGIA:

Recreação, antes da Batalha de Aljubarrota

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

100

De azul, cinco estrelas de seis raios de ouro, postas em aspa.
Versão antes de Aljubarrota.



ARMAS DOS MACEDO // 101

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Macedo

CRONOLOGIA:

Após a Batalha
de Aljubarrota

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NR°. DE INVENTÁRIO:

101

Escudo, partido em pala, na primeira pala as Armas dos Macedos, que são:
Em campo azul cinco estrelas de ouro, de seis pontas, cada uma, e postas em
sautor.

Timbre o dos Macedos, que é um braço vestido de azul, com uma Maça de
armas na mão como que quer dar com ela, a Maça de ferro com suas pontas
e cabo de ouro e a mão de sua cor e por diferença, uma Brica de prata e nela
hum trifólio preto...

Versão após Aljubarrota.



ARMAS DOS SANDOVAL // 102

DESIGNAÇÃO:

Armas dos Sandoval

CRONOLOGIA:

Sandoval de La Reina,
Burgos, Espanha

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

102

Fonte: castelhano. Do lugar de seu nome, no distrito judicial de Villadiego (Burgos). Descendente do Conde Fernán González..

Descrição: Campo de ouro, com uma banda em preto, orientada da esquerda para a direita, de cima para baixo.



TRABUCO // 103

DESIGNAÇÃO:

Trabuco

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

103

“... Em este veendo Joham Duque como queimavam Garcia Gomçallvez, com gram menemcoria que dello ouve, mandou tomar huus seis ou sete portugueses, homees de trabalho que tiinha presos e mandouhos todos decepar das mãos e fanar dos narizes, e poer todallas mãos ao collo d huu deles e mandouhos assi ao Meestre; o qual veemdo sua desmesurada crueldade, mandava lançar na funda do engenho dentro aa villa os prizuneiros que tiinha Castellãaos”. Crónica de D. João I, Fernão Lopes, Vol. I cap. CLXXVIII.

O trabuco foi uma arma tipicamente medieval. Aparecida nos finais do século XII, acabou por se impor nos combates de cerco pela sua enorme potência. Ao contrário da catapulta que não lançava projecteis com mais de 27kg, o trabuco possuía poder para arremessar pesos com mais de 350Kg, a distâncias superiores a 250mts.

Durante as operações de cerco levadas a cabo no norte do país durante a crise de 1383-1385, Fernão Lopes narra-nos amiúde a presença destes engenhos em quase todas as fases e dá-nos pormenores curiosíssimos que nos permitem avaliar a enorme potência destas máquinas.

Capazes de rebentar com relativa facilidade qualquer tipo de muralha por mais resistente que fosse.



BASTIDA // 104

DESIGNAÇÃO:

Torre de Assalto / Bastida

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

104

Cerco de Melgaço

....” Em esto não quedavam de derribar madeira e acarretalla que el Rey mam-dava trazer pera fazer duas escallas e hua bastida pera mover todo juntamente e pousar sobre o muro. E como foi lavrada, fizeram as rodas do carro pera a bastida em que avia em grosso per testa dous palmos e de roda a roda do carro em ancho treze covados e ao longo de padiall a padiall que hia per cima delles avia vimte e seis covados e em allto, des homde se começava per cima dellas, avia vimte e seis covados, e em alto, des homde se começava per çima dos carros avia treze braças e meia. E em ella avia três sobrados pera hirem homes darmas e besteiros, juntos ou apartados, como visem que compria. O qual sobrado primeiro hia madeirado de pomtões bem grosos, estraados de bastos cniços pera am-darem per cima e avia derredor cemto e trimta e seis pomtoees; e a parte de tras ficava a besta em que hiam escadas dalçapaom per que aviam de subir. E esta bastida levava diamte seis gramdes cniços fforrados de carqueja e XXIII coiros de bois verdes preguados sobre ella por guoarda do ffogno e dos trãos E no segundo sobrado quimze trebolhas gramdes cheas de vinagre pera deitar ao fogno se lho lamçarem. Crónica de D. João I, Fernão Lopes, vol. II cap. CXXXIV.

Esta espantosa descrição de Fernão Lopes, permite-nos aperceber com todo o pormenor e rigor como era concebida uma torre de assédio ou bastida, naquela época. Apesar de não se diferenciar em nada das torres de assédio dos gregos ou romanos, as bastidas medievais continuaram a ser utilizadas fartamente nas operações de assédio como um dos meios para penetrar no interior das muralhas.



CALABRA // 105

DESIGNAÇÃO:

Calabra ou Perriere

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

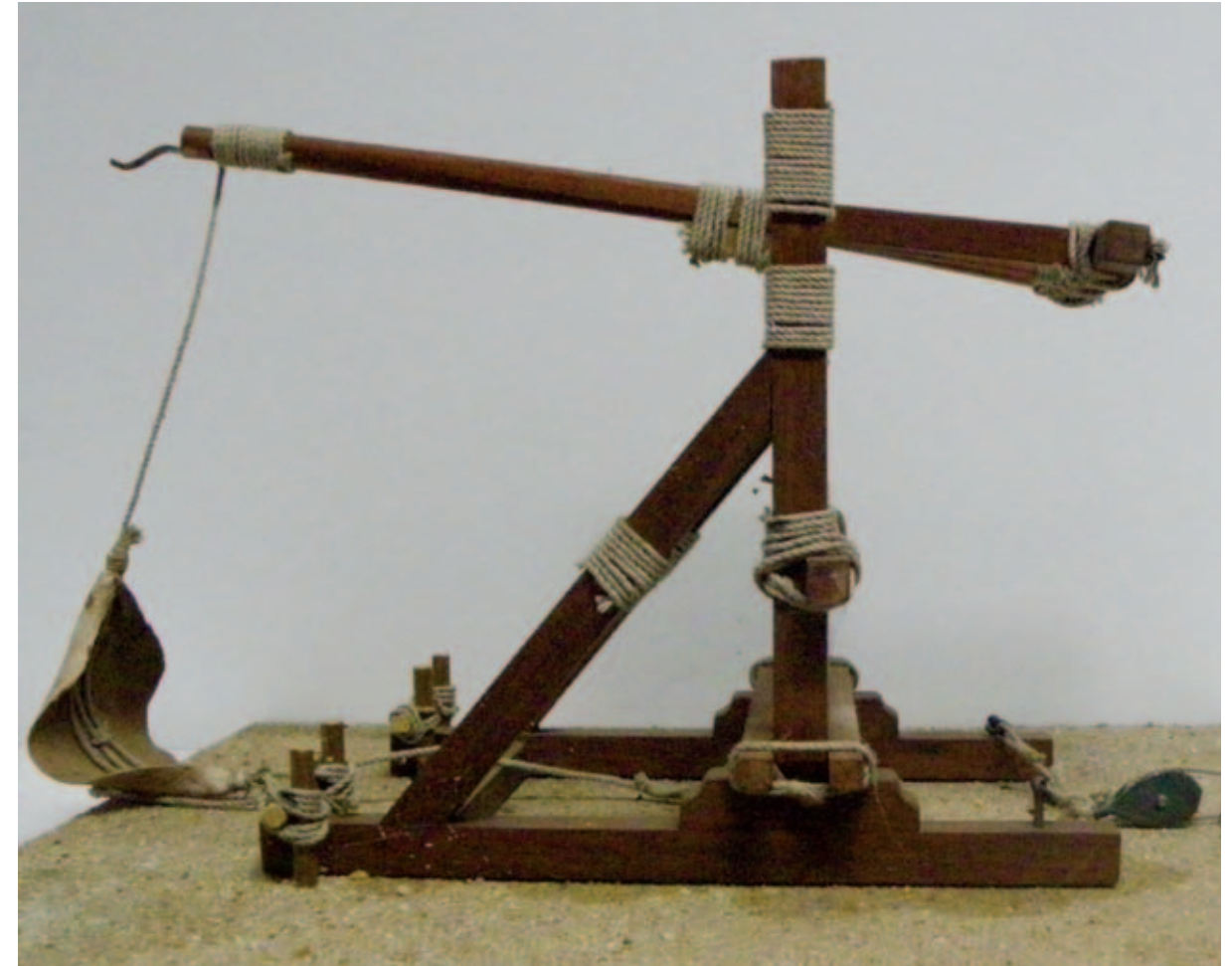
Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

105

*.... E foi cercar Torres Novas, levando comssigo huas oiteemta lamças e ho-
mees de pee e beesteiros; e fez levar huu engenho pequeno com que lhe mam-
dava tirar, damdolhe aas vezes alguus combates que lhe pouco empeçamento
faziam. Crónica de D. João I, Fernão Lopes, Vol.I cap. CLXX.*

Embora a cálabra ou “perriere” seja um engenho da mesma família do trabuco,
mas de tracção humana, a facilidade da sua manufacturação deve ter levado
D. João I a utiliza-las em alguns dos seus assédios. É certo que não tinha a
potência de um trabuco, mas compensava a rapidez com que era feita no
teatro de operações.



GATA // 106

DESIGNAÇÃO:

Gata / Ariete

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

106

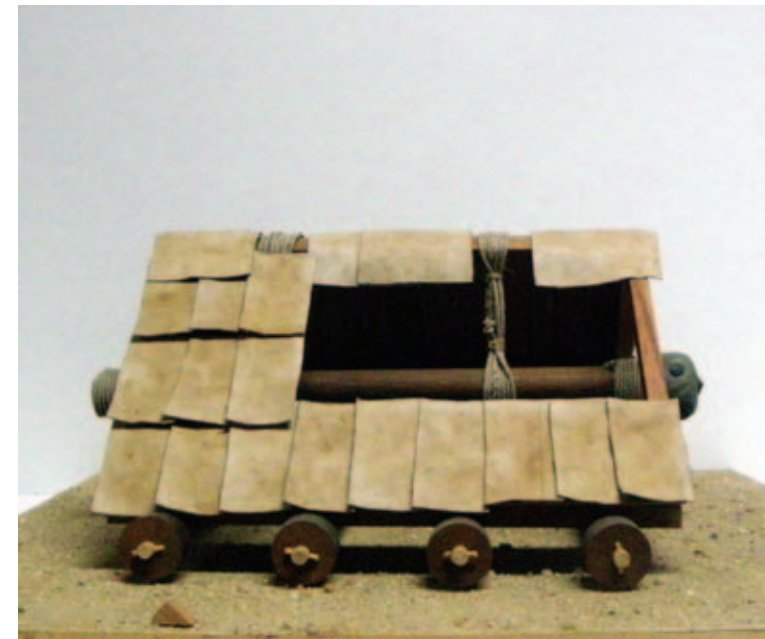
Cerco de Lisboa:

O Meestre hordenou emtom de os combater; e mādou fazer um artificio de madeira que chamam gata; que, como huua baixa cava que estomce o Castello tinha fosse cheia, pudesse hir picar o muro e emtrar demtro. E diziam os de fora aos de castello, que o dessem . E diziam os de fora aos do castello que o dessem ao Meestre seu Senhor, senom que juravõ a Deos que poeriam em cima da gata Costança Affonso madre d’Affonso Eanes Nogueira, e irmã da molher de Martim Affonso, Alcaide do Castello.” Crónica de D. João I, Fernão Lopes, Vol. I cap, XLI.

A “Gata” mais não era do que um abrigo destinado a proteger as operações exteriores de sapa. Basicamente era um reduto feito por grandes pranchões cobertos por vimes, coiros de boi cru e lama cuja função era evitar que os combatentes fossem atingidos pelos projecteis vindos do alto ou por engenhos incendiários.

Geralmente o arriete, um enorme tronco que terminava numa ponta de ferro destinado a bater insistentemente a base dos muros, operava quase sempre debaixo de uma gata.

O presente modelo dá-nos uma imagem á escala de um ariete operando sob uma gata.



CATAPULTA // 107

DESIGNAÇÃO:
Catapulta / Mangonela

CRONOLOGIA:
Século XIV

PROVENIÊNCIA:
Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:
107

A catapulta também conhecida por mangonela (de mangano) – a máquina em Árabe - ou onagro (na época romana imperial) foi um engenho muito utilizado durante a antiguidade clássica mas abandonado por dois motivos: a sua fraca potência e o facto das cordas de torção se alterarem com a humidade.

Estes factos acabaram por demonstrar ser a catapulta um engenho incapaz de fazer frente às fortíssimas muralhas dos castelos medievais – começou assim a ser posta de lado em favor dos trabucos muito mais potentes e eficazes.

Todavia Fernão Lopes alude-nos nas suas crónicas a uma “cabrita” que em nosso parecer mais não era de que uma pequena catapulta mais destinada a bater aglomerados humanos do que muralhas.



CÃO DE CAÇA // 108

DESIGNAÇÃO:

Cão de Caça

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Castelo de Ourém/ Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

108

DIMENSÕES:

Comprimento total: 15cm

Base: 11cm

A caça foi na idade média o desporto predilecto dos reis. Deve-se a D. João I o célebre livro da Montaria que nos dá uma imagem de quanto a caça era estimadas pelo nosso monarca.

Não é de admirar, por isso, que os reis e os nobres tivessem os cães de caça elevada estima, sendo muitos deles representados em arcas tumulares e em iconografia de época.

Esta peça, de grande raridade foi encontrada nas cercanias do Castelo de Ourém em 1940 por ocasião das obras de restauro.



FOICES // 109

DESIGNAÇÃO:

Foices

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Castelo de Ourém/ Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

109

DIMENSÕES:

2 Completas com a mesma medida

Comprimento: 35cm

Punho: 13cm

Fragmento

Comprimento: 29cm

Conjunto de foices agrícolas encontradas no exterior das muralhas do Castelo de Porto de Mós em 1958.

Na construção da sociedade da época competia aos “laboratores” trabalharem, aos “oratores” rezarem e aos “Milites” fazerem a guerra. Os “laboratores” ou seja os que trabalhavam tinham de possuir as suas ferramentas próprias. Estas foices estiveram nas mãos calejadas de homens e mulheres que há 650 anos ajudaram a construir um Portugal independente.



MEDALHÕES DOS “S” // 111

DESIGNAÇÃO:
Medalhões dos “S”

CRONOLOGIA:
Final século XIV

PROVENIÊNCIA:
Original no Museu Nacional
de Arqueologia

NRº. DE INVENTÁRIO:
111

DIMENSÕES:
Diâmetro: 5cm

Durante a crise de 1383-1385 os Ingleses actuaram activamente em Portugal no âmbito da aliança que desde o reinado de D. Fernando entrara em vigor, mas porque John of Gaunt, filho de Ricardo II e irmão do Duque da Aquitânia, tinha pretensões ao trono de Castela, por ser casado com D. Constância, filha de Pedro o Cru.

É neste cenário que John of Gaunt criou o ordem dos “SS”, inicialmente para premiar todos os seus seguidores na Península Ibérica, mas depois como símbolo de lealdade transformando-a num verdadeiro “Libery colar”.

O presente medalhão, o único que se conhece em Portugal dessa ordem, ostenta o “S” de Soverugn ao centro e á volta a seguinte inscrição: “En Dios es el Pod” (Em Deus está o poder).

Torna-se muito possível que muitos destes medalhões tivessem estado em Aljubarrota, já que o sogro de D. João I foi pródigo em o distribuir pela nobreza Portuguesa.



MEDALHÃO DO MESTRE DE AVIS // 112

DESIGNAÇÃO:

Medalhão do Mestre de Avis

CRONOLOGIA:

Final século XIV

PROVENIÊNCIA:

Original no Museu Nacional de Arqueologia

NRº. DE INVENTÁRIO:

112

DIMENSÕES:

Diâmetro: 5,7cm

Medalhão idêntico ao nº 111, mas desta feita criado por D. João ainda Mestre de Avis para premiar os seus seguidores.

Ao centro ostenta um “M” gótico, inicial de Mestre de Avis.



MEDALHÃO DE D. BEATRIZ // 113

DESIGNAÇÃO:

Medalhão de D. Beatriz

CRONOLOGIA:

Final século XIV

PROVENIÊNCIA:

Original no Museu Nacional de Arqueologia

NRº. DE INVENTÁRIO:

113

DIMENSÕES:

Diâmetro: 5cm

Seguindo as pisadas de John of Gaunt e do Mestre de Avis, também D. Beatriz, mulher de D. Juan I de Castela quis criar um símbolo próprio, destinada a premiar os fidalgos fieis à sua causa. Este medalhão que, na sequência dos anteriores perfaz um conjunto raríssimo, é bem a expressão de uma crise em que cada um dos intervenientes procurava angariar o maior número de adeptos possível e assim fazer vingar a sua causa.



DESENHOS // 115

DESIGNAÇÃO:
Desenhos de Domingos
António de Sequeira
(3 desenhos)

CRONOLOGIA:
Finais do século XIX

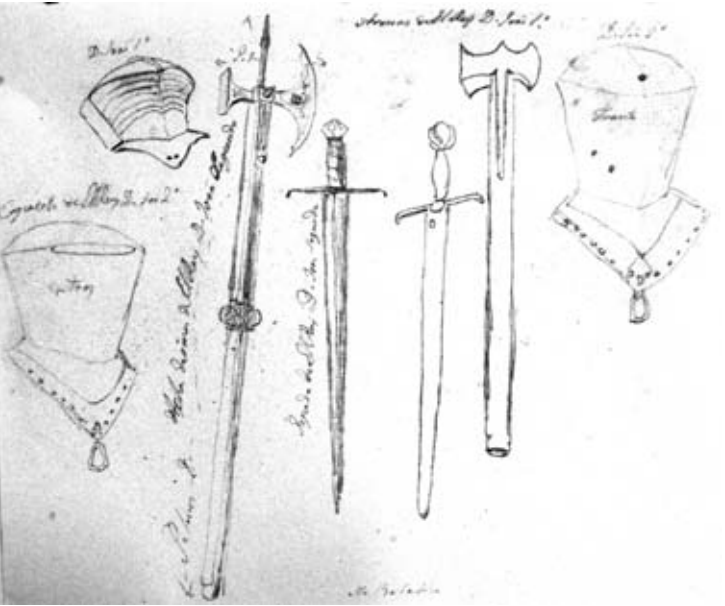
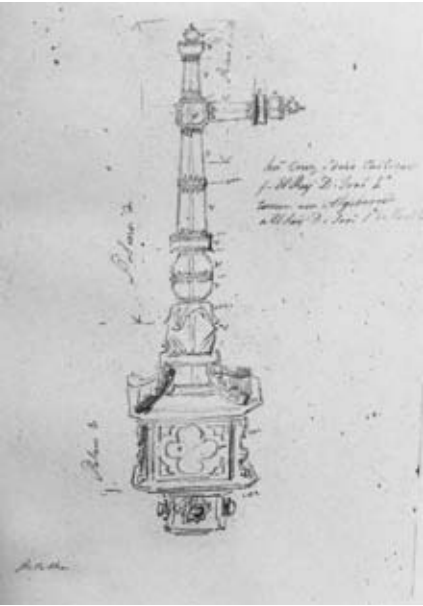
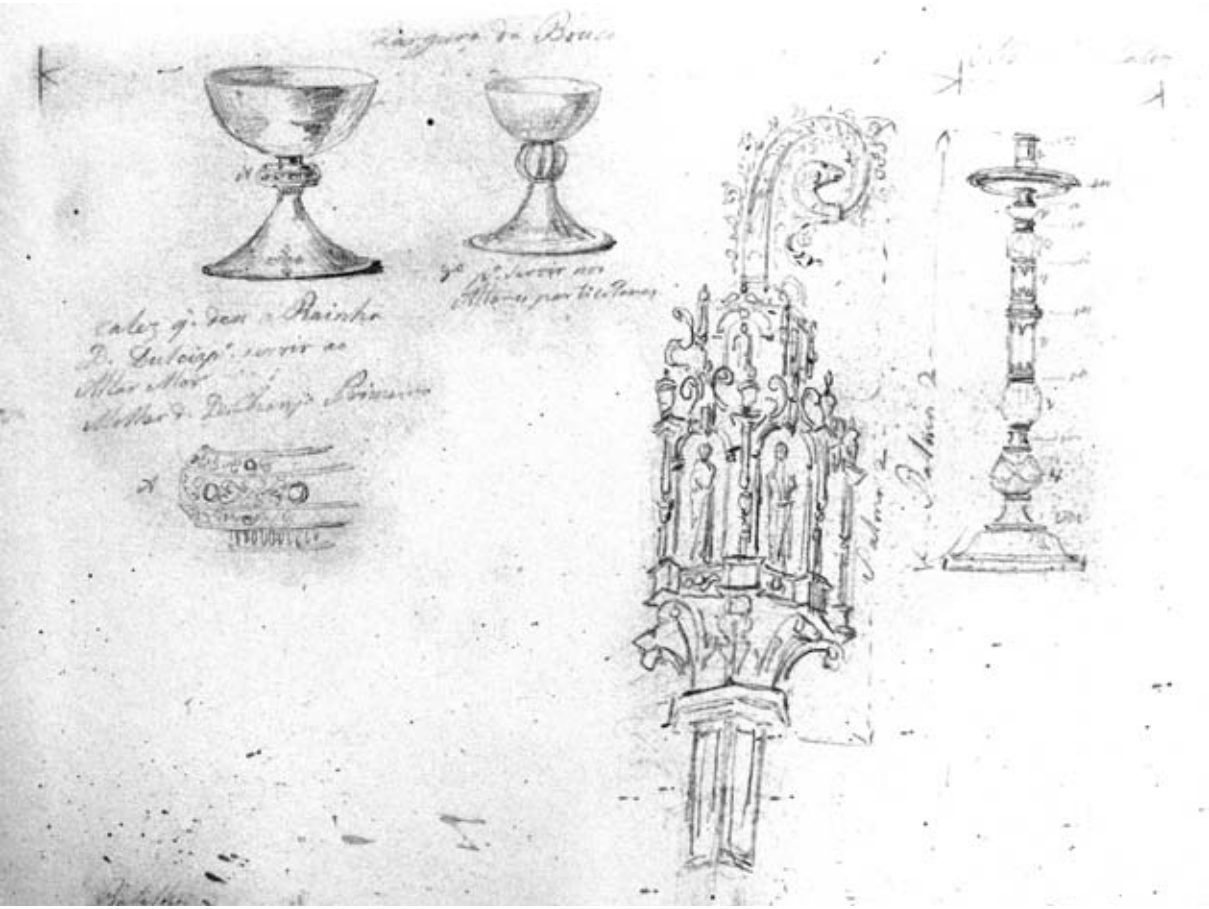
PROVENIÊNCIA:
Colecção particular

NRº. DE INVENTÁRIO:
115

DIMENSÕES:
Diâmetro: 5cm

Em 1800 o pintor da corte, Domingos António de Sequeira iniciou uma deambulação pelo país, durante a qual foi desenhando em caderno de esboços próprio, o que de mais interessante lhe aparecia.

Ao passar pelo Mosteiro da Batalha, visitou o panteão dos túmulos reais e desenhou tudo o que lhe pareceu de maior relevância. Esses esboços são da maior importância porque retratam muitos objectos que ali se conservavam (e agora desaparecidos) ligados a Aljubarrota. De entre eles sobressai a axa de armas que muito provavelmente teria acompanhado o rei na batalha e uma cruz em ouro, capturada durante a batalha. Ambos estes objectos ficaram registados no caderno de esboços. Infelizmente ignora-se o seu paradeiro.



PONTA DE LANÇA // 117

DESIGNAÇÃO:

Ponta de Lança (Torneio)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

117

DIMENSÕES:

Comprimento total: 17cm

Espessura da base: 4,5cm

Ponta de lança, dita de coronel, século XIV.

Este tipo de ponta trilobada destinava-se a justas ou torneio "à plaisanse". O seu formato foi concebido de forma a evitar perfurações graves. Todavia e apesar destes cuidados não raro era haver mortes causados por ferimentos profundos.

Na crónica de D. João I, relata-nos Fernão Lopes a justa entre Mosse Joham e um francês no caminho entre Salamanca e Ledesma.

...” Emtam cavalgou e foram outra vez; e emcontrou Mosse Joham tam baixo o outro, hã levamdo a lamça no reste que lhe ferio o cavallo no pescoço de guissa que morreo.” (Fernão Lopes, crónica de D. João I, Vol II, cap. CXI.



CERÂMICAS // 119 // 120 // 121 // 122

DESIGNAÇÃO:

Cerâmicas (4 fragmentos)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Encontradas no campo
de S. Jorge, Aljubarrota

NRº. DE INVENTÁRIO:

119, 120, 121, 122

Fragmentos de cerâmica comum encontrada nas covas dos lobos no campo de batalha de Aljubarrota. Século XIV.



PEDRAS // 123 // 124 // 125 // 126 // 127 // 128

DESIGNAÇÃO:
Pedras de funda (6 artefactos)

CRONOLOGIA:
Século XIV

PROVENIÊNCIA:
Encontradas no campo
de S. Jorge, Aljubarrota

NRº. DE INVENTÁRIO:
123, 124, 125, 126, 127, 128

Nas investigações levadas a cabo em 1958 por Afonso do Paço no campo de Aljubarrota, encontraram-se no fundo das covas de lobo milhares de calhaus rolados, trazidos certamente para ali, já que este tipo de pedra é inexistente naquele local.

Fernão Lopes relata-nos o efeito demolidor das pedradas dos fundibulários e das fundas fustes que tufo esmagavam á sua passagem, fazendo em estilhas qualquer peça de armadura.

“E sobindo (D. Nuno Álvares Pereira) pola ladeira daquele monte emviavãose sem doo, de huua parte a outra muitas lamças e setas e asaz de pedradas, asy de fumdas como enviadas de mão.” Batalha de Valverde, Crónica de D. João I, Vol II cap. LVI.



PELOURO DE TROM // 130

DESIGNAÇÃO:

Pelouro de Trom em pedra

CRONOLOGIA:

Século XIV (Como artefacto antropológico)

PROVENIÊNCIA:

Encontrada em Chaves

NRº. DE INVENTÁRIO:

130

DIMENSÕES:

Diâmetro: 11cm

Peso: 1.120grs

D. João I, bem como a maioria dos nobres combatentes portugueses olhavam com desconfiança para os trons e bombardas de eficácia quase nula.

Fernão Lopes relata-nos ao longo da crónica de D. João I a preferência do nosso rei pelos engenhos neurobalísticos que considerava superiores em termos de eficácia a qualquer boca-de-fogo.

Apesar de tudo D. João I nunca dispensou os trons e bombardas que continuou a utilizar em todas as acções de cerco em que participou.

O presente pelouro de um trom ou de uma bombardarda data provavelmente do século XIV e foi encontrado na abertura de uma artéria na vila de Chaves.





DIORAMAS



DIORAMAS

O objectivo de um diorama é projectar um cenário real de uma qualquer época. Trata-se no fundo de conceder ao visitante a visualização de imagens da época permitindo integrá-los nos acontecimentos como se estes fossem transportados para o passado numa “máquina do tempo”.

Os dioramas têm sido uma técnica muito utilizada a nível museológico principalmente em Inglaterra onde os técnicos de museologia procuram formas cada vez mais sofisticadas de conceder realismo técnico e histórico às suas peças. Transportar os visitantes para o passado e colocá-los no meio de uma cena viva de maneira a fazê-los sentir que delas tomam parte, tem sido um dos maiores desafios a nível museológico.

Foi com base nesta perspectiva que o Museu Martim Gonçalves de Macedo entendeu criar dioramas de elevada qualidade que fossem uma mais-valia para a história que se pretende narrar. Nesse sentido foram criados dois dioramas:

1 - “O repouso do guerreiro “ localizado no hall de entrada”.

2 - “O combate decisivo “ localizado na sala da batalha.

Descrição sumária:

1 - “O repouso do guerreiro”

O visitante entra pela porta principal. O cenário é feérico. Como na Idade Médias paredes são de silhares de pedra, onde pendem os escudos de armas de Martim Gonçalves de Macedo entre lanças e alabardas.

Ao fundo a grade da ponte levadiça feita com pesadas barras de ferro forjado concedem ao conjunto uma imagem de força e realismo.

No chão entre as pesadas lajes, destaca-se a pedra tumular de Martim Gonçalves de Macedo ladeada por quatro pesados tocheiros que projectam uma luz bruxuleante nas vetustas paredes corroídas pelo tempo. E no topo da pedra tumular, um antigo combatente envergando uma pesada armadura de aço polido e apoiando-se sobre uma enorme espada d’armas, zela respeitosamente pelo heroico combatente de Aljubarrota.

A seus pés o escudo do Álvaro Gonçalves Sandoval e as bandeiras de D. Juan de Castela completam a cena de entrada.

2 - “O Combate decisivo”

Quando o visitante entra na sala num ambiente de total obscuridade só entre-cortado pelas luzes técnicas das vitrinas depara-se em plano de fundo com um cenário vivo da batalha. Por outras palavras; encontra-se no meio da batalha de Aljubarrota.

Toda a parede de topo é preenchida com um cenário da batalha que transborda para o exterior através de um diorama retratando o celebre combate entre Martim Gonçalves de Macedo e Álvaro Gonçalves Sandoval. Ali todas as peças são reais. As armaduras são feitas em aço batido, as espadas forjadas, as cotas de malha em anéis de ferro, os elmos, os loudéis, tudo é real.

O chão, pejado de mãos, pés e cabeças cortadas, intercalados com poças de sangue que correm para as covas dos lobos, entre abatises, armas partidas, pontas de lanças e um sem número de artefactos próprios de uma batalha medieval, empresta ao cenário uma imagem dantesca, próxima, talvez, da realidade vivida no dia 14 de Agosto de 1385.

D. JOÃO I // 131

DESIGNAÇÃO:

D. João I (Diorama)

CRONOLOGIA:

Recriação do modelo usado na batalha de Aljubarrota

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

131

O modelo utilizado para recriar a cena da batalha obedeceu a um severo rigor histórico.

O loudel foi recriado através do original que se encontra na colegiada de Guimarães, orientado por uma equipa de especialistas e executado por especialistas com grande prática na reconstituição de trajes históricos. A reconstituição heráldica foi concebida e executada por especialistas de Tomar. A cota de malha é em tudo idêntica às originais. Os braçais, os coxotes, as graves, os sapatões as esporas os guantes foram todos executados por especialistas com o maior e mais completo requinte. E até o bacinete de camal, alemão, foi recriado segundo as dimensões coevas com o maior cuidado. E o escudo de armas que ostenta no braço foi todo ele pintado à mão.

A construção da estrutura em aço no interior do modelo obedeceu, também ela às maiores atenções e cuidados. Dado que se pretendeu imprimir ao modelo movimento houve que dotá-lo de uma armação esqueleto, em varas de aço que contrariassem a gravidade e suportassem o enorme peso (cerca de 40 Kg) que ostenta.

Para o efeito socorremo-nos de uma pequena equipa de engenheiros que elaboraram, para qualquer dos modelos, os respectivos cálculos de sustentabilidade que os permitem manterem-se de pé, numa equilibrada sensação de movimento, também colhemos os conselhos de um médico ortopedistas para se pronunciar sobre as suas posições anatómicas.



TOCHEIROS // 132 // 133 // 134 // 135

DESIGNAÇÃO:

Tocheiros (4)

CRONOLOGIA:

Recreação do modelo usado
na batalha de Aljubarrota

PROVENIÊNCIA:

Portugal

NRº. DE INVENTÁRIO:

132, 133, 134, 135



MARTIM GONÇALVES DE MACEDO // 136

DESIGNAÇÃO:

Martim Gonçalves de Macedo
(Diorama)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução Conjectural

NRº. DE INVENTÁRIO:

136

Como nobre que era, Martim Gonçalves de Macedo enverga uma armadura completa.

- Cabeça: Bacinete “bico de pássaro” com camal
- Tronco: Cota de malha e jaque de coiro com pregaria
- Braços: Braçais de aço moldados e forjados em aço.
- Pernas: Grevas em cabedal com pregaria, joelheiras em aço forjado, terminando em cabedal.
- Sapatões: Coiro pregueado.
- Esporas: De puas longas (acicates)



GUARDIÃO // 114

DESIGNAÇÃO:

Guardião do túmulo
de Martim Gonçalves
de Macedo (Diorama)

CRONOLOGIA:

Final século XIV

PROVENIÊNCIA:

Réplica conjectural de uma
armadura completa de 1385

NRº. DE INVENTÁRIO:

114

A armadura do “Guardião” corresponde integralmente aos modelos utilizadas em Aljubarrota e descritos por Fernão Lopes.

- Na cabeça: Bacinete de camalha. O bacinete é feito em aço forjado estando fixo a uma peça (a camalha) feito em malha de ferro.
- Tronco: Coberto de tecido com pregaria sob uma panceira em aço forjado. Sob o tecido, uma túnica em malha de ferro pesando cerca de 18kg.
- Braços: Braçais e ombreiras feitas em aço forjado.
- Pernas: Meias de malha de ferro sobre as quais assentam os coxotes as joelheiras e as grevas feitas em aço forjado e fixas com correias de cabedal.
- Pés: Sapatões de placas articuladas em aço forjado sobre os quais assentam as esporas de puas (acicates)

Nas mãos uma espada modelo utilizado em Aljubarrota. O manequim encontra-se numa posição de respeitoso descanso, junto ao topo superior de túmulo com as duas mãos apoiadas no pomo da espada.



ÁLVARO GONÇALVES SANDOVAL // 137

DESIGNAÇÃO:

Álvaro Gonçalves Sandoval
(Diorama)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução conjectural

NR°. DE INVENTÁRIO:

137

Como rico homem que era Álvaro Gonçalves de Sandoval (proveniente do lugar espanhol, hoje, Sandoval de la Reina), enverga uma armadura completa, embora de modelo recuado pois o Norte de Castela estava bastante atrasado em relação à moda seguida na restante Europa, no que concerne a armaduras pessoais.

- Cabeça: Grande elmo de um modelo cerca de 1350 com coifa de malha de ferro.
- Tronco: Malha de ferro sobre a qual ostenta um “jaque” com pregaria e fivelas.
- Braços: Braçais e ombreiras feitos em aço forjado.
- Pernas: Coxotes e grevas feitas em aço forjado.
- Pés: Sapatões de placas articuladas de aço forjado. Esporas de pua com rosetas.



ESPADA // 16

DESIGNAÇÃO:

Espada para ser partida
(Diorama)

CRONOLOGIA:

Século XIV

PROVENIÊNCIA:

Reprodução a partir de um
original existente no Museu
Militar de Lisboa

NRº. DE INVENTÁRIO:

16



PONTAS DE LANÇA // 48

DESIGNAÇÃO:

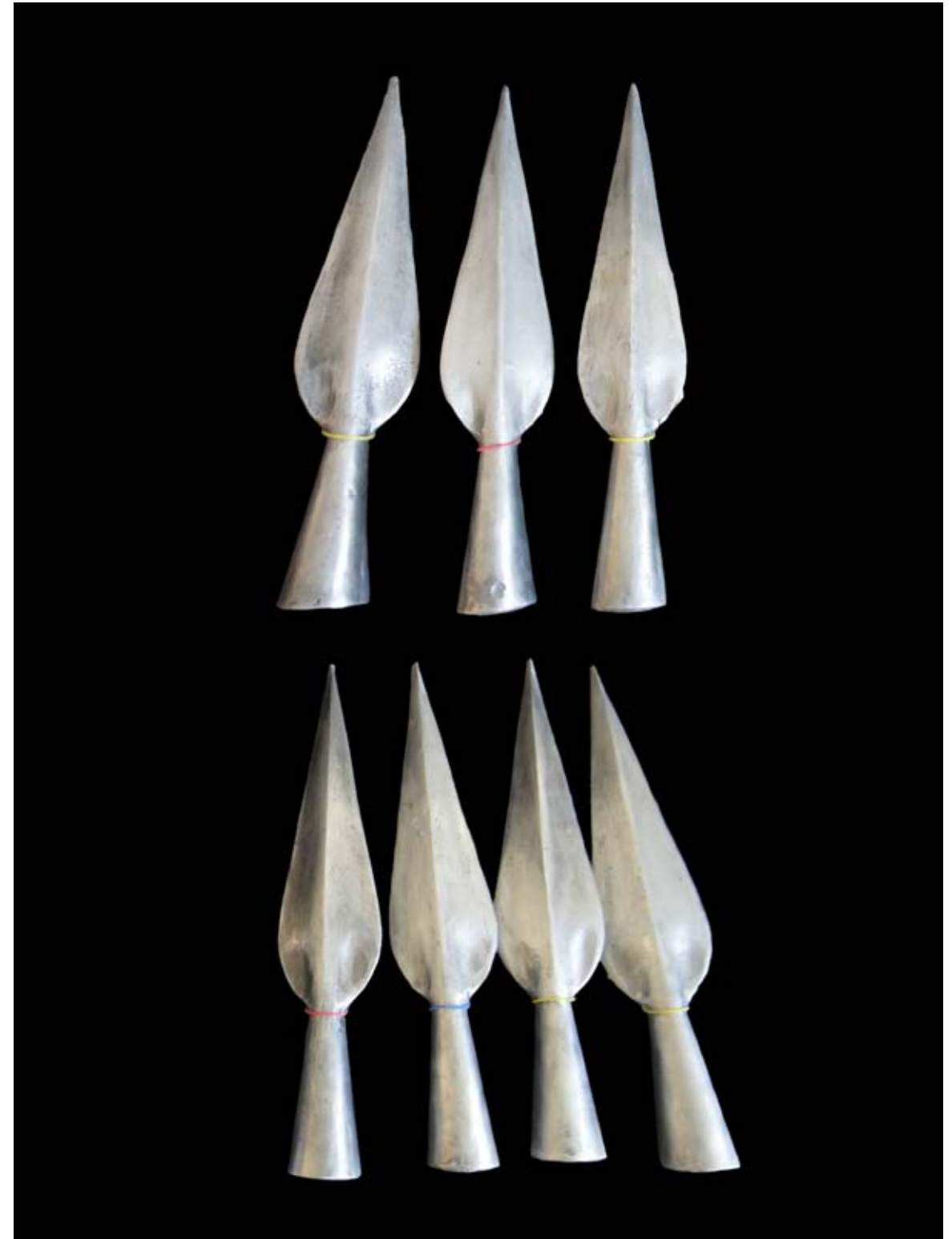
7 Pontas de Lança
(Diorama)

CRONOLOGIA:

Século XIV

NRº. DE INVENTÁRIO:

48



SEPULTURA // 138

DESIGNAÇÃO:

Tampa da sepultura de Martim Gonçalves de Macedo

CRONOLOGIA:

Réplica da tampa que está no Mosteiro de Santa Maria da Vitória

Proveniência:

Reprodução conjectural

NRº. DE INVENTÁRIO:

138

DIMENSÕES:

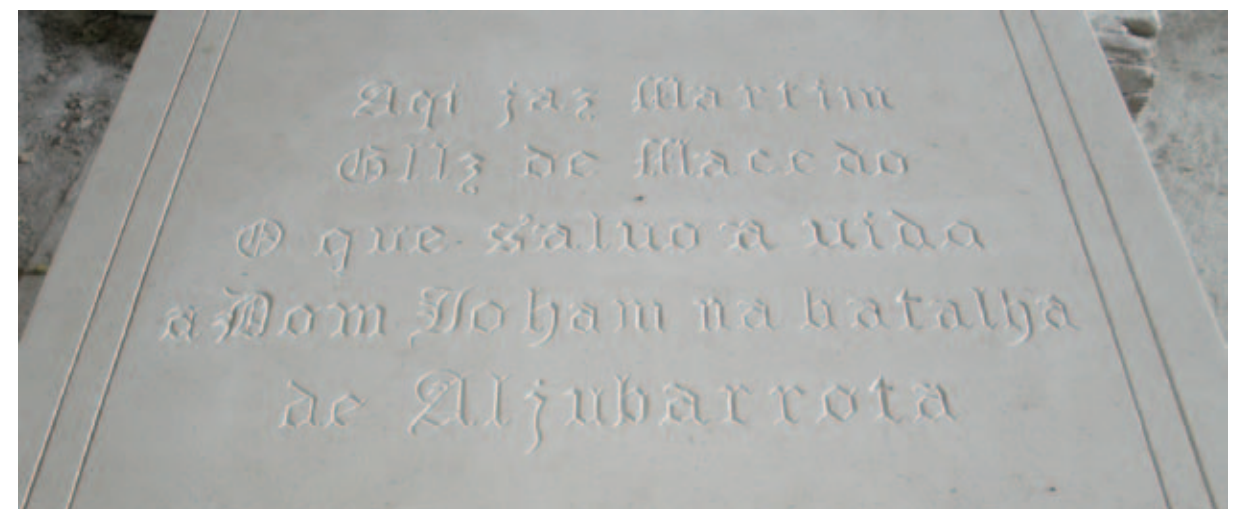
Comprimento: 186 cm

Largura: 85cm

Espessura: 5cm

Dizeres; Aqui jaz Martim Gonçalves de Macedo, o que salvou a vida ao Rei D. João I na batalha de Aljubarrota.

Executada em pedra calcária proveniente das pedreiras de Ourém, mesma proveniência da pedra utilizada no original.



ÍNDICE

003	NOTA DE ABERTURA Manuel Duarte Fernandes Moreno
005	ASSIM SE FEZ PORTUGAL Carlos Alberto Santos Mendes
007	OS ENIGMAS DE ALJUBARROTA Miguel Sanches Baêna
009	MARTIM GONÇALVES DE MACEDO Carlos Alberto Santos Mendes
061	A ESPADA Síntese Histórica
097	A ALABARDA Síntese Histórica
103	A BESTA Síntese Histórica
117	O “LONG BOW” Síntese Histórica
133	MAÇA DE ARMAS Síntese Histórica
145	CHAPÉU DE FERRO E CAPELINA Síntese Histórica
155	O ELMO FECHADO Síntese Histórica
161	O BACINETE Síntese Histórica
189	A MOEDA Síntese Histórica
245	O ESCUDO Síntese Histórica
323	DIORAMAS Síntese Histórica



FICHA TÉCNICA

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do
Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes»

Editor e propriedade

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do
Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes»

Rua D. Maria Mascarenhas, apartado 110 - 5340-306 Macedo de Cavaleiros

Tel. 278448007

Endereços eletrónicos

E-mail: administração@terrasquentes.com.pt

E-mail: arqueologia@terrasquentes.com.pt

E-mail: patrimónioartístico@terrasquentes.com.pt

E-mail: restauro@terrasquentes.com.pt

E-mail: antropologia@terrasquentes.com.pt

Site: www.terrasquentes.com.pt

Director

Carlos Alberto Santos Mendes

Conselho de Redacção

Carlos Alberto Santos Mendes

Miguel Sanches Baêna

Manuel José de Sousa Cardoso

Belmira Mendes

Colaboradores neste número

Carlos Alberto Santos Mendes

Miguel Sanches Baêna

Manuel José de Sousa Cardoso

Belmira Mendes

COMISSÃO CIENTÍFICA DO MUSEU MARTIM GONÇALVES DE MACEDO

Prof. Doutor Miguel Pereira Coutinho Sanches de Baêna

Prof. Dr. António José Castanheira Maia Nabais

Mestre Carlos Alberto Santos Mendes

Equiapara

Dr. Jorge Miguel Ramos dos Santos

EQUIPA TÉCNICA E MONTAGEM DA EXPOSIÇÃO “ASSIM SE FEZ PORTUGAL”

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Prof. Doutor Miguel Sanches de Baêna

Equiapara

Mestre Carlos Alberto Santos Mendes

Dr. Jorge Miguel Ramos dos Santos

Oficina de Restauro da Associação Terras Quentes

Dr.ª Isabel Maria Prestes Madeira Freira

Tolentino Abegoaria

Design e grafismo • Vera Ferreira

Impressão • VRI- Impressores, Ld.ª

Depósito Legal • 212756/13

Edição • Nº 11, Maio 2014